



JOÃO ABEL PASINI LEANDRO

PENSAMENTOS (NEO)LIBERAIS SOBRE EDUCAÇÃO:

uma análise da produção discursiva
do Instituto de Estudos Empresariais
(1994-2020)



UNISINOS

Capa: Daniel Cunha

Contato: danielcunhapp@gmail.com

São Leopoldo, 2021

UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

JOÃO ABEL PASINI LEANDRO

PENSAMENTOS (NEO)LIBERAIS SOBRE EDUCAÇÃO:
uma análise da produção discursiva do Instituto de Estudos Empresariais (1994-2020)

São Leopoldo

2021

JOÃO ABEL PASINI LEANDRO

**PENSAMENTOS (NEO)LIBERAIS SOBRE EDUCAÇÃO:
uma análise da produção discursiva do Instituto de Estudos Empresariais (1994-2020)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Educação, pelo Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Klaus

São Leopoldo

2021

L437p Leandro, João Abel Pasini.
Pensamentos (neo)liberais sobre educação : uma análise da produção discursiva do Instituto de Estudos Empresariais (1994-2020) / João Abel Pasini Leandro. – 2021.
169 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

“Orientadora: Profa. Dra. Viviane Klaus”

1. Think tanks. 2. Comunidade escolar. 3. Política.
4. Economia. 5. Discurso. I. Título.

CDU 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

JOÃO ABEL PASINI LEANDRO

**PENSAMENTOS (NEO)LIBERAIS SOBRE EDUCAÇÃO:
uma análise da produção discursiva do Instituto de Estudos Empresariais (1994-2020)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 30/03/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Viviane Klaus (Orientadora) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Profa. Dra. Maura Corcini Lopes – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Sylvio de Sousa Gadelha Costa – Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À memória de minha avó, Marlene Claudete Pasini.
Saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Daiana, que nunca me abandonou. Somos a nossa família, e isso nos basta.

À minha companheira, Julia. Um verdadeiro presente em minha vida. Tudo ficou melhor, mais belo e colorido depois que te conheci.

À professora Viviane Klaus, mentora de minha trajetória desde o ano de 2017. Graças a cada momento de orientação recebido ao longo desses últimos anos foi possível escrever este trabalho. “Profa.”, é lindo como você transforma o seu grupo de pesquisa em uma experiência de vida, de atos verdadeiros de cumplicidade. O perfeccionismo e o rigor acadêmico, marcantes em seu estilo, complementam-se a uma notória preocupação maternal para com cada um de seus orientandos, tornando-nos privilegiados por seguir uma mestra como a senhora. Obrigado por seguir caminhando ao meu lado.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, por cada ensinamento propiciado ao longo de todo o curso. Faço menção especial aos professores Telmo Adams e Danilo Streck, essenciais em minha iniciação científica, e à professora Maura Corcini Lopes, pelas valiosas contribuições em suas aulas, além da leitura cuidadosa e das sugestões para este trabalho, nos momentos de banca.

Ao professor Sylvio Gadelha, que de mesmo modo aceitou o convite de contribuir para a qualificação desta pesquisa e que, além de nos sugestionar um vasto referencial bibliográfico, ofereceu-nos a oportunidade de participar de suas aulas na Universidade Federal do Ceará.

Aos meus amigos fiéis de minha cidade natal, Tramandaí. Conheço poucos grupos dispostos a ajudar uns aos outros, a qualquer momento, como o nosso.

Ao Daniel, pela bela capa produzida.

À Diandra, que além de ser uma grande parceira durante todo o curso, gentilmente revisou esta versão final, e aos demais colegas do mestrado e do grupo de pesquisa, pois o conhecimento é uma construção coletiva, e cada debate, leitura e apresentação de trabalho contribuiu de alguma forma para o exercício de pensamento destes escritos.

Ao escrevermos, como evitar que escrevamos sobre aquilo que não sabemos ou que sabemos mal? É necessariamente neste ponto que imaginamos ter algo a dizer. Só escrevemos na extremidade de nosso próprio saber, nesta ponta extrema que separa nosso saber e nossa ignorância e que transforma um no outro. É só deste modo que somos determinados a escrever. Suprir a ignorância é transferir a escrita para depois, ou, antes, torná-la impossível. Talvez tenhamos aí, entre a escrita e a ignorância, uma relação ainda mais ameaçadora que a relação geralmente apontada entre a escrita e a morte, entre a escrita e o silêncio. Falamos, pois, de ciência, mas de uma maneira que, infelizmente, sentimos não ser científica. (DELEUZE, 1988, p. 10).

RESUMO

O crescimento de discursos à direita do espectro político tem recebido especial atenção de pesquisadores de inúmeros países do ocidente, inseridos no campo das ciências humanas. Como aspecto comum às ascensões das direitas pelo mundo, nota-se a sobreposição do discurso econômico perante as formas de organização social, bem como a própria vida íntima dos sujeitos, em um processo de racionalização das práticas cotidianas, ao qual vem sendo nomeado de *neoliberalismo*. No campo educacional, os discursos neoliberais atuam, principalmente, em função de reformar tanto a escola quanto a comunidade escolar, para que convirjam às lógicas da concorrência e do individualismo. Contudo, há especificidades intrínsecas às formações discursivas neoliberais que necessitam ser examinadas. Ciente disso, este trabalho buscou compreender de que forma os discursos reformistas sobre a área educacional, veiculados pela série de livros Pensamentos Liberais, desde o seu primeiro volume, em 1994, até o vigésimo quarto, em 2020, produzem concepções de educação (neo)liberal no Brasil contemporâneo. Os objetivos do estudo foram: narrar de que forma o Fórum da Liberdade de Porto Alegre tornou-se um dos principais produtores de discursos neoliberais no Brasil contemporâneo; enunciar as práticas discursivas relacionadas à Educação, engendradas pela série de livros Pensamentos Liberais; analisar os meios pelos quais as práticas discursivas da série Pensamentos Liberais inscreveram o discurso das reformas educacionais em um regime de verdade; e discutir os efeitos das concepções de educação (neo)liberal no campo educacional brasileiro. Para tanto, o procedimento realizado foi o de análise documental, compreendendo os documentos como *monumentos históricos*. Considerou-se os 24 volumes da série de livros Pensamentos Liberais (1994-2020) como um *arquivo* documental de um *corpus* empírico composto por 17 artigos em que a temática educacional é o foco de discussão, além de outros 19 artigos com discussões não centralizadas à área educacional, mas com o tema tangenciado de alguma forma. A partir de uma *trituração* dos materiais, emergiram os seguintes acontecimentos discursivos para a discussão: a Teoria do Capital Humano; a dicotomia entre o investimento em *ensino básico* x *ensino superior*; o modelo de financiamento de *voucher* educacional; o imperativo da valorização salarial de professores de acordo com o seu desempenho; a adoção de métricas comparativas entre gastos do Produto Interno Bruto x resultados de avaliações em larga escala; e o “problema” da educação pública ter seu currículo definido pelo Estado. Concluiu-se que a produção discursiva da educação neoliberal brasileira mescla valores oriundos de duas escolas econômicas, de Chicago e Austríaca, a fim de forjar sujeitos individualistas e críticos a

incentivos sociais, os quais seriam imorais perante o mercado e restringiriam a liberdade de escolha, alcançada apenas com aceitação do egoísmo como *devoir* da existência.

Palavras-chave: *Think tanks*. Comunidade escolar. Política. Economia. Discurso.

ABSTRACT

The rise of discourses to the right of the political spectrum has been garnering special attention of Human Science's researchers from various Western countries. As a common aspect of the rising of the right around the globe, it is noteworthy the overlap of the economic discourse in related to the forms of social organizing, as well as the subject's own intimate life, in a process of rationalization of daily practices, that has been named neoliberalism. In the educational field, neoliberal discourses act, mainly, with the scope of reforming the schools as well as the school's community, to converge to the logics of competition and individualism. Yet, there are intrinsic specificities to the formation of the neoliberal discourse that need to be examined. Aware of that, this article aimed to comprehend the ways in which reformist discourses about the educational area vehiculated by the book series *Pensamentos Liberais*, since its first volume, in 1994, until its twenty-fourth, in 2020, produced (neo)liberal educational concepts in contemporary Brazil. The goals of the study were: to narrate in what ways the Freedom Forum of Porto Alegre became one of the main producers of neoliberal discourses in contemporary Brazil; to enunciate the discursive practices as it relates to Education, engendered by the book series *Pensamentos Liberais*; to analyze the means in which the discursive practices of the *Pensamentos Liberais* books inscribe the discourses of educational reforms in a real regime; and to discuss the effects of the (neo)liberal concepts of education in the Brazilian educational field. Therefore, the proceedings of a documentary analysis, with the comprehension of adopting the documents as historical monuments. The 24 volumes of the *Pensamentos Liberais* book series were considered as a documentary archive of an empirical corpus composed of 17 articles in which the educational theme was the focus of the discussion, in addition to other 19 articles with non-centralized discussions pertaining to the educational area, but in which the theme was somehow discussed. From a shredding of the materials, emerged the following events discursive to the discussion: the Human Capital Theory; the dichotomy between elementary education x university education investments, the model of financing of the educational voucher; the imperative of the teachers' wage valorization according to their performances; the adoption of comparative metrics between Gross Domestic Product expenditures x large-scale assessments' results; and the "problem" of public education having a State-defined curriculum. It was concluded that the discursive production of Brazilian neoliberal education mixes values that originate in the Chicagoan and Austrian economic schools of thought, with the scope to forge individualist subjects critical to

social incentives, which would be immoral towards the Market and would restrict freedom of choice, achieved only with the acceptance of selfishness as an existence's Becoming.

Keywords: Think tanks. School community. Politics. Economics. Discourse.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logotipos do Instituto de Estudos Empresariais	46
Figura 2 – Poema “O Elefante”	70
Figura 3 – Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 1).....	74
Figura 4 – Capa: Custo Brasil (Série Pensamentos Liberais, v. 2).....	75
Figura 5 – Capa: Propostas liberais para o Brasil (Série Pensamentos Liberais, v. 3).....	76
Figura 6 – Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 4).....	77
Figura 7 - Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 5)	78
Figura 8 – Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 6).....	80
Figura 9 – Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 7).....	81
Figura 10 – Capa: Brasil, país em desenvolvimento até quando? (Série Pensamentos Liberais, v. 8).....	82
Figura 11 - Capa: Cultura do trabalho (Série Pensamentos Liberais, v. 9)	83
Figura 12 – Capa: O dever do Estado (Série Pensamentos Liberais, v. 10).....	84
Figura 13 – Capa: Propriedade e desenvolvimento (Série Pensamentos Liberais, v. 11)	85
Figura 14 – Capa: Agora, o mercado é o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 12).....	86
Figura 15 – Capa: Cultura da liberdade (Série Pensamentos Liberais, v. 13).....	87
Figura 16 – Capa: Seis temas para entender o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 14)....	88
Figura 17 – Capa: A liberdade na era digital (Série Pensamentos Liberais, v. 15).....	89
Figura 18 – Capa: Que Brasil será o seu? (Série Pensamentos Liberais, v. 16).....	90
Figura 19 – Capa: Até onde chegamos? (Série Pensamentos Liberais, v. 17)	91
Figura 20 – Capa: Construindo soluções (Série Pensamentos Liberais, v. 18).....	93
Figura 21 – Capa: Caminhos para a liberdade (Série Pensamentos Liberais, v. 19).....	95
Figura 22 – Capa: Quem move o mundo? (Série Pensamentos Liberais v. 20).....	96
Figura 23 – Capa: O futuro da democracia (Série Pensamentos Liberais, v. 21).....	97
Figura 24 – Capa: A voz da mudança (Série Pensamentos Liberais, v. 22).....	98
Figura 25 – Capa: Brasil, aberto para reformas? (Série Pensamentos Liberais, v. 23)	99
Figura 26 – Capa: Ser livre inspira você? (Série Pensamentos Liberais, v. 24).....	100
Figura 27 – Mapa conceitual: Série Pensamentos Liberais	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia completa de Presidentes do IEE, edições do Fórum da Liberdade e volumes da série de livros Pensamentos Liberais, até 2020.....	35
Quadro 2 - Ciclo de Formação do IEE: leituras indicadas	46
Quadro 3 – Trabalhos encontrados em repositórios digitais com os descritores: “Instituto de Estudos Empresariais”; “Fórum da Liberdade”; “Pensamentos Liberais”	51
Quadro 4 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 1).....	74
Quadro 5 – Sumário: Custo Brasil (Série Pensamentos Liberais, v. 2).....	75
Quadro 6 – Sumário: Propostas liberais para o Brasil (Série Pensamentos Liberais, v. 3).....	76
Quadro 7 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 4).....	77
Quadro 8 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 5).....	78
Quadro 9 - Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 6)	80
Quadro 10 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 7).....	81
Quadro 11 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 8).....	82
Quadro 12 – Sumário: Cultura do trabalho (Série Pensamentos Liberais, v. 9).....	83
Quadro 13 – Sumário: O dever do Estado (Série Pensamentos Liberais, v. 10).....	84
Quadro 14 – Sumário: Propriedade e desenvolvimento (Série Pensamentos Liberais, v. 11) .	85
Quadro 15 – Sumário: Agora, o mercado é o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 12)	86
Quadro 16 – Sumário: Cultura da liberdade (Série Pensamentos Liberais, v. 13).....	87
Quadro 17 – Sumário: Seis temas para entender o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 14)	88
Quadro 18 – Sumário: A liberdade na era digital (Série Pensamentos Liberais, v. 15).....	89
Quadro 19 – Sumário: Que Brasil será o seu? (Série Pensamentos Liberais, v. 16).....	90
Quadro 20 – Sumário: Até onde chegamos? (Série Pensamentos Liberais, v. 17)	91
Quadro 21 – Sumário: Construindo soluções (Série Pensamentos Liberais, v. 18).....	93
Quadro 22 – Sumário: Caminhos para a liberdade (Série Pensamentos Liberais, v. 19).....	95
Quadro 23 – Sumário: Quem move o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 20).....	96
Quadro 24 – Sumário: O futuro da democracia (Série Pensamentos Liberais, v. 21).....	97
Quadro 25 – Sumário: A voz da mudança (Série Pensamentos Liberais, v. 22).....	98
Quadro 26 – Sumário: Brasil, aberto para reformas? (Série Pensamentos Liberais, v. 23)	99
Quadro 27 – Sumário: Ser livre inspira você? (Série Pensamentos Liberais, v. 24).....	100
Quadro 28 – Artigos com a temática educacional no foco da discussão.....	102
Quadro 29 – Artigos com a temática educacional abordada de forma tangencial	104

LISTA DE SIGLAS

CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EPL	Estudantes pela Liberdade
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FSM	Fórum Social Mundial
GCI	Índice de Competitividade Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Institute of Economic Affairs
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
IL	Instituto Liberal
MBL	Movimento Brasil Livre
NFL	National Football League
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDF	Formato de Documento Portátil
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PP	Partido Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
SFL	Students for Libert
TTCSP	Programa <i>Think Tanks</i> e Sociedades Cívicas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS DA PESQUISA	19
1.1 AS SUBESTIMADAS REDES SOCIAIS DIGITAIS	23
1.2 JORNADAS DE JUNHO: DO MBL À ATLAS NETWORK	27
1.3 PARA ENTENDER O (NEO)LIBERALISMO NO BRASIL: O INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS	34
1.4 REVISÃO DE LITERATURA	50
CAPÍTULO II: PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	54
2.1 SÉRIE PENSAMENTOS LIBERAIS: O ARQUIVO DOCUMENTAL DO FÓRUM DA LIBERDADE	61
2.1.1 O <i>corpus</i> empírico: (re)organizando o discurso educacional neoliberal	101
CAPÍTULO III: A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA EDUCAÇÃO NEOLIBERAL BRASILEIRA	109
3.1 ALGUMAS NOTAS SOBRE O (NEO)LIBERALISMO	109
3.2 SOBRE ALGUNS ELEMENTOS CONSTITUINTES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL BRASILEIRA.....	115
3.3 ENTRELACES DISCURSIVOS: (RE)PRODUZINDO O NEOLIBERALISMO POR MEIO DA EDUCAÇÃO	121
3.3.1 Educar para o mercado: a produção da crise da educação brasileira	123
3.3.2 Objetivo da educação: formar capital humano	128
3.3.3 Voucher escolar: o fim do Estado ineficiente e a devolução da “liberdade”	133
3.3.4 Reformando a escola: <i>performance</i> docente, currículo e <i>accountability</i>.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
REFERÊNCIAS – SÉRIE PENSAMENTOS LIBERAIS	162
DOCUMENTOS <i>ONLINE</i> E <i>SITES</i> CONSULTADOS	166

APRESENTAÇÃO

Para iniciar o romance *A hora da estrela*, Lispector (1998, p. 11) escreveu: “[...] que ninguém se engane, só consigo a simplicidade através de muito trabalho. Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever”. Inspirados pelas palavras da escritora, buscamos desenvolver este texto de forma simples – ainda que rigorosa; apossados das ferramentas teórico-metodológicas oferecidas por Michel Foucault, em busca de respostas para o seguinte problema: *que discursos reformistas sobre a área educacional foram veiculados pela série de livros Pensamentos Liberais, desde o seu primeiro volume, em 1994, até o vigésimo quarto, em 2020? De que forma tais discursos produzem concepções de educação (neo)liberal no Brasil contemporâneo?*

Nota-se que não estivemos interessados em investigar se há ou não discursos reformistas, pois não existem “segredos” sobre a produção de uma agenda (neo)liberal disposta a reformar o Brasil. Tal como pontua Fischer (2002, p. 55), “[...] tenhamos o cuidado de formular perguntas de um modo tal que elas não repitam simplesmente o que já está dado”. Em vista disso, o parêntese ao *neo* representou a busca pelo *como* do neoliberalismo, ou seja, estivemos centrados em observar o conjunto de práticas constitutivas dos discursos reformistas no Brasil.

“São as práticas que objetivam um grupo, uma população, um determinado tipo de produção da indústria cultural, e assim por diante [...]”. (FISCHER, 2002, p. 62). Isto é, o enfoque da análise esteve na gestação da racionalidade de práticas corriqueiras da vida que ressignificam a educação brasileira na Contemporaneidade, a partir de inúmeras transformações das formas de constituição e expressão de um novo *ser* neoliberal.

Para explorar os discursos educacionais neoliberais, proliferados no território brasileiro, optamos pela análise da série de livros *Pensamentos Liberais*, uma coletânea de 24 volumes¹, lançada anualmente junto ao Fórum da Liberdade de Porto Alegre – evento organizado pela *think tank* Instituto de Estudos Empresariais (IEE).

Reconheceu-se as limitações deste estudo em traçar um panorama de especificidades discursivas do neoliberalismo “à brasileira”, a partir do exame de apenas uma *think tank* neoliberal. Isso, contudo, não acarretou a impossibilidade de se realizar um diagnóstico do presente, voltado ao contexto nacional. Compreendeu-se o Fórum da Liberdade de Porto Alegre como o evento capaz de ordenar e reverberar as regularidades discursivas em circulação no Brasil, a partir da reunião de grupos de *lobby*, grandes empresas e celebridades

¹ No momento desta escrita, em março de 2021, não havia sido publicado o vigésimo quinto volume.

empresariais, formadores de opinião da mídia tradicional e influenciadores digitais – todos, exclusivamente, com inspirações (neo)liberais.

O recorte temporal proposto à análise (1994-2020), alinhavado à produção discursiva do Fórum da Liberdade, objetivou percorrer o caminho pelo qual as concepções de educação contemporânea foram e são tecidas no território brasileiro. Observou-se, com atenção, o entremeio de discursos (neo)liberais eruditos e “populares”, bem como as transformações oriundas de todas as novas práticas discursivas emergentes na Era Digital. Buscou-se compreender como os discursos (neo)liberais de autores consagrados, tal qual Friedrich Von Hayek, Milton Friedman e outros, foram adequados a realidade brasileira por meio de produções discursivas oriundas de sujeitos com diferentes lugares de fala que compuseram, ano a ano, o Fórum da Liberdade de Porto Alegre, observados os efeitos dos discursos neoliberais no campo educacional por meio do exame dos artigos analisados em nosso *corpus* empírico.

Tal perspectiva analítica inspirou-se em uma importante característica da genealogia foucaultiana, abordada no curso *Em defesa da sociedade (1975-1976)*, no qual Foucault (1999) pontua a importância de se observar o acoplamento entre os saberes eruditos e os saberes desqualificados, “ou saberes das pessoas”, que “[...] indicam a regionalidade e particularidade de saberes que se encontram, sob a perspectiva das ciências e das grandes teorias, abaixo do limiar da legitimidade requerida por um saber”. (BENEVIDES; BOTELHO; VIEIRA, 2015, p. 265).

Uma vez situada a análise no âmbito das práticas discursivas, passamos a apresentar os objetivos do presente estudo. Buscamos, primeiramente, *narrar de que forma o Fórum da Liberdade de Porto Alegre tornou-se um dos principais produtores de discursos neoliberais no Brasil contemporâneo*. O desenvolvimento da trama responsável por atingir tal objetivo foi descrito no Capítulo I. Como disse Deleuze (1992, p. 131), em entrevista sobre Foucault para Claire Parnet, em 1986: “o pensamento jamais foi questão de teoria. Eram problemas de vida. Era a própria vida”. Em vista disso, o Capítulo I foi orientado pelas motivações desta pesquisa em diálogo com as noções de *redes sociais digitais* e *think tanks* como condições de exercício de *novas práticas discursivas*.

Ressaltamos que a discussão sobre o que chamamos de *novas práticas discursivas*, oriundas dos meios digitais, não foi adensada como planejávamos ao início desta pesquisa e que, inclusive, foi sugerido no momento de qualificação deste trabalho, ainda enquanto projeto. Retomamos Maffesoli (2005, p. 15) para auxiliar-nos a justificar o porquê de hesitarmos em efetuar tal movimento:

Certamente não se pode silenciar sobre o que provoca incômodo e incompreensão. Alguns tratam disso com sucesso e, com frequência, universitários, jornalistas, políticos preferem dissertar ou tagarelar, de acordo com as circunstâncias, sobre assuntos preestabelecidos com as ideias prontas. A realidade empírica, porém, continua ali, incontornável, e deixa estupefatos os que não souberam mudar a tempo de ideias. Quanto aos outros, tão próximos da farsa e da hipocrisia, empregam-se, com constância, a deturpar o sentido do acontecimento para fazê-lo entrar, pela força, no *prêt-à-porter* de uma verdade dogmática elaborada para a circunstância. (MAFFESOLI, 2005, p. 15, grifos do autor).

Quando discorremos sobre os fundamentos desta pesquisa, durante o Capítulo I, narramos de que forma o Instituto de Estudos Empresariais foi se constituindo como o protagonista de nossa análise e, conseqüentemente, os artigos da série de livros *Pensamentos Liberais* como o nosso *corpus* empírico. Buscamos analisar *discursos* de modo que Foucault (2008, p. 133), ao buscar um significado mais preciso para o termo *prática discursiva*, sugere tratar-se de “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

As redes sociais digitais geram, em nossa visão, mudanças significativas nas condições de existência dos enunciados. Cresce, inclusive, o interesse das pesquisas brasileiras sobre novas formas de governamentalidade contemporâneas, como a *algorítmica*. Ao iniciarmos a pesquisa, focados em investigar produções discursivas oriundas de *think tanks* (neo)liberais, percebíamos a emergência de observar de forma mais atenta os conteúdos dispersos pelas redes sociais digitais, principalmente por conta da proliferação de materiais audiovisuais de cunho anarcocapitalista, disponíveis na plataforma *Youtube*. Contudo, não podíamos, naquele momento, predeterminar o conteúdo de nosso material empírico.

Acabamos, desse modo, empregando as discussões sobre as novas práticas discursivas de modo a contextualizar nossa análise, ou melhor, a explorá-las como condições de possibilidade para que passemos a observar a atuação de *think tanks* no campo educacional, deixando brechas para avançarmos aos estudos do meio digital, considerando-o um novo contexto de produção discursiva em processo de consolidação. Com isso, importou-nos compreender como os meandros da ascensão da nova direita política foram forjados, em grande parte, pelas novas práticas da Era Digital e de redes neoliberais, as quais o Fórum da Liberdade de Porto Alegre atua como um catalizador discursivo no território nacional. Assim, ao final do Capítulo I, esperamos que o leitor compreenda a série de livros *Pensamentos Liberais* como um conjunto de documentos capazes de reproduzir historicamente o modo como a Educação vem sendo forjada por redes neoliberais, centralizadas nacionalmente em torno do Instituto de Estudos Empresariais, por meio da organização do Fórum da Liberdade.

O Capítulo II tratou do percurso teórico-metodológico, com a preocupação inicial de propor uma discussão de cunho filosófico, a partir das ressonâncias nietzschianas manifestas, principalmente, nas obras de Gilles Deleuze e Michel Foucault. Na seção 2.1 do capítulo referido, buscou-se contemplar o segundo objetivo proposto, de *enunciar as práticas discursivas relacionadas à Educação, engendradas pela série de livros Pensamentos Liberais*. Não houve um movimento analítico específico na seção, apenas o esforço em aproximar o leitor a cada um dos livros explorados, com a reprodução dos sumários completos de cada volume, juntamente as imagens de suas capas, na tentativa de propiciar a experiência material de contato com as obras. As descrições dos volumes pontuaram os artigos com discussões educacionais em destaque. Tratou-se da seleção e constituição do *corpus* empírico.

No Capítulo III *A produção discursiva da educação neoliberal brasileira*, buscamos alcançar os dois objetivos finais desta pesquisa: *analisar os meios pelos quais as práticas discursivas da série Pensamentos Liberais inscrevem o discurso das reformas educacionais em um regime de verdade; e discutir os efeitos das concepções de educação (neo)liberal no campo educacional brasileiro*. Para isso, organizamos o capítulo de modo pouco convencional, fragmentando-o em seções e subseções que buscaram tecer nossos referenciais teóricos juntamente à nossa análise. Nossa intenção foi de abdicarmos as discussões que empregam tentativas de definir o *neoliberalismo* como uma teoria. Buscamos, por outro lado, compreender a contínua produção da racionalidade neoliberal no território brasileiro, tomando os discursos educacionais como norteadores da produção discursiva analisada.

Com isso, na seção 3.1 *Algumas notas sobre o (neoliberalismo)*, revisitamos, de forma breve, o liberalismo clássico, a fim de compreender as disputas discursivas que constituíram o plano de fundo ao Colóquio Walter Lippmann. Após esse marco temporal, buscamos dar destaque à Escola Austríaca, em especial à Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek, por conta de suas obras serem manifestadas como referências ao “bom entendimento” do liberalismo, por Donald Stewart Jr, fundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, primeiro *think tank* (neo)liberal brasileiro. Na seção 3.2 *Sobre alguns elementos constituintes da racionalidade neoliberal brasileira*, trazemos à discussão Ayn Rand e Milton Friedman, com a finalidade de traçar pressupostos filosóficos libertarianos desses autores, frequentemente referenciados ao longo dos artigos da série de livros *Pensamentos Liberais*.

Na seção 3.3 *Entrelaces discursivos: (re)produzindo o neoliberalismo por meio da educação brasileira*, buscamos propor uma trama em que fosse possível compreender a organização discursiva do neoliberalismo “à brasileira” por meio dos discursos educacionais

observados na série de livros *Pensamentos Liberais*, apresentando quatro subseções: na subseção 3.3.1 *Educar para o mercado: a produção da crise da educação brasileira*, argumentamos que a noção de crise escolar é engendrada como condição de possibilidade para as “necessárias” reformas educacionais. Na subseção 3.3.2: *Objetivo da educação: formar capital humano*, delineamos as formas pelas quais o discurso da reforma constitui-se na contemporaneidade nacional. Na subseção 3.3.3: *Voucher escolar: fim do Estado ineficiente e a devolução da “liberdade”*, o fio argumentativo foi alinhado pela obra *Liberdade de Escolha*, de Milton e Rose Friedman. Procuramos demonstrar como o projeto dos *vouchers* enfraquece a democracia e carrega consigo discursos eugênicos. Na subseção 3.3.4 *reformando a escola: performance docente, currículo e accountability*, a figura do professor ganha a centralidade da discussão, com desdobramentos de políticas educacionais ligadas diretamente à formação e à atuação docente, modificando suas práticas.

Por fim, concluímos que a organização discursiva neoliberal (re)produz os sujeitos educacionais por meio dos discursos reformistas, de modo que os sentidos de educação sejam ressignificados tanto pelos professores quanto pelos alunos, convertidos em valores neoliberais capazes da retroalimentação da sociedade neoliberal. A mescla de valores oriundos de duas escolas econômicas, de Chicago e Austríaca, forja sujeitos individualistas e críticos a incentivos sociais, os quais seriam imorais perante o mercado e restringiriam a liberdade de escolha, alcançada, apenas, com aceitação do egoísmo como *devoir* da existência.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS DA PESQUISA

Tudo o que Foucault diz aos historiadores é o seguinte: vocês podem continuar a explicar a história como sempre o fizeram: somente, atenção: se observarem com exatidão, despojando os esboços, verificarão que existem mais coisas que devem ser explicadas do que vocês pensavam; existem contornos bizarros que não eram percebidos. (VEYNE, 1998, p. 252).

A opção de analisar os discursos educacionais presentes na série de livros *Pensamentos Liberais* emergiu da aliança entre a ascensão de discursos conservadores em contexto global e o esvaziamento do discurso político perante a expansão da lógica econômica a todas as esferas da vida. Essa aliança recebeu significativa notoriedade no Brasil com a ascensão da direita política, à época processo de *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Contudo, as explicações para a “virada” da política brasileira não devem ser resumidas a uma relação causal, na qual o Partido dos Trabalhadores (PT) fora oprimido pelo Capitalismo, compreendido como um antagonista de atos deliberados. Reforça essa tese o cientista político e Professor da Universidade de São Paulo (USP), além de Porta-voz da Presidência da República, durante o primeiro mandato do Governo Lula, André Singer. Para o pesquisador, em análise sobre os planos de governo de Lula e Dilma Rousseff, delineados no Diretório Municipal do PT, no Jardim Anhembi, São José dos Campos/SP:

O compromisso com a “estabilidade monetária e responsabilidade fiscal” volta a comparecer no programa presidencial quatro anos depois, e a “preservação da estabilidade econômica” continua como diretriz, agora para o governo Dilma Rousseff, oito anos mais tarde. A defesa da ordem viera para ficar, e a direção decidida no Anhembi se tornaria programa permanente. O que estava em jogo, na verdade, era o abandono da postura anticapitalista que o partido adotara na fundação. (SINGER, 2012, cap. 2).

Jessé Souza, outro expoente intelectual brasileiro, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, durante o governo Dilma, entre 2015 e 2016, também expõe críticas às escolhas políticas do Partido dos Trabalhadores, na obra *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*:

Hoje em dia, o capitalismo financeiro começa a criar sua própria classe trabalhadora crescentemente precarizada e ameaçada pelo desemprego e corte de direitos. Pior ainda. Parte dela se identifica com os opressores e se imagina “empresário de si mesmo”. A competição tende a superar a solidariedade de classe como efeito de vários fatores. A conquista dessa nova classe trabalhadora precarizada – que um marketing míope e pouco inteligente do próprio PT chamou de “nova classe média” – será o principal desafio para qualquer perspectiva crítica no espectro político futuro. (SOUZA, 2017, p. 108).

No entanto, as críticas expostas não significam uma negação aos avanços sociais provenientes dos governos petistas. Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 328) apontam, no governo Lula, um período em que o Estado passou por uma verdadeira reforma democrática, dada a abertura de espaços burocráticos do Governo Federal aos militantes de movimentos sociais da sociedade civil e ao “[...] aumento da importância da participação formal no processo de elaboração de políticas públicas, através de conselhos e conferências”. Importam essas observações, pois não buscamos equalizar as ações políticas locais, a fim de inferir a existência de um bloco homogêneo em que se confundem *esquerda* e *direita*. Contudo, faz-se importante perceber como grande parte da esquerda política está delicadamente convertida às práticas neoliberais.

Ainda na graduação, durante pesquisas de Trabalho de Conclusão de Curso, entre 2017 e 2018, encontramos² no plano de governo de Dilma Rousseff, para as eleições de 2014, propostas educacionais a fim de privilegiar “[...] a formação educacional e científica e, portanto, a economia do conhecimento”. (ROUSSEFF, 2014, p. 11). Uma vez reconhecida a *Teoria do capital humano* como parte fundamental do projeto neoliberal para a Educação, é preciso observar a adoção da própria esquerda política à linguagem empresarial. Nesse ponto, é válida a lembrança de Souza (2017, p. 95):

[...] a incorporação de conhecimento arduamente obtido pelo esforço disciplinado aparece ao indivíduo como interna e inata, como fazendo parte da sua personalidade mesma e, portanto, indissociável de si, ao contrário do dinheiro percebido como algo externo à personalidade. Por conta disso, a classe média é a classe por excelência da falácia da meritocracia.

Para Laval (2004, p. 14), o modelo do mercado tende a se impor “[...] de um modo muito eufemístico, quando a esquerda se engajou, como um certo zelo, nesse caminho”. Poderia, assim, falar-se de algumas práticas neoliberais adotadas pela esquerda em prol do *consenso* democrático, “[...] concebido como o regime puro da necessidade econômica”. (RANCIÈRE, 1996, p. 367). Nesse sentido, Jacques Rancière (1996, p. 368) propõe compreender as noções de *consenso* e *democracia* como paradoxais, “[...] precisamente porque o que chamam de consenso é na verdade o esquecimento do modo de racionalidade próprio à política”.

Quando até o maior partido político à esquerda do espectro no Brasil e na América Latina faz uso de discursos neoliberais, torna-se natural observar a ordem do discurso

² O autor e sua orientadora seguem trabalhando em conjunto, desde a monografia de graduação. Assim, optamos por flexionar os verbos do texto na primeira pessoa do plural. Apenas na seção 1.2, em que as motivações de pesquisa atravessam o texto, fez-se necessário utilizar a primeira pessoa do singular em alguns casos.

educacional materializados em ideais educacionais voltados a valores performativos. Na inversão conceitual proposta por Rancière (1996, p. 374), a prática política “racional” significaria aceitar o *dissenso*, “[...] um conflito sobre a constituição mesma do comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele se falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados”. De tal modo, na continuidade do oposto, o consenso neoliberal esgotará o âmbito político da Educação. Ao retomar Wendy Brown, Lacerda (2018, p. 62) argumenta como o neoliberalismo transforma “[...] problemas coletivos em problemas individuais com soluções de mercado e defende o estatismo no modelo de empresa, em que normas democráticas são substituídas por critérios de eficiência e lucro”.

Nesse sentido, a tese de Marina Lacerda (2018) apresenta-se como uma tentativa recente de compreender a ascensão da direita no Brasil, a partir da observação de uma agenda neoconservadora na Câmara dos Deputados, com adoção de políticas neoliberais e influenciada pelo neoconservadorismo norte-americano. A influência dos Estados Unidos da América na política brasileira constitui-se como uma chave de análise essencial. Ainda nesse contexto de discussão, Denise Gros (2003) apresentou um importante movimento analítico ao propor a análise do *Instituto Liberal do Rio de Janeiro* e do *Instituto Liberal de São Paulo* como difusores do neoliberalismo no Brasil. O trabalho de Gros (2003) sugere a existência de uma rede internacional de *think tanks* neoliberais e ensaia a composição de uma rede de grupos empresariais apoiadores dos institutos liberais no território brasileiro.

Com o avanço da Era Digital e da globalização, novas pesquisas vêm tentando compreender o fenômeno de ascensão da direita brasileira, voltando-se à observação de *think tanks* neoliberais, tais como pesquisas sobre o *Instituto Millenium* em Silveira (2013), Giménez (2015), Pastore (2016) e Alexandre (2017); pesquisas sobre o *Instituto Ludwig Von Mises Brasil* em Pai (2017), Rodrigues (2017) e Santos (2018); pesquisas sobre o *Estudantes pela Liberdade* em Gobbi (2016); além do recente trabalho de Rocha (2018) em que se busca investigar a formação de uma nova direita ultraliberal-conservadora, observada sua organização no contexto digital.

Notamos, na produção científica recente voltada a temática, a carência de pesquisas relacionadas ao campo educacional, de forma específica. Desse modo, desnaturalizar o discurso educacional neoliberal como “verdade incontestável” e consensual para o século XXI é essencial para os objetivos da presente pesquisa (e da democracia). Assim, de forma não-aleatória, a escolha da série de livros *Pensamentos Liberais*, como *arquivo* do qual emergem os textos escolhidos para compor o *corpus* empírico, foi o fio condutor deste capítulo, conforme detalhamos a seguir.

Apresentamos as justificativas de nossa trama fragmentadas. Isso não significa haver uma relação linear entre os eventos descritos, afinal “[...] é preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção de acontecimentos”. (FOUCAULT, 1999, p. 59). A opção de apresentar os argumentos em partes buscou, apenas, dar fluidez ao processo de leitura.

Na seção 1.1, inauguramos nossa fala com a defesa de que é necessário, para a plena compreensão da Contemporaneidade, incluir as *redes sociais digitais* ao debate acadêmico da área educacional, bem como em qualquer debate atual sobre política. A fim de contextualizar os efeitos das redes sociais, discorreremos, brevemente, sobre o fenômeno atual de *fake news*. Apresentamos o Ministério da Educação com um exemplo de elo relacional entre os efeitos políticos das *fake news* e a área educacional. Por fim, encerramos a primeira seção com alguns dados estatísticos que ilustram a crescente utilização das redes sociais digitais por grande parte da população brasileira, demarcando a existência de novas práticas discursivas.

Na seção seguinte, sugerimos vínculos entre as novas práticas discursivas e os eventos recentes de nosso país, como as *Jornadas de Junho de 2013* e o protagonismo do Movimento Brasil Livre (MBL), conquistado ao orquestrar as manifestações *pró-impeachment*, via redes sociais. Apresentamos questionamentos sobre a emergência do MBL, em diálogos com trabalhos de pesquisa realizados, e inscrevemos o Movimento no complexo conjunto de ações direcionadas a promoção de ideias neoliberais na sociedade, em que a figura da *Atlas Network* se destaca como propulsora de *think tanks* destinadas a alastrar o (neo)liberalismo pelo mundo. Por fim, damos protagonismo a atuação de uma das *think tanks* parceiras da *Atlas Network* no Brasil: o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), localizado no estado do Rio Grande do Sul. Para demonstrar a importância da atuação da *think tank* gaúcha, destacamos as congratulações da própria *Atlas Network* ao IEE, dadas em função do grande projeto da instituição: o *Fórum da Liberdade*, realizado anualmente na cidade de Porto Alegre/RS.

Na terceira seção, narramos uma pequena história sobre a constituição do Instituto de Estudos Empresariais, desde o ano de 1984. Demonstramos, ao longo do relato, o contexto de criação do Fórum da Liberdade de Porto Alegre, em 1988, e da série de livros *Pensamentos Liberais*, em 1994. Encerramos o primeiro capítulo exibindo o movimento de revisão de literatura, realizado em função de buscar teses e dissertações realizadas sobre o IEE, o Fórum e/ou a série *Pensamentos Liberais*.

1.1 AS SUBESTIMADAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

É #FAKE que a água tônica seja eficaz contra o novo coronavírus. (PENNAFORT/CBN, [2020?]).

Mesmo em um momento ímpar na história global, à primeira vista, nada a estranhar: uma informação falsa foi disseminada, em poucas horas, na maior parte do Brasil, por meio de redes sociais digitais³, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter*. A proporção tomada pelas *fake news* levou a implementação, no ano de 2019, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)⁴ para investigar a prática no país.

A expressão de língua inglesa *fake news* já está incorporada ao vocabulário da sociedade brasileira. Trata-se de um fenômeno contemporâneo que não teria possibilidade de ocorrer em outra época, com tamanha proporção, caso não existissem as redes sociais digitais. A recente atenção do Poder Legislativo com a interação discursiva em ambiente virtual simboliza a urgência de incluir a utilização da internet na pauta de discussões políticas. Contudo, há de se considerar defasado, por anos, o movimento da Câmara dos Deputados – embora perceba-se, no ambiente acadêmico, semelhante atraso.

Na área educacional, ainda há perguntas sobre a relevância de discussões de tal caráter para a Educação, bem como existe certa resistência em aceitar a metamorfose da atividade política no século XXI. A discussão sobre “políticas educacionais” continua resumida a práticas institucionais de Governo⁵ – quando mesmo essas práticas já deveriam ser observadas sob uma óptica “atualizada”, na qual as redes sociais digitais são exploradas pelos novos atores políticos, para expressarem seus projetos de forma extraoficial, a tomar como exemplo

³ Há discussões, dentre especialistas em tecnologia digital, sobre os conceitos pertinentes para referir-se ao *WhatsApp*, *Youtube*, *Twitter*, entre outros. Adotamos, nesta pesquisa, o termo *rede social digital*, consoante a Vermelho *et al.* (2014, p. 187): “numa pesquisa informal aos pesquisadores espalhados pelas Américas, Europa e Estados Unidos, com os quais o grupo de pesquisa tem relações, o termo mais corrente adotado nos países da América Latina, Portugal, França e Espanha é o de ‘rede social digital’”. Para aprofundar a discussão sobre as variações de termos, indicamos a leitura de Vermelho *et al.* (2014).

⁴ A CPMI – *Fake News* dispõe o texto inicial: “[...] investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio”. (LEITE *et al.*, p. 1, 2020).

⁵ Adotamos o vocábulo Governo enquanto a “instituição do Estado que centraliza ou toma para si a caução da ação de governar. Nesse caso, a relação entre segurança, população e governo das pessoas é uma questão de Governo, deste ou daquele Governo...” e não como a “ação ou ato de governar [governamento]”. (VEIGANETO, 2002, p. 19).

o ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, integrante da *ala olavista*⁶ do Governo Federal.

Compreender os movimentos da principal pasta do Poder Executivo da educação brasileira requer acesso à produção discursiva da ala olavista, algo impossível se ignoradas as redes sociais digitais. Exemplo disso é *Pátria Educadora*, documentário em forma de trilogia, lançado pela empresa de produção cinematográfica *Brasil Paralelo*, em 31 de março de 2020. O material está disponível, com acesso gratuito, no canal oficial da empresa no *Youtube*, e tem duração total superior a três horas. O valor de produção (estimado pelos próprios idealizadores) foi acima de dois milhões de reais.

A produção discursiva do documentário ficou a cargo de alguns convidados hoje “famosos”, como Olavo de Carvalho e Abraham Weintraub, e outros ainda anônimos aos olhos da maioria – apesar de ocuparem posições de destaque em debates entre núcleos conservadores –, como Flavio Morgenstern, mantenedor do site *Senso Incomum* e do podcast *Guten Morgen*, projeto no qual teve como diretor-assistente Filipe G. Martins – hoje Assessor Especial da Presidência da República e um dos supostos chefes do *Gabinete do Ódio*⁷.

Agora “notáveis”, Filipe G. Martins e Flavio Morgenstern estão entre os investigados pela CPMI – Fake News, em uma época de latente preocupação jurídica sobre as práticas de interação discursiva nas redes sociais. Todavia, seguem algumas questões importantes: em que momento os pesquisadores de ciências humanas estarão engajados na análise das práticas discursivas das redes sociais? Qual será a postura dos pesquisadores da área educacional perante a emergência das redes sociais digitais como novas arenas políticas?

Intelligere, compreender, não é nada mais que um certo jogo, ou melhor, o resultado de um certo jogo, de uma certa composição ou compensação entre ridere, rir, lugere, deplorar, e detestari, detestar. Nietzsche diz que só compreendemos porque há por trás de tudo isso o jogo e a luta desses três instintos, desses três mecanismos, ou dessas três paixões que são o rir, o deplorar e o detestar (o ódio). (FOUCAULT, 2005, p. 20-21).

⁶ Há consenso entre os principais veículos da imprensa nacional em designar um segmento do atual Governo Federal, formado por ex-alunos e simpatizantes de Olavo de Carvalho, como *ala olavista* ou *ala ideológica*. A produção acadêmica brasileira apresenta escassez de estudos demarcados pelo descritor “ala olavista”, com nenhuma produção científica disponível nos Periódicos Capes e Scielo. O Google Acadêmico apresenta três resultados na busca pelo descritor, a ver: Sousa e Coimbra (2020), Schutte; Fonseca e Carneiro (2019), Santos (2019).

⁷ “Gabinete do Ódio” é o termo, referido à sala 315 do Palácio do Planalto, ocupada pelo Assessor Especial da Presidência da República. A expressão foi popularizada a partir do depoimento da deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) para a CPMI – Fake News, em 04 de dezembro de 2019. Nessa sala há, supostamente, uma ação organizada de divulgação de Fake News em massa, a fim de denegrir alvos específicos. Em produções acadêmicas, há apenas uma referência ao descritor “gabinete do ódio”, encontrada no Google Acadêmico, na dissertação de Carvalho (2020).

A rejeição do pensamento de Olavo de Carvalho e seus discípulos da pauta de discussão educacional, por considerá-los pouco coerentes/rigorosos na defesa de seus argumentos, representa uma lacuna para a compreensão da Contemporaneidade. Esses, bem como outros grupos de vertentes do “conservadorismo liberal”, apropriaram-se do novo ambiente de debate político – as redes sociais digitais – e vertiginosamente estão disseminando seus ideais entre o imaginário popular da sociedade civil, enquanto a Academia ignora os efeitos reais produzidos por essas práticas discursivas.

As pesquisas acadêmicas, na área de políticas educacionais, ainda não estão debruçadas de forma aprofundada⁸ sobre o tema das redes sociais digitais, como demonstram os 141 resultados encontrados nos *Periódicos Scielo*⁹, dentre os quais percebe-se a ausência da discussão sobre efeitos políticos. Destaca-se, contudo, o artigo de Severo; Gonçalves e Estrada (2019), no qual é discutido o *Movimento Escola Sem Partido*, a partir da difusão do pensamento conservador nas mídias sociais *Facebook* e *Instagram*.

Ignorar as redes sociais digitais equivale a ignorar as novas práticas sociais da Contemporaneidade, uma vez que a internet não só expandiu a semântica do conceito de *rede social*, como também possibilitou modificações nas funções de ferramentas de interação, com notório destaque ao *smartphone*. Segundo publicação de 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “em 2014, pela primeira vez, o uso do telefone celular para acessar a Internet ultrapassou o número de microcomputador nos domicílios brasileiros”. (IBGE, 2016, p. 40).

Os dados apontam, em 2015 (ano-base da pesquisa), que 102,1 milhões de pessoas, com 10 anos ou mais, utilizaram a internet no Brasil – número que representa 57,5% da população na faixa etária especificada. Dentre esse grupo, 92,1% utilizaram o telefone celular para realizar o acesso. (IBGE, 2016).

O informativo *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017*, publicada em 2018, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), atualizou os resultados divulgados pelo IBGE, em 2016. Como

⁸ Na próxima seção, citamos o livro de Stephen J. Ball (2014): *Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Nesse trabalho, o autor introduz algumas problemáticas da pesquisa em rede, uma vez que “[...] os exemplos dados e utilizados são parciais, superficiais e muito sensíveis ao tempo. Os processos de mudança em política e de provisão os quais eu procuro descrever movimentam-se incrivelmente rápido. Grande parte do conteúdo deste livro estará desatualizado no momento em que ele for publicado”. (BALL, 2014, p. 12).

⁹ Para essa busca, foram encontrados 1.705 resultados, utilizando os descritores: "mídia social" or "mídias sociais" or "rede social" or "redes sociais" or "rede social online" or "redes sociais online" or "rede digital" or "redes digitais" or "software social" or "softwares sociais". Após, foi aplicado o filtro “WOS ÁREAS TEMÁTICAS”, selecionando as opções: “Educação e pesquisa educacional” (119 resultados); Educação, disciplinas científicas (16 resultados); Psicologia, educacional (13 resultados); Educação, especial (5 resultados). Com isso, chegou-se aos 141 resultados referidos. Os resultados são referentes ao dia 02 de maio de 2020.

esperado, os números subiram: o celular foi o equipamento utilizado para acessar à internet no domicílio em 98,7% dos casos, em um cenário no qual 74,9% dos domicílios permanentes do país utilizaram a internet pelo menos uma vez. (IBGE, 2018).

Uma informação adicional divulgada pela pesquisa foi a *finalidade do acesso à internet*, com destaque a dois resultados: “enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail*” representaram 95,5% dos acessos; “assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes” foi a finalidade de 81,8% dos entrevistados. (IBGE, 2018, p. 1). Conforme a *GlobalWebIndex*, empresa inglesa de pesquisa de mercado, dentre os 45 maiores mercados de internet no mundo, o Brasil é o segundo colocado do *ranking* de países em que as pessoas gastaram mais tempo nas redes sociais, considerado o primeiro trimestre de 2019.¹⁰

O conjunto de dados disponíveis confirma um fato: a maioria dos brasileiros já possui acesso à internet e a utiliza, prioritariamente, em redes sociais. O crescimento desse padrão comportamental ocorre ano após ano, com os dados da *GlobalWebIndex* e das pesquisas divulgadas pelo IBGE convergindo nesse sentido. Todavia, mesmo evidenciado o crescente acesso à internet via *smartphone*, além de observados fatos recentemente, como o processo de *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, marcado por manifestações de milhares de pessoas pelas ruas do país, nas quais as redes sociais digitais funcionaram como comitês estratégicos; entre os anos de 2017 e 2018, havia aparente consenso entre jornalistas e analistas políticos sobre a impossibilidade de ocorrerem eventos políticos atípicos; como, por exemplo, um candidato considerado *outsider*, como Jair Messias Bolsonaro, vencer as eleições à Presidência do Brasil.

Isso significa que, num intervalo de tempo muito recente, as redes sociais digitais seguiam subestimadas de forma inexplicável, uma vez que eram utilizadas por mais de 100 milhões de pessoas no país. A fala de 2017, do jornalista Carlos Andreazza, no programa *Três em Um*, da rádio *Jovem Pan*, sintetiza o recente discurso da época: “[...] *rede social não faz Presidente da República. [...] O que faz Presidente da República, ainda no Brasil, e isso talvez seja um sinal ruim, mas é campanha na televisão, é dinheiro, é dinheiro, é dinheiro; é visibilidade, é entrar todo dia, muito, na casa das pessoas [...]*”.¹¹

O problema da análise de Carlos Andreazza, semelhante a de seus colegas de profissão e de alguns pesquisadores, reside em ignorar as modificações de práticas sociais “banais” em uma determinada época, como o ato de utilizar o aparelho celular na Contemporaneidade.

¹⁰ BBC ([2019?]).

¹¹ ANDREAZZA (2 min 21 s - 2 min 38 s, [2017?]).

Nesse ponto, Castells (2014, cap. 6) estava certo em indicar que “[...] nos bastidores desse processo de mudança social está a transformação cultural de nossas sociedades”. O autor, no livro *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, coloca-se na vanguarda da discussão sobre a nova forma de fazer política por meio das redes sociais, algo posto em evidência no Brasil, a partir de junho de 2013, nas chamadas *Jornadas de Junho*, às quais discorreremos a seguir.

1.2 JORNADAS DE JUNHO: DO MBL À ATLAS NETWORK¹²

As redes sociais modificaram o cenário político brasileiro. Em 2016, o *impeachment* de Dilma Rousseff demonstrou a força popular do Movimento Brasil Livre (MBL), principal organizador de manifestações pela destituição da ex-Presidente da República. Já no ano de 2018, as urnas consolidaram o MBL como potência política, e seus líderes mais conhecidos foram eleitos deputados: 465.310 votos para Kim Kataguiri (DEM/SP), o 4º (quarto) Deputado Federal mais votado no estado de São Paulo; 478.280 votos para Arthur Moledo do Val (DEM/SP), o 2º (segundo) Deputado Estadual mais votado no estado de São Paulo e no Brasil.¹³

Das *Jornadas de Junho*¹⁴ de 2013 até a consolidação do processo de *impeachment*, em 2016, às eleições de 2018, a ascensão do MBL foi notória e teve nas redes sociais digitais seu principal veículo de propulsão. Apesar disso, não raras vezes foi proposto, ainda no período vigente de minha iniciação científica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, entre 2017 e 2018, o debate sobre a capacidade de mobilização popular do movimento dito “apartidário” que se expandia vertiginosamente utilizando plataformas como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. Infelizmente, consideradas minhas experiências, essas discussões ainda não despertavam grande interesse acadêmico.

O interesse em relacionar Política e Educação segue desde a minha graduação em Letras. Investigar as formas pelas quais as concepções de educação foram (re)produzidas pelos discursos político-eleitorais nos segundos turnos dos anos de 2014 (Governo do Rio Grande do Sul e Presidência da República) e 2016 (Prefeitura de Porto Alegre) foi, resumidamente, o objeto de pesquisa de meu Trabalho de Conclusão de Curso. Naquele

¹² Como adiantamos, em alguns momentos dessa seção, os pronomes “eu” e “nós” intercalam-se, devido à situações em que o autor narra situações vividas.

¹³ BRASIL ([2020?a]).

¹⁴ Para uma discussão centrada nas *Jornadas de Junho*, recomendo o artigo de Machado e Miskolci (2019).

momento, chegamos à conclusão de que os discursos presentes nas propostas de campanha estavam ordenados pelo paradigma do capitalismo flexível, voltados ao desenvolvimento de concepções neoliberais de educação pautadas por valores performativos. (PASINI LEANDRO, 2018).

Contudo, os resultados da pesquisa trouxeram mais dúvidas do que respostas: afinal, o que estávamos nomeando como uma concepção *neoliberal* de educação? Sob quais fatores sustentava-se o prefixo *neo*? Por que esse termo possui conotação pejorativa entre muitos autodeclarados liberais? Por que existem tantas pesquisas na área educacional sobre o *neoliberalismo*? Como os pesquisadores conceituam o termo? Ele pode ser polissêmico, variar sua significação de acordo com a área de concentração de estudo?

Durante o período de preparação para o processo seletivo do Mestrado em Educação, o ingresso como convidado no grupo de estudos da Profª. Dra. Viviane Klaus¹⁵ propiciou o primeiro contato com a obra de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, discutida ao longo do segundo semestre de 2018. Após preliminar introdução ao campo teórico dos *Estudos Foucaultianos*, realizada no trabalho final de graduação, o conceito de *racionalidade neoliberal*, proposto por Dardot e Laval (2016), juntamente com as discussões da obra *Nascimento da biopolítica*, de Michel Foucault (2008a), instigaram, em definitivo, aprofundar as pesquisas sobre as relações entre neoliberalismo e Educação.

Por intermédio da Professora Viviane Klaus, em seu projeto de pesquisa *Gerencialismo e empresariamento da Educação em escolas públicas do Rio Grande do Sul: efeitos no cotidiano escolar*, estudamos o livro *Educação global S. A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*, de Stephen J. Ball. Na obra, Ball (2014, p. 11) apresenta “[...] uma tentativa de desenvolver um método de análise de política ajustada ao contexto atual da política educacional global”. Conforme o autor

Reformas neoliberais também são “realizadas” e espalhadas globalmente por meio de atividades das Redes Transnacionais de Influência (TANs). (...) Elas diferem de outros tipos de redes, pois elas existem para promover causas de princípios, ideias e valores. Elas existem para mudar a política internacional, bem como fazer essas mudanças reais no dia-a-dia das pessoas comuns. (BALL, 2014, p. 39).

Instigados pelo livro de Stephen J. Ball, passamos a observar de forma diferente as práticas responsáveis pelas mudanças “reais” da Contemporaneidade. Como internauta

¹⁵ Durante a Licenciatura em Letras, a Prof. Dra. Viviane Klaus foi orientadora de meu Trabalho de Conclusão de Curso, referenciado como Pasini Leandro (2018).

assíduo, não compreendia de que forma o MBL havia se tornado um “fenômeno” que emergira das redes sociais digitais para disseminar ideais (neo)liberais no mundo “real”. O incômodo, no entanto, não estava restrito a meus questionamentos. A editora Boitempo, no ano de 2016, publicou o livro *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*.

Na obra, conforme o trabalho da jornalista Marina Amaral, a *Agência Pública*, em março de 2015, passava a investigar o Movimento Brasil Livre:

Por meio de entrevistas e documentos, a reportagem revelava que o MBL havia sido gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch, como a Charles G. Koch Charitable Foundation, o Institute of Human Studies (IHS) e o Cato Institute. Em duas décadas, essas fundações haviam despejado 800 milhões de dólares na Atlas Network, conforme informações obtidas na série de Formulários 990 entregues ao IRS (a Receita Federal americana). Isso sem contar as despesas com os *fellowships* e os cursos para formação de lideranças de estudantes, principalmente da América Latina e da Europa Oriental, nos Estados Unidos, realizados em parceria entre a Atlas e as fundações “liberais ou libertárias” que compõem a rede. (AMARAL, 2016, cap. 1).

A rede descrita por Amaral (2016) apresenta confluências com os ditos de Stephen J. Ball. Há menções à *Atlas Network* em ambos os textos, e as fundações citadas por Marina Amaral dialogam com as atuações de *think tanks*, descritas por Ball (2014, p. 40): “[...] como partes das TANs e, por vezes, em seu próprio direito, *think tanks* têm, frequentemente, pontos muito específicos e eficazes de entrada em sistemas políticos: ‘*think tanks* estão alinhados em uma teia de relações”’.

De acordo com o *Programa Think Tanks e Sociedades Civis* (TTCSP), do *Instituto Lauder*, Universidade da Pensilvânia (EUA):

Think tanks são organizações de pesquisa, análise e engajamento de políticas públicas. São organizações que geram pesquisa, análise e aconselhamento orientado a políticas sobre questões domésticas e internacionais que permitem aos formuladores de políticas e ao público tomar decisões informadas sobre questões de políticas públicas.¹⁶

No entanto, as iniciativas do MBL no cenário nacional, lideradas pelo jovem Kim Kataguiri, organizavam-se de forma, aparentemente, espontânea. Essa tese era sustentada, inclusive, pelo Professor Manuel Castells: “[...] em termos de gênese, esses movimentos são amplamente *espontâneos* em sua origem, *geralmente desencadeados por uma centelha de*

¹⁶ TTCSP ([2020?], tradução nossa).

indignação, seja relacionada a um evento específico, seja a um acesso de aversão pelas ações dos governantes”. (CASTELLS, 2014, cap. 6, grifos do autor).

A investigação de Marina Amaral questionou a espontaneidade das manifestações brasileiras, a partir da menção a uma das fundações declaradas pela *Atlas* no *Formulário 990*¹⁷: a *Students for Libert* (SFL). Desde 2012 no Brasil, sob o rótulo de Estudantes pela Liberdade (EPL), a organização, originária de um seminário promovido pela *Atlas Network*, na cidade de Petrópolis/RJ, possuía estreita relação com o Movimento Brasil Livre. Conforme Amaral (2016, cap. 1),

Os rapazes da Estudantes pela Liberdade (EPL) já tinham uma estratégia definida para participar dos protestos, como revelou à Pública o publicitário mineiro Juliano Torres, diretor-executivo da organização. Impedida de participar de manifestações pela legislação dos Estados Unidos (que proíbe a atuação política das fundações americanas) e sem querer perder o bonde da história, a EPL resolveu assumir um nome fantasia, “uma marca para a gente se vender nas manifestações”, como explicou Torres na entrevista. A “marca” era o Movimento Brasil Livre – e Kim Kataguirí, o escolhido para estrelar a campanha do MBL nas ruas.

Para observação do avanço de políticas neoliberais, retomamos, pois, a cientista política Camila Rocha, segundo a qual, “[...] atualmente, é possível dizer que praticamente todos os *think tanks* de direita mais importantes ao redor do globo fazem parte da rede constituída pela Atlas”. (ROCHA, 2015, p. 269). Apontamos, em vista disso, a rede de *think tanks* apoiadas na *Atlas Network* como produtoras e produzidas pela racionalidade neoliberal, responsáveis por uma atuação política que adentra a área educacional e subjetiva docentes, alunos, famílias, além de gerar efeitos nas pedagogias e instituições.

Ao economista austríaco Friedrich August von Hayek (1899-1992) é creditada a motivação em proliferar *think tanks* voltadas aos ideais neoliberais. O fundador da *Sociedade Mont Pèlerin*, em 1947, não considerava propagar suas ideias através de partidos políticos como estratégia mais eficaz, e para difundir seu ideário neoliberal,

[...] inspirado pela atuação dos socialistas da Sociedade Fabiana, ambicionava realizar uma mudança política e ideológica profunda na sociedade britânica no longo prazo, por meio da atuação de uma vanguarda intelectual que agisse de forma estratégica e procurasse influenciar indivíduos denominados como “ideólogos de segunda classe”: jornalistas, acadêmicos, escritores e professores. (ROCHA, 2015, p. 267).

¹⁷ O Formulário 990 é um documento de declarações fiscais, de acesso público, exigido pelo órgão análogo a Receita Federal, nos Estados Unidos da América.

Em 1944, a publicação de *O Caminho da Servidão*, por Hayek, gerou-lhe um discípulo: Antony Fisher. Conforme narrado pela *Atlas Network*¹⁸, Fisher teve contato com uma versão resumida do livro de Hayek (à época, Professor da *London School of Economics*) e afirmou a seu mestre que concordara com todas as palavras escritas na obra. Inicialmente disposto a entrar na política partidária, Fisher acabou seguindo os conselhos de Hayek e iniciou o projeto de criar instituições de pesquisa responsáveis por desenvolver soluções inovadoras para a sociedade, bem como desenlaces para questões de políticas públicas, baseados em teorias sobre o mercado. Em 1955, em Londres, Fisher fundou o *Institute of Economic Affairs* (IEA) – instituição outrora responsável pela produção das bases intelectuais do governo de Margaret Thatcher.

A semente plantada por Antony Fisher chegou à América do Norte, onde surgiram a *Heritage Foundation*, nos Estados Unidos, e o *Fraser Institute*, no Canadá. Rocha (2015) conta que Fisher mudou-se para São Francisco, no estado da Califórnia/EUA, onde conheceu Milton Friedman. Em 1981, com a ajuda da segunda esposa e o incentivo de Friedman, Antony Fisher funda a *Atlas Economic Research Foundation* (atual *Atlas Network*), com o “[...] intuito inicial de fornecer uma espécie de central coordenadora para organizações de direita que haviam sido criadas até então, e de fundar novas ‘filiais’ do IEA em países que não compartilhavam da tradição anglo-saxã [...]”. (ROCHA, 2015, p. 268).

“Não apoiamos candidatos ou partidos políticos, nem de outra forma estamos envolvidos em políticas partidárias”, declara a *Atlas*.¹⁹ Todavia, para analisar a rede, faz-se necessário desviar a atenção de suas supostas intenções prévias e ater-se aos seus efeitos, uma vez que no trabalho das *think tanks*, “[...] doutrina é transformada em política, programas e campanhas”. (BALL, 2014, p. 74). A importância de compreender a produção discursiva neoliberal, apoiada pela *Atlas Network*, é resumida por Stephen J. Ball da seguinte maneira

[...] precisamos entender, pesquisar e reagir ao neoliberalismo não como ideias abstratas, mas como um discurso, no sentido complexo da palavra – um conjunto de práticas e subjetividades que são realizadas em formas “realmente existentes” e corriqueiras em diferentes locais e contextos. (BALL, 2014, p. 74).

As linhas de subjetividade dos discursos empresariais atravessam a ordem do discurso educacional e gestam enunciados como os apresentados, por exemplo, pelo livro *Políticas Educacionais no Brasil: o que podemos aprender com casos reais de implementação?* Na publicação, apoiada pelos *Instituto Natura; Instituto Unibanco; Fundação Lemann* e

¹⁸ ATLAS ([2020?], tradução nossa).

¹⁹ Ibid.

Fundação SM, grupos empresariais filantropos de *think tanks*, há diversas contradições enunciativas e jogos de linguagem, como a dedicatória “aos educadores e gestores que se dedicam à melhoria da educação no Brasil todos os dias, enfrentando as condições mais adversas”. (DALMON; SIQUEIRA; BRAGA, 2018, p. 6).

Uma das “condições adversas”, citadas ao longo do texto, é creditada aos “[...] atores locais (que) não cooperam com as diretrizes políticas porque discordam do processo ou das decisões que levaram a elas, ou porque não foram consultados antes de serem orientados a implementar determinado fluxo de ações”. (DAVID; FONSECA; PEREIRA, 2018, p. 68). Em outras palavras, julga-se a reivindicação docente pela *Gestão Democrática* da escola, prevista na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*, como causa dos problemas educacionais das instituições de ensino. Nesse processo, pela ação da linguagem empresarial, as práticas pedagógicas perdem a essência, convertidas a rotinas administrativas chamadas de “fluxos de ações”.

A estratégia argumentativa é explicitada por Celina Souza (2006, p. 32): “[...] para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito”. A autora apresenta os principais modelos de formulação de políticas públicas e cita uma iniciativa de empreendedores políticos, constituinte de um modelo de *arenas sociais*. Conforme Souza (2006, p. 32)

Esses empreendedores constituem a *policy community*, comunidade de especialistas, pessoas que estão dispostas a investir recursos variados esperando um retorno futuro, dado por uma política pública que favoreça suas demandas. Eles são cruciais para a sobrevivência e o sucesso de uma ideia e para colocar o problema na agenda pública.

Há de se compreender a *Atlas Network* como uma *policy community*, capaz de modificar as concepções de educação em escala global. Para Laval (2004, p. 29), “[...] a concepção da educação como investimento produtivo em vista de um rendimento individual, alcança um imenso sucesso e uma ampla difusão”. Dessa forma, optamos por investigar as estratégias relacionadas a difusão das concepções de educação neoliberais, haja vista a necessidade de estreitar o foco da análise, delimitando o estudo ao funcionamento de uma *think tank* da rede da Atlas atuante no território brasileiro. Assim, direcionamos o foco de análise ao *Instituto de Estudos Empresariais – IEE*, a *think tank* gaúcha responsável pela organização do *Fórum da Liberdade*, evento realizado, anualmente, na cidade Porto Alegre/RS.

A escolha não se faz de forma aleatória, muito pelo contrário. Os holofotes ao IEE são direcionados pela própria *Atlas Network*, ao classificar o *Fórum da Liberdade* como o “*Super Bowl* do Liberalismo na América Latina”²⁰ – em analogia a magnitude da final da NFL (*National Football League*), o maior evento esportivo dos Estados Unidos da América.

O IEE é prestigiado pela *Atlas Network* desde 2007, quando foi um dos dez vencedores do *Templeton Freedom Award Grants*, prêmio concedido pela *Atlas* a institutos promissores, especialmente, em partes do mundo em que os ideais liberais são pouco prestigiados. Em 2017, novamente o IEE participa do *The Templeton Freedom Award*, não mais, porém, como um ‘instituto promissor’, e sim como um dos cinco finalistas da premiação mais importante da *Atlas Network*.

Concedido desde 2004, o *Templeton Freedom Award* é nomeado em referência ao falecido investidor e filantropo *Sir John Templeton*. O prêmio, anualmente, identifica e reconhece as mais excepcionais e inovadoras contribuições para o entendimento do livre mercado e para as políticas públicas que incentivam a prosperidade, a inovação e a realização humana via livre concorrência. (ATLAS, 2015, p. 2, tradução nossa, grifos nossos).

O Instituto de Estudos Empresariais foi a segunda *think tank* (neo)liberal fundada no Brasil, um ano após a criação do Instituto Liberal (IL), por Donald Stewart Jr., no Rio de Janeiro, no de 1983. A ascensão de preceitos neoliberais no Brasil, somada ao reconhecimento do trabalho do IEE pela *Atlas Network*, constituem o Instituto de Estudos Empresariais como um importante objeto analítico, dada a intenção de compreender os efeitos da racionalidade neoliberal na área educacional brasileira.

Seria possível adentrar a investigação sobre o IEE de vários modos, pois

[...] os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e produzem substâncias em interação, homens e coisas. (VEYNE, 1998, p. 46).

A opção de adotar a série de livros *Pensamentos Liberais* como como *arquivo*²¹ documental do *Fórum da Liberdade*, em que dos textos selecionados nas obras emerge o *corpus* analítico, leva em conta que “[...] a descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. (FOUCAULT, 2008, p. 30).

²⁰ ATLAS ([2017?], tradução nossa, grifos nossos).

²¹ A compreensão de *arquivo*, bem como os delineamentos do *corpus* empírico, estará no Capítulo II: Percurso teórico-metodológico.

A análise da série *Pensamentos Liberais* busca compreender a produção discursiva do *Fórum da Liberdade* e suas reverberações no campo educacional, produzidas em uma época na qual a proliferação de ideias a partir, principalmente, das redes sociais, circula em uma velocidade jamais percebida em outros tempos. Os discursos educacionais presentes na série de livros “[...] são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. (FOUCAULT, 2008, p. 55).

Contudo, faz-se necessário, antes de dissertarmos sobre a série *Pensamentos Liberais*, situarmos suas condições de emergência. Para isso, retomamos a uma breve história do Instituto de Estudos Empresariais e de seu grande evento, o Fórum da Liberdade de Porto Alegre.

1.3 PARA ENTENDER O (NEO)LIBERALISMO NO BRASIL: O INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS

Missão: Formar lideranças empresariais que se comprometam com um modelo de organização social e política para o Brasil baseado no ideal democrático de liberdades individuais, subordinadas ao Estado de Direito. (IEE, 2014, p. 17).

Compreender o processo de naturalização do discurso educacional neoliberal brasileiro requer um passo anterior: a investigação da emergência do neoliberalismo no imaginário popular nacional. Não almejamos, porém, esgotar todas as chaves de análise possíveis na realização desse movimento, ou seja, a retomada histórica realizada nesta seção não delimita com precisão a “origem”²² do neoliberalismo no Brasil.

Adotar o Instituto de Estudos Empresariais como a *think tank* central desta investigação justifica-se, todavia, pela representatividade de seu principal projeto – o *Fórum da Liberdade* – dentre a ordem do discurso neoliberal. O destaque da conceituada Revista *Forbes*²³, em 2013, ao designar o IEE como uma das melhores *think tanks* orientadas ao livre-mercado na América Latina, graças a organização do evento capaz de mobilizar *the largest crowd* (a maior das multidões, em tradução livre), situa o impacto do Fórum da Liberdade para as ideias neoliberais.

“Desde 1994, o IEE publica, anualmente, algumas semanas antes do Fórum da Liberdade, o livro ‘*Pensamentos Liberais*’. Associados e, eventualmente, alguns convidados escrevem artigos com 10 a 15 páginas sobre o tema que será discutido no Fórum seguinte”.

²² Os problemas sobre a busca da “origem” das coisas serão ampliados no Capítulo II.

²³ Chafuen ([2013?]).

(IEE, 2014, p. 51, grifos do autor). A escolha da série de livros *Pensamentos Liberais* visou a análise documental²⁴ da produção de discursos educacionais no Fórum da Liberdade, uma vez aceitos os enunciados dos discursos presentes nos 24 volumes da série de livros como constituintes da historicidade das práticas discursivas de cada edição do evento anual.

É necessário, contudo, recapitular o contexto e os atores envolvidos nesses acontecimentos históricos. Como forma de situarmos o leitor no tempo, apresentamos o *Quadro 1*, no qual sintetizamos, cronologicamente, os Presidentes do IEE, as edições do Fórum da Liberdade e os volumes da série *Pensamentos Liberais*, da primeira até a última publicação disponível, no ano de 2020²⁵.

Quadro 1 – Cronologia completa de Presidentes do IEE, edições do Fórum da Liberdade e volumes da série de livros *Pensamentos Liberais*, até 2020

Período de mandato	Presidente do IEE	Edição/ano do Fórum da Liberdade	Tema do Fórum da Liberdade	Volume/ano da Série <i>Pensamentos Liberais</i>
1984/1986	William Ling	-	-	
1986/1987	Roberto Rachewsky	-	-	-
1987/1988	Carlos Smith	1º edição (1988)	Questões políticas, econômicas e sociais do Brasil	-
1988/1989	Carlos Biedermann	2º edição (1989)	As propostas dos candidatos à sucessão presidencial no Brasil	-
1989/1990	Eduardo França de Araújo Santos	3º edição (1990)	A busca da modernidade. O desafio latino-americano	-
1990/1991	André Loiferman	4º edição (1991)	Os caminhos para a próxima década. As soluções liberais e sociais-democrata	-
1991/1992	Daniel Tevah	5º edição (1992)	Estado ou mercado: quem melhor defende a ecologia	-
1992/1993	André Gomes Burguer	6º edição (1993)	O desafio da reforma constitucional	-
1993/1994	Roy Warncke Ashton	7º edição (1994)	A Educação em Crise	-
1994/1995	Carlos Fernando Souto	8º edição (1995)	Globalização e livre comércio internacional	Pensamentos Liberais (série <i>Pensamentos Liberais</i> , vol. 1, 1994).

²⁴ A compreensão de “análise documental” aplicada nesta pesquisa é explicitada no Capítulo II.

²⁵ Devido à pandemia do vírus Covid-19, o *Fórum da Liberdade* de 2020 foi adaptado para o formato de videoconferências, intituladas *Fórum da Liberdade em casa*. Houve três palestras, realizadas nos dias 14, 15 e 16 de abril, às quais podem ser acessadas no canal oficial do evento, em #Forumemcasa ([2020?]).

1995/1996	Jorge Antônio Dib	9ª edição (1996)	Desafio brasileiro: Custo Brasil	Custo Brasil (série Pensamentos Liberais, vol. 2, 1995).
1996/1997	Julio Fortini de Souza	10ª edição (1997)	O Desafio de um mundo sem empregos	Propostas Liberais para o Brasil (série Pensamentos Liberais, vol. 3, 1997).
1997/1998	Pedro Alberto Tedesco Silber	11ª edição (1998)	Os limites do poder, poder e sociedades	Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 4, 1998).
1998/1999	Felipe Sampaio Goron	12ª edição (1999)	E agora, Brasil? Caminhos para o desenvolvimento	-
1999/2000	Sérgio Grinberg Lewin	13ª edição (2000)	O Brasil em perspectiva. Onde é que esta história vai parar?	-
2000/2001	Telmo Netto Costa Júnior	14ª edição (2001)	A crise social brasileira: causas, desafios e soluções	Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 5, 2001).
2001/2002	Pedro Dominguez Chagas	15ª edição (2002)	Os desafios da democracia no século XXI	Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 6, 2002).
2002/2003	Felipe Dreyer de Ávila Pozzebon	16ª edição (2003)	Civilização ou barbárie: em que mundo vamos viver?	Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 7, 2003).
2003/2004	Luiz Eduardo Fração	17ª edição (2004)	Desenvolvimento e liberdade	Brasil, país em desenvolvimento até quando? (série Pensamentos Liberais, vol. 8, 2004).
2004/2005	Lars Knorr	18ª edição (2005)	A Cultura do trabalho	Cultura do Trabalho (série Pensamentos Liberais, vol. 9, 2005).
2005/2006	Leandro Gostisa	19ª edição (2006)	O poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos	O dever do Estado (série Pensamentos Liberais, vol. 10, 2006).
2006/2007	Paulo Uebel	20ª edição (2007)	Propriedade e Desenvolvimento	Propriedade e Desenvolvimento (série Pensamentos Liberais, vol. 11, 2007).
2007/2008	Giancarlo Mandelli	21ª edição (2008)	Agora, o mercado é o mundo	Agora, o mercado é o mundo (série Pensamentos Liberais, vol. 12, 2008).
2008/2009	Rafael Sá	22ª edição (2009)	Cultura da Liberdade	Cultura da liberdade (série Pensamentos Liberais, vol. 13, 2009).
2009/2010	Luiz Leonardo Fração	23ª edição (2010)	Seis temas para entender o mundo	Seis temas para entender o mundo (série Pensamentos Liberais, vol. 14, 2010).

2010/2011	Felipe Quintana	24ª edição (2011)	Liberdade na era digital	A liberdade na era digital (série Pensamentos Liberais, vol. 15, 2011).
2011/2012	Ricardo Santos Gomes	25ª edição (2012)	2037: que Brasil será o seu?	Que Brasil será o seu? (série Pensamentos Liberais, vol. 16, 2012).
2012/2013	Michel Gralha	26ª edição (2013)	O que se vê e o que não se vê	Até onde chegamos? (série Pensamentos Liberais, vol. 17, 2013).
2013/2014	Bruno Zaffari	27ª edição (2014)	Construindo soluções	Construindo soluções (série Pensamentos Liberais, vol. 18, 2014).
2014/2015	Frederico Hilzendegeer	28ª edição (2015)	Caminhos para a liberdade	Caminhos para a liberdade (série Pensamentos Liberais, vol. 19, 2015).
2015/2016	Ricardo Pechansky Heller	29ª edição (2016)	Quem move o mundo?	Quem move o mundo? (série Pensamentos Liberais, vol. 20, 2016).
2016/2017	Rodrigo Tellechea Silva	30ª edição (2017)	O Futuro da Democracia	O futuro da democracia (série Pensamentos Liberais, vol. 21, 2017).
2017/2018	Júlio César Bratz Lamb	31ª edição (2018)	A Voz da Mudança	A voz da mudança (série Pensamentos Liberais, vol. 22, 2018).
2018/2019	Giovana Stefani	32ª edição (2019)	Brasil: aberto para reformas?	Brasil: aberto para reformas? (série Pensamentos Liberais, vol. 23, 2019).
2019/2020	Pedro De Cesaro	33ª edição (2020)	Ser livre inspira você?	Ser livre inspira você? (série Pensamentos Liberais, vol. 24, 2020).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme demonstrado no quadro acima, Carlos Fernando Souto é o responsável por assinar o primeiro volume da série *Pensamentos Liberais* como respectivo Presidente do IEE. Os acontecimentos do mandato 1994/1995 de Souto poderiam ser tomados como o ponto de partida desta análise, caso este trabalho adotasse, em seu recorte temporal, um critério metódico rígido/inflexível. Isso resultaria em um erro, uma lacuna capaz de comprometer a inteligibilidade dos fatos e dos acasos. Afinal, não podemos esquecer que estamos interrogando “[...] as condições que tornaram possível [...] a verdade, ou, mais precisamente, os modos diversos de aparecimento de discursos aceitos como verdadeiros”. (TERNES, 2004, p. 156).

Retoma-se, pois, os acontecimentos da gestão de André Gomes Burguer, essenciais para a compreensão de como *think tanks* norte-americanas moldaram o funcionamento do IEE, bem como sua base intelectual. O Presidente do Instituto nos anos de 1992/1993, recorda

o convite de Ernesto Neugebauer, em 1990, para um seminário sobre economia de mercado, ocorrido na FIERGS, com o estudo do livro *As seis lições*, de Ludwig von Mises. Naquele mesmo ano, Burguer (2014) destaca a visita a *Foundation for Economic Education* (FEE)²⁶, na qual teve os primeiros contatos com os autores Ayn Rand, Murray Rothbard, David Friedman e Walter Block²⁷.

André Burguer não mediu esforços para que os associados “participassem mais e melhor” do IEE. Ele recorda a criação “[...] de um programa de incentivo, com o patrocínio do extinto Banco de Boston, que fomentava a participação e o estudo. Os mais bem-sucedidos participariam de cursos no exterior em instituições como na FEE, IHS²⁸, *Cato*²⁹, *Heritage*³⁰ e PERC³¹”. (BURGUER, 2014, p. 56-57, grifos nossos).

No *Fórum da Liberdade* de 1993, sob a responsabilidade de Burguer, houve um grande marco histórico: a presença de um agraciado com o Prêmio Nobel, o professor James Buchanan, vencedor do Nobel de Economia de 1986. A edição do Fórum daquele ano contou ainda, através do auxílio do *Liberty Fund*³², com Richard Epstein, Professor de Direito

²⁶ “A *Foundation for Economic Education* – FEE (Fundação para a Educação Econômica) é uma fundação educacional sem fins lucrativos que conta com a confiança de pais e professores, desde 1946, para cativar e inspirar os líderes de amanhã, com bons princípios econômicos e o espírito empreendedor, através de cursos on-line gratuitos, os melhores seminários presenciais, livros gratuitos para salas de aula, bem como relevante e atual conteúdo *on-line* disponibilizado diariamente. [...] A missão da FEE é inspirar, educar e conectar futuros líderes com os princípios econômicos, éticos e legais de uma sociedade livre. Esses princípios incluem: liberdade individual, economia de livre mercado, empreendedorismo, propriedade privada, alto caráter moral e governo limitado”. (FEE, [2020?], tradução nossa, grifos nossos).

²⁷ Retomaremos a esses autores na discussão do Capítulo III.

²⁸ “O *Institute for Humane Studies* (Instituto para Estudos Humanos) apoia e faz parceria com professores para promover o ensino e a pesquisa de ideias liberais clássicas e promover o objetivo principal do Ensino Superior de descoberta intelectual e progresso humano”. (IHS, [2020?], tradução nossa, grifos nossos).

²⁹ “O *Cato Institute* (Instituto Cato) é uma organização de pesquisa de políticas públicas – uma *think tank* – dedicada aos princípios de liberdade individual, governo limitado, livre mercado e paz. Seus estudiosos e analistas conduzem pesquisas independentes e apartidárias sobre uma gama de questões políticas”. (CATO, [2020?], tradução nossa, grifos nossos, **grifos do autor**).

³⁰ “A missão da *The Heritage Foundation* (Fundação Heritage) é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios de livre empresa, governo limitado, liberdade individual, valores tradicionais americanos e uma forte defesa nacional”. (HERITAGE, [2020?], tradução nossa, grifos nossos).

³¹ *Policy and Economic Research Council* – PERC (Conselho de Política e Pesquisa Econômica). “Missão: Invisibilidade do crédito – a falta de acesso, por parte do credor, a informações preditivas sobre as intenções de pagamento do mutuário – restringe, drasticamente, a inclusão financeira. Nossa missão é reduzir, significativamente, a invisibilidade do crédito nos EUA e no mundo. Trabalhamos com os principais formuladores de políticas para garantir que as leis nacionais e estaduais permitam aos credores acesso aos dados necessários dos consumidores e que os direitos e proteções individuais estejam em vigor. Também formamos parcerias com empresas de ponta, líderes do setor, ONGs, agências de desenvolvimento público, empresas multilaterais e outras organizações sem fins lucrativos para oferecer soluções inovadoras”. (PERC, [2020?], tradução nossa, grifos do autor).

³² “O *Liberty Fund* desenvolve, supervisiona e financia suas próprias atividades educacionais para promover o pensamento e incentivar o discurso sobre questões duradouras relacionadas à liberdade. [...] Como fundação operacional privada, isenta de impostos, os propósitos do *Liberty Fund* são educacionais e intelectuais. O *Liberty Fund*, portanto, não se envolve em política ou ação política de qualquer tipo. O *Liberty Fund* cumpre sua missão conduzindo programas, não concedendo doações a organizações externas ou individuais”. (LIBERTY, [2020?], tradução nossa, grifos nossos).

Constitucional da Universidade de Chicago, além de Douglas Ginsburg, Juiz Federal da Corte de Apelações dos Estados Unidos da América.

Durante a gestão de 1992/1993, o então Diretor do IEE, Roy Warncke Ashton, sucessor da presidência do Instituto, foi um grande parceiro no objetivo de expandir a formação intelectual do IEE. Na turnê de André Burguer e Roy Ashton, em que conheceram diversas *think tanks* norte-americanas, foi idealizada a série de livros *Pensamentos Liberais*. Conforme Ashton (2014, p. 06)

“[...] os artigos em *Pensamentos Liberais* deveriam também incentivar esse estudo mais intenso e dedicado, e em paralelo criamos, com patrocínio do Banco de Boston (Ricardo Meirelles, presidente), o Prêmio Incentivo IEE, que logo se denominaria Prêmio ‘Asa Delta’”.

Percebe-se, nos relatos de Burguer e Ashton, o surgimento da série *Pensamentos Liberais* não apenas como um conjunto de artigos a fim de introduzir uma discussão prévia sobre o *Fórum da Liberdade*. As publicações foram criadas com o claro intuito de aprofundar o debate liberal e produzir maior “expertise” sobre o liberalismo para que os membros do IEE e os participantes do Fórum pudessem desenvolver um repertório intelectual capaz de influenciar a *política*, tomada a palavra em sentido amplo, de modo que fosse possível transformar, verdadeiramente, a sociedade.

O contexto de criação da série *Pensamentos Liberais* torna inteligível a forma de atuação em rede global das *think tanks* pró-mercado. Todavia, deve-se recordar que a gestação do IEE não pode ser creditada, absolutamente, a influência das fundações liberais americanas. Há, no Instituto de Estudos Empresariais, suas próprias raízes históricas, vindas de sua criação, em 1984, por William Ling, filho do empresário Sheun Ming Ling, que abandonou a China, em 1951, por discordar do governo comunista de Mao Tsé-Tung.

Na cidade de Porto Alegre/RS, Sheun Ling fundou a *Petropar* – hoje *Évora* –, uma das maiores fabricantes mundiais de mantas de polipropileno descartável, além de latas de alumínio para bebidas, no Brasil. William Ling, nos anos 70, percebia indícios de que o Brasil não estava preparado para adentrar aos paradigmas da globalização e abertura comercial. O fortalecimento do movimento sindical, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, foram, para William, a prova de que o Brasil “era órfão de uma estratégia para se contrapor à primazia dos movimentos sindicais”. (LING, 2014, p. 22).

A partir de tais motivações, na capital gaúcha, em 1984, surge o Instituto de Estudos Empresariais, criado para “[...] forjar líderes empresariais comprometidos com um modelo de

organização social e política para o Brasil baseado no ideal democrático de liberdades individuais e de respeito ao Estado de Direito”. (LING, 2014, p. 22). Para Willian Ling, o povo brasileiro,

Achava que cabia à minoria privilegiada, que ocupava posições de destaque na sociedade, que controlava os recursos políticos e econômicos e que teve acesso a uma educação de qualidade, a iniciativa de formular políticas e promover ações para melhorar as condições da sociedade como um todo. (LING, 2014, p. 23).

A partir dessa reflexão, Ling considera pertencer a “elite” como uma importante responsabilidade de ser um agente transformador. O primeiro Presidente do IEE contou com outros 19 membros-fundadores para compor a sua elite, dentre eles, Roberto Rachewsky, que presidiu o Instituto entre 1986 e 1987.

O discurso moderado não condiz, definitivamente, com o segundo Presidente do Instituto. Rachewsky (2014, p. 26) define-se como “radical pelo capitalismo”, pois, segundo ele, “[...] no trato com as ideias, é fundamental radicalizar. A moderação na busca da verdade é covardia intelectual”. Para Rachewsky (2014, p. 29), o propósito do IEE seria de “[...] formação intelectual de seus associados, para transformar a mentalidade não apenas do empresariado, mas também de toda uma parte da sociedade”. O empresário, atualmente membro do Conselho Deliberativo do IEE, também foi membro-fundador do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, junto a Winston Ling, irmão de Willian.

O Instituto de Estudos Empresariais foi gestado para ser uma verdadeira elite, em que “[...] apenas empresários ou sucessores de empresas familiares em fase de formação podem fazer parte do Instituto”. (IEE, 2014, p. 47). Há duas regras básicas para ser um integrante: “ter entre 20 e 32 anos e participação direta ou indireta em capital de decisão de empresa”. (IEE, 2014, p. 47). A nomenclatura de Instituto de “Estudos” justifica-se ao ingressar na *think tank*, quando novos associados, durante o período de experiência – que pode variar de seis meses a um ano e meio –, necessitam fazer duas resenhas de obras indicadas e participar de 75% dos encontros semanais que ocorrem todas as segundas-feiras, das 19h às 22h.

Carlos de Freitas e Castro Smith, outro presente na célebre reunião de 1984, não desejava, à época, “[...] sair de uma ditadura nacionalista de direita para uma outra de esquerda, menos livre do que a anterior”. (SMITH, 2014, p. 31). No período de sua gestão, de 1987 até 1988, incumbido da tarefa de programar o Instituto para os dez anos seguintes, ele implementou *Júri Simulado*³³, além do grande evento do IEE – e do neoliberalismo brasileiro:

³³ O Júri Simulado ocorre duas vezes por ano e é considerado uma das atividades internas mais importantes do IEE. Nele, são deliberados temas polêmicos para discussão e formadas duas bancas, a favor e contrária à

o Fórum da Liberdade de Porto Alegre. Smith foi fundamental, ainda, para o desenvolvimento do IEE como uma rede obstinada a difusão do pensamento liberal, auxiliado por Jorge Gerdau Balbi Johannpeter e por Donald Stewart Jr.

O 1º Fórum da Liberdade ocorreu em 14 de abril de 1988, no recém-inaugurado Centro de Eventos São José, do Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre/RS. Surgiu “como mais uma ferramenta de treinamento para os associados” (IEE, 2014, p. 89), e tornou-se “[...] parte fundamental do treinamento para a liderança”, a partir de “dois objetivos muito claros: difundir as ideias liberais e, mais importante, dar exposição e treinamento para os associados que precisam convidar personalidades, falar em público, se expor na imprensa, se posicionar e defender publicamente os conceitos que estudam no IEE”. (IEE, 2014, p. 90).

Conforme Bierdermann (2014, p. 33), a gestão de Carlos Smith, em 1987/1988, “foi emblemática”, uma vez que foram criados “[...] os pilares básicos do que ainda hoje é o IEE: o júri simulado, os eventos de treinamento, os seminários, o Fórum da Liberdade [...]”. Sob a batuta de Bierdermann, ocorreu o 2º Fórum da Liberdade, em 1989, com as presenças de Mario Covas, Ronaldo Caiado, Lula, Leonel Brizola e Roberto Freire; convidados para um debate presidencial. O evento contou com mais de mil pessoas e grande repercussão da mídia, sendo o prelúdio da afirmação do Fórum como o “maior legado” do IEE, extrapolando o “[...] objetivo de treinar nossos associados a se apresentar em público, a realizar, coordenar um grande evento”. (BIERDEMANN, 2014, p. 35).

A passagem de André Loiferman pela presidência, entre 1990/1991, foi marcante graças “[...] a participação do IEE pela primeira vez na conferência da Sociedade Mont-Pèlerin em Munique, na Alemanha [...]”. (LOIFERMAN, 2014, p. 40). Nessa gestão, organizou-se um seminário sobre Filosofia Objetivista, no qual foi editado, pela primeira vez no Brasil, o livro *A virtude do egoísmo*, de Ayn Rand. Em 1990, o prêmio *Top de Marketing*, da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil – ADVB/RS, foi o primeiro grande reconhecimento público conquistado pelo Fórum da Liberdade.

O membro-fundador e Presidente do IEE entre 1991 e 1992, Daniel Tevah, destaca como o Instituto foi capaz de eliminar a “inocência” de seu raciocínio, fazendo-o compreender que o “consumidor era o mais prejudicado no falso capitalismo que vivemos” e “[...] os amigos do poder tinham liberdade para explorar as pessoas se escondendo atrás de uma mentira, a chamada ‘justiça social’”. (TEVAH, 20014, p. 42). Tevah (20014, p. 43),

determinada tese. “A banca é formada por um sócio efetivo orientado por um honorário (sempre no conceito de ‘coach’). É um exercício para que os sócios aprendam a defender suas ideias com conteúdo e convicção”. (IEE, 2014, p. 49).

ainda exemplificando a mudança de seu ponto de vista, salienta: “só via que no capitalismo o maior ganha do menor. Nada mais falso. No verdadeiro capitalismo, o melhor ganha do pior”. Desse modo, ele entendia “[...] que o governo atribui para si responsabilidades que a ele não competem, intervindo na economia, na saúde e na educação de maneira muito mais cara e com menor qualidade”. (TEVAH, 2014, p. 44).

Roy Warncke Ashton, além de fundamental importância para a idealização da série *Pensamentos Liberais*, teve durante sua gestão, em 1994, no 7º Fórum da Liberdade, a primeira edição do evento em que a Educação foi o tema central. Ashton (2014, p. 61) recorda como o tema “[...] encontrou certa resistência interna devido à noção de que talvez fosse um assunto demasiadamente ‘genérico’ e de baixo impacto político”, fazendo-o argumentar que “[...] a educação era a base para que o indivíduo pudesse discernir e decidir, e que o esclarecimento pessoal levaria a pessoa, naturalmente, a escolher ou eleger o sistema sociopolítico mais justo e eficaz na geração de riqueza: o liberalismo”.

Contudo, o primeiro volume da série *Pensamentos Liberais*, lançado em outubro de 1994, em comemoração aos 10 anos do Instituto de Estudos Empresariais, no primeiro ano de Carlos Fernando Souto como Presidente do IEE, não abordou diretamente discussões de cunho educacional³⁴. A publicação de 1994 precedeu às discussões do Fórum da Liberdade de 1995, que para Ashton (2014), sob a direção de Souto, fora o maior e melhor Fórum realizado até aquele momento. O tema *Globalização e livre-comércio internacional* rendeu ao Fórum muitos elogios Brasil à fora, principalmente, a partir da figura do jornalista Paulo Francis, nos espaços do *Diário da Corte*, do programa *Manhattan Connection*, e de sua coluna no *Jornal da Globo*.

Pensamentos Liberais: Custo Brasil foi o segundo volume da série de livros, lançado durante a presidência de Jorge Antônio Dib, em outubro de 1995. O lançamento oficial do livro ocorreu em 1996, durante o 9º Fórum da Liberdade: *Desafio brasileiro: Custo Brasil*. A publicação da obra,

[...] firma-se como um elemento permanente do calendário da entidade, ao lado do consagrado Fórum da Liberdade. O segundo volume da coleção *Pensamentos Liberais* traz também uma inovação, que é a escola de um tema unificador

³⁴ Conforme já mencionado anteriormente, a descrição detalhada de todos os artigos sobre a temática educacional, adotados como *corpus* de análise, estará no Capítulo II, na seção 2.1. *Série Pensamentos Liberais: a temática educacional ao longo dos 24 volumes*.

submetido à análise dos autores: o Custo Brasil. (DIB, 1995, p. 7, grifos do autor, Série Pensamentos Liberais, 2)³⁵.

Jorge Dib (2014, p. 71) recorda dificuldades financeiras para a organização do Fórum de 1996, e cita o apoio de dois empresários pontuais: Sérgio Saraiva, Presidente do *Grupo Ipiranga* e Jorge Johannpeter, Presidente do *Grupo Gerdal*, que “[...] não titubearam em nos apoiar financeiramente, mas, mais do que isso, usaram seu enorme prestígio para convencer outras empresas a participar do evento”. Já entre 1996 e 1997, Julio Fortini de Souza considera o seminário “A credibilidade do homem público” como a grande inovação realizada em sua gestão. Conforme Souza (2014, p. 74-75), foi elaborada,

[...] uma pesquisa de opinião pública voltada para jovens entre 16 e 24 anos que apresentou um resultado surpreendente: 90% dos entrevistados estavam descrentes nos dirigentes de governo e nos políticos, mas, por sua vez, 80% acreditavam que a democracia e o processo representativo por meio do voto direto poderiam fazer mudanças importantes no rumo do Brasil. Ficou evidente o desejo de renovação das lideranças políticas.

Em comemoração aos primeiros dez anos de existência, o Fórum da Liberdade de 1997 teve uma novidade: o *Prêmio Libertas* – entregue “pelos associados do IEE a empreendedores que se destacam no trabalho pela valorização dos princípios da economia de mercado e pelo respeito ao Estado de Direito democrático”. (IEE, 2014, p. 52). Jorge Gerdau Johannpeter, responsável pela sempre aguardada primeira reunião de novas diretorias do Instituto, foi o primeiro agraciado com a premiação.

Pedro Alberto Tedesco Silber seguiu trazendo novidades ao IEE na gestão 1997/1998, ao lançar a 4ª edição da série *Pensamentos Liberais* durante a Feira do Livro de Porto Alegre. Junto ao evento, foram realizados painéis de debate com os “Final do Século: Globalização e Perspectivas” e “Final de Século: Movimentos Sociais Brasileiros”; esse último com destaque a presença de Olavo de Carvalho entre os debatedores.

A gestão de Silber ainda “[...] foi responsável pelo lançamento da revista *Leader*, com tiragem inicial de 5.000 exemplares e periodicidade trimestral, dirigida a um público-alvo selecionado entre líderes empresariais, formadores de opinião, imprensa, políticos e universitários”. (SILBER, 2014, p. 78). De perfil polêmico, Silber (2014, p. 79), na organização do *11º Fórum da Liberdade*, com o tema “Os limites do poder”, explorou, na ação publicitária, “[...] uma frase de Karl Marx: ‘O livre desenvolvimento de cada um é

³⁵ Optamos por diferenciar as citações referentes a série *Pensamentos Liberais*, na intenção de facilitar ao leitor a identificação de excertos selecionados ao longo dos 24 volumes.

condição fundamental para o desenvolvimento de todos’ – obviamente com sua imagem a ilustrar toda a campanha publicitária, o que gerou muita polêmica”.

Não houve, nas duas gestões seguintes a de Pedro Silber, publicações de volumes da série *Pensamentos Liberais*. O contexto político de 1998, no Rio Grande do Sul, com eleições que indicavam a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) para o cargo de Governador do Estado, gerou grande discussão interna no IEE. Diante desse fato, “[...] um grupo significativo de associados entrou para a política, filiando-se ao PFL/RS”. (GORON, 2014, p. 82). Declaradamente contra envolver o IEE em política, Goron (2014, p. 82) recorda que “[...] prevaleceu a corrente que mantinha o Instituto independente e fiel a sua proposta de estudo e formação, e com esse mandato assumi a presidência em abril de 1998”.

Conciliadas as divergências internas, a gestão de Goron (2014, p. 82) foi marcada por inovações no processo de formação, “[...] criando o currículo IEE, para avaliar a qualidade da formação e iniciar o conceito de uma escola formal de líderes, com William Ling como mentor”. O mandatário de 1998/1999 ainda teve, em seu legado, a expansão do Fórum da Liberdade, chegando à marca de dois mil participantes e levando o evento para a FIERGS.

Com Sérgio Lewin, entre 1999 e 2000, a revista *Leader* tornou-se digital, com o lançamento oficial ocorrido na festa de 15 anos do IEE. Houve, anteriormente ao Fórum da Liberdade de 2000, um evento realizado na PUC/RS, batizado de *Fórum Universidade-Empresa*, pensado para inserir, de forma mais profunda, os estudantes universitários nas discussões propostas pelo Instituto.

O 13º Fórum da Liberdade contou com a presença de Olívio Dutra (PT), então Governador do Rio Grande do Sul. O discurso, antagonista aos preceitos liberais, incomodou Lewin (2014, p. 86), como recorda o ex-mandatário: “[...] logo na abertura do Fórum, o discurso do governador do estado, o mesmo que criticara o ‘lucro como o prazer egoísta de viver’, destacou que não se curvaria jamais às ‘tais leis do mercado’ [...]”.

Na transição para o século XXI, Telmo Júnior propôs mudanças no IEE: reduziu a idade mínima de entrada no Instituto para ampliar a quantidade de associados e fortaleceu os processos de formação por meio de leituras e seminários, tendo como convidados, desde ex-Presidentes do IEE até filósofos, economistas, filósofos e juristas. Telmo Junior queria acrescer o caráter meritocrático ao processo de governança do Instituto, e relembra que o *Currículo IEE* fora implementado com o objetivo de “[...] que os melhores colocados fossem diplomados no Fórum da Liberdade ou no evento de posse, e que os certificados aferidos pelo Instituto se tornassem parte do currículo profissional dos nossos associados”. (JUNIOR, 2014, p. 99).

Com notória motivação pela formação profissional, Telmo promoveu, em 2001, um Fórum da Liberdade voltado a discutir educação, geração de empregos e previdência social. O quinto volume da série *Pensamentos Liberais* trouxe o capítulo *Educação no Brasil*, com uma densa discussão, desenvolvida em 79 páginas, inserindo, de forma contundente, a discussão educacional na pauta do Fórum da Liberdade.

Houve a expansão do Fórum para dois dias de duração, com transmissão para telões na *Esquina Democrática*³⁶ (POA/RS), além da cobertura do *Portal Terra*, possibilitando interação via internet. “Com isso quebramos os recordes até então de público (com mais de 4.000 pessoas), de venda de ingressos, de volume de patrocínio e de quantidade de patrocinadores”. (JÚNIOR, 2014, p. 100). Todavia, a chegada do novo século também trouxera novidades desagradáveis para o IEE:

O Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em Porto Alegre, graças ao dinheiro público, foi definido pelo *Le Monde Diplomatique* como “o início do século XXI”, para, ato contínuo, vermos o ativista francês José Bové e o líder do MST, João Pedro Stédile, invadirem e destruírem uma plantação de sementes de soja transgênica da empresa Monsanto em Não-Me-Toque. (CHAGAS, 2014, p. 101).

O Fórum Social Mundial (FSM) foi definido por Pedro Chagas, Presidente da gestão 2001/2002, como “[...] uma pequena aldeia povoada por irredutíveis gauleses que ainda resiste à globalização, à modernidade, à liberdade econômica”. (IEE, 2014, p. 93). Apesar do FSM, segundo Chagas (2014, p. 102), “[...] o ano de 2001 representou a promessa de encerramento de um ciclo de ideias sangrentas, totalitárias e socialistas que reinaram ao longo do século XX”. Para citar exemplos de sua confiança em “anos melhores”, sua gestão promoveu, além do 15º Fórum da Liberdade, em Porto Alegre; a primeira edição, na cidade de Caxias do Sul, do *Fórum Universidade-Empresa*, a fim de expandir as ideias do IEE para fora da capital gaúcha.

O trabalho realizado pelo Instituto de Estudos Empresariais na promoção da doutrina (neo)liberal faz do IEE, segundo Pozzebon (2014, p. 105), “[...] um dos mais importantes *think tanks* liberais do mundo”. Para chegar a tamanha alcunha, renovações constantes foram necessárias em todos os setores; assim, no aniversário de 20 anos do IEE, sob a direção de Lars Knorr, houve mudanças estruturais, como a transferência do Instituto para uma sede maior, além da criação de uma nova logomarca.

³⁶ Tradicional ponto de manifestações sociais, políticas e culturais da Cidade de Porto Alegre, localizado entre a Rua dos Andradas e a Avenida Borges de Medeiros.

Figura 1 – Logotipos do Instituto de Estudos Empresariais



Fonte: Adaptado de IEE (2014, p. 116).

O mandato de 2005/2006, de Leandro Gostisa, seguiu às reformulações do Instituto. Dotado de uma lógica administrativa refinada, o então Presidente resolveu “[...] propor uma visão para nossa entidade: ‘Ser reconhecidos como um centro de excelência na formação de lideranças e disponibilizar os agentes da mudança para uma sociedade com mais liberdade’”. (GOSTISA, 2014, p. 113).

Leandro Gostisa e sua equipe reorganizaram o *Ciclo de Formação*, com uma estrutura de fases de desenvolvimento e leituras indicadas para os associados (*Quadro 2*), e ainda desenvolveram o *Indicador de Liderança*: “uma metodologia de avaliação 360 graus para medir as seis competências do Hexágono de Liderança em nossos associados, sendo elas a integridade moral, a vitalidade e motivação, a rede de relacionamentos, a antevisão, a conquista de resultados e a comunicação”. (GOSTISA, 2014, p. 115).

Quadro 2 - Ciclo de Formação do IEE: leituras indicadas

Fase I (Prospects)	Fase II	Fase III	Fase IV
O que é o liberalismo (D. Stewart Jr.)	O cálculo econômico sob o socialismo (L. Von Mises)	A riqueza das nações (A. Smith)	Dynamics os the mixed economy (S. Ikeda)
As seis lições (L. Von Mises)	Intervencionismo – uma análise econômica (L. Von Mises)	Ação humana (L. Von Mises)	Princípios de economia política (C. Menger)
Economia numa única lição (H. Hazlitt)	What it means to be a libertarian (C. Murray)	Princípios de economia política e tributação (Davi Ricardo)	A teoria da exploração do socialismo-comunismo (E. Von Böhm-Bawerk)
Fatos e falácias da economia (T. Sowell)	Livre para escolher (M. Friedman e R. Friedman)	Capitalismo e liberdade (M. Friedman)	Antitrust: the case for repeal (D. Armentano)
O fundamento último da ciência econômica (L. Von Mises)	Governo e mercado (M. Rothbard)	The use of knowledge in societyn (F. A. Hayek)	The constitution of liberty (F. A. Hayek)

Defendendo o indefensável (A. Rand)	Os erros fatais do socialismo. Por que a teoria não funciona na prática (F. A. Hayek)	Anarquia, estado e utopia (R. Nozick)	Teoria e história (L. Von Mises)
A Nascente (A. Rand)	Esquerda e direita. Perspectivas para a liberdade (M. Rothbard)	Sobre a liberdade (John Stuart Mill)	Uma breve história do homem. Progresso e declínio (H. Hoppe)
O manifesto libertário (D. Boaz)	A revolta de Atlas (A. Rand)	A ética da liberdade (M. Rothbard)	Teoria dos sentimentos morais (A. Smith)
A lei (F. Bastiat)	O caminho da servidão (F. A. Hayek)	A democracia na América (Alexis De Tocqueville)	A sociedade aberta e seus inimigos (K. Popper)
As aventuras de Jonas, o ingênuo (Ken Scholland)	1984 (George Orwell)	Segundo tratado sobre Governo (John Locke)	A lógica da ação coletiva (M. Olson)
A revolução dos bichos (George Orwell)	Liberdade e a lei (B. Leoni)	Por que as nações fracassam (J. Robinson E D. Acemoglu)	Os donos do poder (R. Faoro)
Frédéric Bastiat (F. Bastiat)	A anatomia do Estado (M. Rothbard)	Escolha pública: um guia (E. Butler)	A ciência da política (A. Gianturco)
Mauá: o empresário do império (J. Caldeira)	História do Brasil com empreendedores (J. Caldeira)	O capitalista e o empreendedor (P. Klein)	Competição e atividade empresarial (I. Kirzner)
De zero a um (P. Thiel)	A startup enxuta (E. Ries)	Organizações exponenciais (I. Salim)	A lógica do cisne negro (N. Taleb)

Fonte: Adaptado de IEE ([2020?]).

Como dito na seção anterior, se o termo *think tank* pode ser compreendido, em língua portuguesa, como “laboratório de ideias”, a bibliografia sugerida pelo Instituto de Estudos Empresariais visa tornar o IEE um laboratório de liberais “radicais”, no qual é abolido qualquer espaço ao contraditório. A fundação intelectual sustentada em uma sólida matriz curricular liberal busca a continuidade do compromisso descrito no prefácio do primeiro volume da série *Pensamentos Liberais*: “os membros do IEE desafiaram a ‘patrola coletivizante’ que mediocrizou gerações e gerações de brasileiros tentando impor padrões de felicidade”. (ZANELLA, 1994, p. 7, Série Pensamentos Liberais, 1).

Muito além de cálculos econômicos, a produção discursiva do IEE inscreve-se em um emaranhado de práticas contemporâneas que produzem modos de vida. Na área educacional, discussões atuais, como o caso do *Movimento Escola Sem Partido*, reverberam discursos produzidos ao longo dos anos pelo meio liberal, como demonstra o excerto do quinto volume da série *Pensamentos Liberais*:

Já é tempo de todos aqueles que se preocupam com a sistemática doutrinação ideológico-política em nossas escolas se articularem, chamando a atenção para os responsáveis pelo fato, os quais, junto com a mobilização da sociedade democrática,

devem coordenar suas inteligências para uma proposta de método de ensino alternativo. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 46, Série Pensamentos Liberais, 5).

Expandir os valores liberais pelo Brasil para construir um novo país é tarefa que move a *think tank*. Paulo Uebel, quando vice-Presidente do Instituto, durante a gestão de Leandro Gostisa, deu passos importantes nessa direção, coordenando a expansão do IEE para o estado de Minas Gerais. Ainda em sua gestão, em 2006, houve uma edição extraordinária do Fórum da Liberdade, na cidade de Curitiba/PR.

Com o sucesso dos projetos de expansão, atualmente existem institutos inspirados no IEE em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, além do acontecimento do *Fórum da Liberdade e Democracia*, inspirado no *Fórum da Liberdade*, que já ocorreu em Belo Horizonte/MG, Vitória/ES e São Paulo/SP. Os institutos de Minas Gerais e São Paulo se tornaram, atualmente, o *Instituto de Formação de Líderes*, enquanto o instituto do Espírito Santo tornou-se o *Líderes do Amanhã*.

Os acontecimentos citados ajudam a compreender de que forma o IEE alcançou o reconhecimento da *Atlas Network*. A partir do mandato de 2010/2011, o IEE esteve engajado em expandir o alcance de suas ideias a partir de projetos digitais, em consonância as novas práticas discursivas forjadas pela internet. A série *Pensamentos Liberais* colheu os frutos desse trabalho em 2014, com o décimo oitavo volume da coleção inaugurando as publicações em formato de documento portátil (PDF), além das habituais obras impressas; fato que aumentou o alcance dos livros ao público não-associado no IEE. Entre 2013/2014, Bruno Zaffari foi encarregado de fortalecer o Instituto e aumentar o Fórum da Liberdade:

Assim, tomamos a decisão estratégica de concentrar os esforços do Instituto somente nessas duas marcas. Tudo o que seria feito para o público interno teria a bandeira IEE, enquanto a marca Fórum da Liberdade estaria presente nas atividades voltadas também ao público externo – e, para tanto, teriam que ter o mesmo padrão do evento. (ZAFFARI, 2014, p. 142).

Novos eventos foram criados, como o *Colóquio do Fórum da Liberdade*, em que ocorrem debates ampliados sobre o evento principal, além do *Fórum da Liberdade Insights*, que substituiu as publicações da revista *Leader*. Na 27ª edição do Fórum da Liberdade, “para valorizar a série Pensamentos Liberais, excelente exemplo do conteúdo produzido pelos associados, foram impressos 5.000 exemplares, distribuídos gratuitamente a todos os inscritos no evento”. (ZAFFARI, 2014, p. 146).

O ápice do reconhecimento do Instituto de Estudos Empresariais ocorreu no 30º Fórum da Liberdade, sintetizado pela *Atlas Network* da seguinte forma: “em 2017, o grande

evento durou seis dias, atraiu 6.372 participantes, disseminou 5.240 livros, acumulou dezenas de milhares de visualizações on-line e recebeu centenas de menções à mídia”.³⁷ A *Rede Atlas* destacou o sucesso do evento em sua missão primordial de modificar a opinião pública no Brasil e valorizou o alcance do *Fórum da Liberdade*, obtido através de meios virtuais, além de sublinhar a maciça distribuição dos livros da série *Pensamentos Liberais* ao longo da história do Fórum

O próprio evento fornece uma plataforma para o lançamento de vários empreendimentos e parcerias – principalmente lançamentos de livros – com 35.000 livros distribuídos durante o fórum ao longo dos anos. Seu perfil público cresceu proporcionalmente com seu sucesso: a iteração mais recente do Fórum da Liberdade recebeu 269 aparições na mídia nos principais meios de comunicação do Brasil. Mais de 30.000 pessoas assistiram online aos eventos do Fórum e mais de 150.000 viram seus materiais produzidos online. O Fórum foi abordado em mais de 100 artigos escritos, aparições na TV e no rádio. Dois proeminentes vloggers brasileiros do YouTube também cobriram o evento. Um deles, Arthur Moledo do Val, postou um vídeo em seu canal, Mamãe Falei, que em 13 dias após o evento reuniu 79.629 visualizações.³⁸

Na última edição presencial do Fórum da Liberdade, em 2019, pela primeira vez em sua história, o IEE fora presidido por uma mulher: Giovana Stefani. Conforme a apresentação preparada pelo Instituto para a divulgação do 33º Fórum da Liberdade³⁹, o evento contou, ao longo de sua história, com mais de 80 mil participantes; mais de 500 horas de conteúdo produzido; palestrantes de mais de 25 países; além das 23 publicações da série *Pensamentos Liberais*. A publicação do 23º volume da série teve tiragem de 10 mil exemplares e foi também disponibilizada, de forma pública, em formato *e-book*.

O Instituto de Estudos Empresariais⁴⁰ destacou a performance midiática com o seu grande evento de 2019, apresentado crescimento de 67% de tráfego em seu site, em comparação a edição de 2018, além de mais de 200 inserções na imprensa. Com mais de 5 mil inscritos para acompanhar o Fórum presencialmente, o impacto *online* alcançou números superiores a 350 mil visualizações, somadas as plataformas do *Facebook*, *Youtube* e *InfoMoney*, com mais de 20 milhões de interações em mídias sociais, entre engajamentos e visitas.

Por conta da pandemia de Covid-19, em 2020 o Fórum da Liberdade foi adaptado ao formato de videoconferência, transmitido pela plataforma *Youtube*. Houve três palestras:

³⁷ ATLAS ([2017?a], tradução nossa).

³⁸ Ibid.

³⁹ IEE ([2020?]).

⁴⁰ Ibid.

No primeiro dia do evento, 14 de abril, ao meio-dia, tivemos três grandes palestrantes. Juntos, Fernando Schüler, cientista político e professor do Insper, João Pereira Coutinho, jornalista e cientista político português, e Pedro Bial, escritor, jornalista, cineasta e apresentador, debateram sobre o cenário atual do Brasil e do mundo no painel intitulado “Liberdade em tempos de crise”.

No cenário atual não podemos optar por Saúde ou Economia. Precisamos encontrar uma forma de conciliar os dois pilares para a sobrevivência da nossa sociedade. Esse é o tema do segundo painel do #ForumEmCasa. Para falar do assunto, convidamos o jornalista Alexandre Garcia, o advogado e cientista social, Fernando Conrado, e o presidente do conselho da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein e do Instituto Coalizão Saúde, Claudio Lottenberg.

O fechamento do Fórum da Liberdade em Casa aconteceu com um importante debate sobre os rumos do empreendedorismo diante da pandemia do coronavírus. Jorge Paulo Lemann, diretor da 3G Capital, David Vélez, fundador e CEO do Nubank, Roberto Setubal, co-presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A, e José Galló, presidente do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A, foram os debatedores do painel “O papel do empreendedor”.⁴¹

O percurso histórico trilhado, até este momento, buscou demonstrar a importância de direcionar um olhar a investigação do Instituto de Estudos Empresariais, graças, especialmente ao seu grande projeto, o Fórum da Liberdade de Porto Alegre. Dessa maneira, a complexidade da racionalidade neoliberal requer novas estratégias de análise, e as mudanças circunscritas à área educacional no tempo presente necessitam voltar-se às novas práticas discursivas da Contemporaneidade.

A produção discursiva neoliberal alastrada pelo Instituto de Estudos Empresariais, com o Fórum da Liberdade e a série *Pensamentos Liberais*, contudo, não vem sendo adotada como foco de pesquisas acadêmicas, nem nas ciências humanas de forma geral, tampouco na área educacional. A seguir, justificamos essa constatação com a revisão de literatura realizada nas principais plataformas digitais nacionais de teses e dissertações.

1.4 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, esperamos delegar crédito aos trabalhos já realizados por outros pesquisadores que compartilharam problemas de pesquisa semelhantes ao deste trabalho. Foram buscadas teses e dissertações armazenadas nos três repositórios digitais indicados pela biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São eles: *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* – BDTD; *Catálogo de Teses e Dissertações* – CAPES; *Repositório Digital da Biblioteca Unisinos* – RDBU. O processo de busca foi realizado com os seguintes descritores: “Instituto de Estudos Empresariais”; “Fórum da Liberdade”; “Pensamentos Liberais”. Os resultados estão dispostos no *Quadro 3*.

⁴¹ #FORUMEMCASA 2020 ([2020?]).

Quadro 3 – Trabalhos encontrados em repositórios digitais com os descritores: “Instituto de Estudos Empresariais”; “Fórum da Liberdade”; “Pensamentos Liberais”

Repositório Digital	Ano	Grau da Pesquisa	Título	Instituição	Autor (a)
BDTD e RDBU	2019	Tese de Doutorado Em História	A atuação política dos <i>think tanks</i> neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto Para el Desarrollo Empresarial de la Argentina	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos	Lidiane Elizabete Friderichs
BDTD e CAPES	2017	Dissertação de Mestrado em Enfermagem	Percepção dos enfermeiros acerca da sua atuação ante os direitos dos pacientes	Universidade de Brasília – UnB	Andreia Alves Ramos
BDTD e CAPES	2011	Dissertação Mestrado em História	O signo da liberdade e a execução do Estado: o pensamento neoliberal por meio do Fórum da Liberdade de Porto Alegre (1988-1993)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Cássio Felipe de Oliveira Pires

Fonte: Elaborado pelo autor.

O descritor “pensamentos liberais”, localizado na pesquisa de Andreia Alves Ramos, não faz referência à série de livros *Pensamentos Liberais*, tampouco a área de concentração da pesquisa (enfermagem) guarda alguma relação com as discussões desta dissertação. Exclui-se, pois, o trabalho do conjunto de pesquisas encontradas.

No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em 2011, Cássio Felipe de Oliveira Pires apresentou a dissertação intitulada *O signo da liberdade e a execução do Estado: o pensamento neoliberal por meio do Fórum da Liberdade de Porto Alegre (1988-1993)*. O objetivo do trabalho foi analisar os sentidos do conceito de liberdade, difundidos pelo *Fórum da Liberdade* de Porto Alegre, no período de 1988 a 1993, justificado pelo autor a partir “[...] da convergência de três inflexões históricas: a alteração nos sentidos políticos do conceito de liberdade, o avanço do neoliberalismo na América Latina e a mudança no padrão de atuação política do empresariado brasileiro na Nova República”. (PIRES, 2011, p. 19).

Ressaltamos que há limitações nas possibilidades de utilizar o trabalho de Pires (2011) como bibliografia pertinente para a consolidação do objetivo principal desta pesquisa, uma vez que a dissertação não apresenta contribuições para a discussão da área educacional. Ademais, o trabalho de Pires (2011) possui recorte temporal aplicado às seis primeiras edições do *Fórum da Liberdade*, de 1988 a 1993, enquanto a temática educacional fora destacada nas discussões do evento, apenas, a partir da 7ª edição, em 1994. Há, também, o

fato de o lançamento do primeiro volume da série *Pensamentos Liberais* ter ocorrido em outubro de 1994, o que exclui a possibilidade, ao decorrer da pesquisa, de haver menções sobre a coleção de livros.

Por outro lado, a discussão proposta sobre o conceito de *neoliberalismo*, baseada em *A brief history of neoliberalismo*, de David Harvey, e *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, de Pablo Gentili e Emir Sader (Org.), pode trazer acréscimos a uma das pretensões desta pesquisa, que consiste em estabelecer diálogos entre a teorização contemporânea da *racionalidade neoliberal*, de Dardot e Laval (2016), e o contexto brasileiro. Em um panorama geral, a dissertação de Pires (2011) contribui para esta dissertação, principalmente com algumas sugestões bibliográficas voltadas à discussão da ação empresarial.

Já a tese de Lidiane Elizabete Friderichs, intitulada *A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto Para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998)*, foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em 2019. Durante a pesquisa, a autora utilizou como um de seus materiais empíricos a série *Pensamentos Liberais*, classificando-a como a “[...] principal produção intelectual [...]” do IEE. (FRIDERICHS, 2019, p. 87).

No subcapítulo *O Neoliberalismo do IEE por meio dos Pensamentos Liberais*, Friderichs (2019) discute os quatro primeiros volumes lançados, em 1994, 1995, 1997 e 1998. Há, entretanto, uma ressalva de que

“[...] não será feita uma análise minuciosa de todos os artigos, mas uma seleção dos temas que possuem maior frequência nas tiragens e que sejam mais pertinentes com esse objeto de estudo, priorizando-se os debates sobre as avaliações políticas e econômicas do país”. (FRIDERICHS, 2019, p. 89).

Percebida a ausência de discussões de cunho educacional nos volumes analisados da série *Pensamentos Liberais*, Friderichs (2019) incluímos, ao final do subcapítulo, uma referência ao livro *Educação em Crise*, escrito por Mário Jaramillo, Juan Bendfeldt, Maria Tereza Infante Barros e Maria del Carmen de Fuentes.

No anexo do livro *Educação em Crise*, lançado no ano de 1994 em parceria entre a editora Ortiz, o IEE e o IL, há três propostas para a educação brasileira, a primeira elaborada pelo IEE, a segunda pelo IL e a terceira pelo Instituto Atlântico. Esse livro que conta com a introdução do presidente do IEE, Roy W. Ashton, reúne quatro artigos de pesquisadores da Guatemala, Colômbia e do Chile, para debater os problemas e desafios da educação da América Latina sob a ótica liberal. A parte dedicada a proposta do IEE, é intitulada “Estudo de apoio ao governo do Estado do

Rio Grande do Sul”, documento apresentado ao governo do Estado, na forma de plano de ação “que busca estabelecer, preservar e desenvolver a liberdade no campo econômico e social”. Apenas a questão educacional é apresentada nesse livro. (FRIDERICHS, 2019, p. 96-97).

Em breve comentário sobre a proposta do IEE, Friderichs (2019) pontua os argumentos do texto, sustentados nas afirmações de que o Estado gasta demais com as escolas públicas de ensino médio, uma vez que as instituições particulares teriam um custo por aluno menor, além de propiciar um ensino de maior qualidade. A solução desse “problema” estaria na implementação do sistema de vouchers escolares.

O subcapítulo “‘Éramos tachados de xiitas’ – análise dos fundadores e dirigentes do IEE e ILRS” se propõe a analisar os indivíduos responsáveis pelo IEE. Na seção, há duas referências a série *Pensamentos Liberais*: o surgimento da série de livros, após o Fórum sobre a “Educação em Crise”, e a avaliação de Friderichs (2019) de que os artigos “[...] são mais opinativos do que baseados numa discussão aprofundada dos autores que fazem parte da lista de leituras do IEE”. (FRIDERICHS, 2019, p. 170).

Vale destacar, por fim, que a tese de Friderichs (2019) aponta a questão da educação pública como um tema muito discutido pelos institutos analisados, principalmente nos dois brasileiros. As conclusões da autora sugerem a Educação, no ponto de vista neoliberal, como um problema de mercado, no qual o Estado deveria ceder seu espaço para setor privado, a fim de incentivar a livre-concorrência por alunos e projetos. Os resultados de Friderichs ressaltam, também, a preocupação dos institutos neoliberais com o caráter ideológico empregado nas escolas, considerado desfavorável à filosofia liberal.

Além de não se comprometer a realizar um exame minucioso dos artigos da série *Pensamentos Liberais*, outra importante diferença entre a tese citada e o presente trabalho está na proposta de analisar todos os 24 volumes da série publicados até o presente, de forma minuciosa e focalizada à área educacional. A análise de Friderichs (2019) utilizou as quatro primeiras edições da série *Pensamentos Liberais*, em um período no qual, de fato, os textos ainda não possuíam refinamento teórico, visto que as principais reformulações do *Ciclo de Formação* do IEE ocorreram em um espaço temporal posterior ao recorte do trabalho de Lidiane Friderichs, como demonstrado na seção anterior.

Dito isso, para que possamos seguir à composição e à análise do *corpus* empírico emergentes da série de livros *Pensamentos Liberais*, explanamos, no seguinte capítulo, as perspectivas teórico-metodológicas nas quais estaremos apoiados.

CAPÍTULO II: PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Lutar por *uma verdade* é algo totalmente distinto de lutar *pela* verdade. (NIETZSCHE, 2007, p. 64, grifos do autor).

Até este momento, buscamos narrar de que forma o Fórum da Liberdade de Porto Alegre tornou-se um dos principais produtores do discurso neoliberal brasileiro na Contemporaneidade. Descrevemos ainda, de forma breve, algumas condições que buscam elucidar a emergência da série de livros *Pensamentos Liberais* como *arquivo* documental do Fórum da Liberdade. Compreende-se, quanto a esse movimento, o arquivo como “[...] um sistema de discursividade que estabelece uma conexão de certos discursos com outros certos discursos, excluindo todos os demais. É um sistema de discursividade que seleciona o que vai ser conectado à história e o que vai ser dela excluído”. (SIMIONI, 2016, p. 178).

Em se tratar do *Fórum da Liberdade* como o acontecimento histórico em foco nesta análise, a série *Pensamentos Liberais*, como “[...] o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. (FOUCAULT, 2008, p. 147). Mais tarde, conforme Veiga-Neto (2007, p. 95), “[...] Foucault irá dizer que o arquivo é o conjunto de discursos cujo pronunciamento, num determinado momento, está sancionado pelo conteúdo de verdade que se lhes atribui”.

De posse do *arquivo*, cujos textos selecionados nas obras publicadas compõem o *corpus* documental desta investigação, faz-se necessário esclarecer de que forma trabalhamos com o material empírico escolhido dentre o conjunto discursivo, a começar pela impossibilidade de dividir os capítulos sobre teoria e método, uma vez que tal ordenação pressupõe adotar os fundamentos teóricos como um arranjo de conhecimentos verdadeiros, aplicados de forma prática, em um momento isolado. Não procederemos de tal forma, pois como sugere Veiga-Neto (2015, p. 132)

Não faz sentido – e nem mesmo é possível – pensar a prática sem uma teoria que a abrigue enquanto prática. Além do mais, se a própria teoria já é uma prática – e, como já vimos, a prática só é prática sob o abrigo de uma teorização que lhe dê (pelo menos, um mínimo de) sentido –, tentar pensar a prática a partir de uma teoria ou, no sentido inverso, tentar formular uma teoria a partir da prática, são como que furos na água líquida...

O conceito de *método científico* para Marconi e Lakatos (2003, p. 83), “[...] é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Ao inscrever este trabalho

no campo dos Estudos Foucaultianos, vamos de encontro a definição tradicional de *método*, uma vez negadas as premissas do conceito: não há conhecimento “verdadeiro”, tampouco caminho ideal a ser seguido, bem como inexistente uma dimensão na qual a essência do saber dispensa questionamentos. Como disse Nietzsche (2007, p. 45) “[...] toda regularidade que tanto nos impressiona na trajetória dos planetas e no processo químico coincide, no fundo, com aquelas propriedades que nós mesmos introduzimos nas coisas, de sorte que, com isso, impressionamos a nós mesmos”.

Essa visão de mundo levou Foucault, segundo Deleuze (2005, p. 128), a constatar: “nunca escrevi senão ficções...”. Não por acaso, na epígrafe deste capítulo, retomamos Nietzsche, pois “[...] o vínculo essencial de Foucault com Nietzsche é uma crítica da verdade compreendida do seguinte modo: qual é a ‘vontade’ de verdade suposta por um discurso ‘verdadeiro’ e que esse discurso só pode ocultar?”. (DELEUZE, 1992, p. 145).

As ferramentas foucaultianas não estão dispostas ao trabalho realizado em um campo de pensamento ordenado e racional, visto que “[...] pensar é se alojar no estrato no presente que serve de limite: o que é que posso ver e o que posso dizer hoje?”. (DELEUZE, 2005, p. 127). Utilizar *teorizações foucaultianas*⁴², portanto, leva a compreender os discursos educacionais, presentes na série *Pensamentos Liberais*, como verdades provisórias.

O dever de pensar e desenvolver práticas educacionais inscritas na racionalidade neoliberal constitui, na Contemporaneidade, um discurso verdadeiro. Conforme Nietzsche (2007, p. 30), entretanto, “[...] apenas por esquecimento o homem pode alguma vez chegar a imaginar que detém uma verdade no grau ora mencionado”. Buscaremos, ciente disso, recordar “[...] historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”. (FOUCAULT, 2017, p. 44).

Em outras palavras, a vontade de verdade desta pesquisa procura constituir *uma história das concepções de educação (neo)liberal no Brasil contemporâneo* produzidas pela série de livros *Pensamentos Liberais*, desde o seu primeiro volume, em 1994, até o vigésimo quarto, em 2020. Repara-se que utilizamos o artigo indefinido “uma”, pois não se trata de “a” história, em definitivo. Há de se fazer, assim, a conhecida ressalva sobre a compreensão de *origem*, pois não se estará em busca da *Ursprung*

⁴² “Se, a rigor, não existe um método foucaultiano, não existe, também, uma ‘teoria foucaultiana’, se entendermos ‘teoria’ como um conjunto de proposições logicamente encadeadas, que querem ser abrangentes, amplas e unificar tanto determinadas visões de mundo, quanto maneiras de operar nele e de modifica-lo. [...] Assim, em vez de falarmos em uma teoria foucaultiana, é mais adequado falarmos em teorizações foucaultianas”. (VEIGA-NETO, 2007, p. 17-18).

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. (FOUCAULT, 2017, p. 58).

“[...] Foucault, seguindo Nietzsche, recusa a pesquisa de *Ursprung*. Ele se propõe a desenvolver uma pesquisa orientada pelos dois termos precedentes - *Herkunft* e *Entstehung* - que marcam melhor a tarefa da pesquisa genealógica desenhada pelo filósofo alemão”. (KLAUS; HATTGE; LOCKMANN, 2015, p. 668). Modificar a direção da análise do discurso, abandonando a intenção de encontrar um sentido “original” em cada enunciado, ou um sentido “verdadeiro”, significa admitir que tudo está dito no próprio enunciado. Não há, pois, nada “oculto” a ser descoberto na análise dos discursos proferidos na série *Pensamentos Liberais*.

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p. 31).

A análise de inspiração genealógica da série *Pensamentos Liberais* “[...] deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais”. (FOUCAULT, 1999, p. 66). Analisar o discurso do financiamento educacional, exemplo de uma recorrência discursiva entre os volumes das obras, faz-se pela investigação de sua proveniência (*Herkunft*), aceitadas várias possibilidades de origens do discurso; e de sua emergência (*Entstehung*), compreendida como a sobreposição momentânea de uma força sobre um objeto. Ou seja, observa-se como estamos, entre 2020 e 2021, discutindo o financiamento educacional a partir de um texto disponibilizado em um *e-book*, um arquivo ao alcance de qualquer pessoa conectada à internet e disposta a saber sobre o tema no país.

Não pode ser ignorado, como demonstramos na seção anterior, o fato de que o *Fórum da Liberdade* é capaz de produzir 20 milhões de interações na internet, entre *likes* e compartilhamentos. “O *curtir* é o amém digital. Quando clicamos nele, subordinamo-nos ao contexto de dominação. O *smartphone* não é apenas um aparelho de monitoramento eficaz, mas também um confessionário móvel”. (HAN, 2018, p. 24). Isso significa, dentre outros efeitos, que foram gestadas 20 milhões de oportunidades para que o argumento sobre o financiamento educacional, do ponto de vista neoliberal, fosse reproduzido discursivamente pela sociedade.

Leva-se em conta, na observação dos fatos, a noção de *Democracia de espectadores*, gestada na *Era da psicopolítica digital*, proposta por Han (2018). O autor sul-coreano introduz à discussão sobre o neoliberalismo os acontecimentos da *Indústria 4.0* e problematiza o incontrolável fluxo de informações pessoais disposto nas redes sociais digitais e susceptíveis a algoritmos de sujeição das escolhas futuras: “[...] é esse o destino do sujeito, que literalmente significa <estar submetido>”. (HAN, 2018, p. 9). Sobre os novos dispositivos neoliberais, o autor afirma que

Os *big data* são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação social. Trata-se de um *conhecimento de dominação* que permite intervir na psique e que pode influenciá-la em um nível pré-reflexivo. (HAN, 2018, p. 23 grifos do autor).

A argumentação de Byung-Chul Han busca demonstrar a insuficiência, para a análise da Contemporaneidade, dos conceitos biopolíticos desenvolvidos por Michel Foucault, fato que leva o autor sul-coreano a defender “*a virada para a psique [...]*”. (HAN, 2018, p. 40, grifos do autor). Concorda-se, todavia, com a crítica de Benevides (2017, p. 4), “[...] tendo em vista que o argumento recupera o binarismo cartesiano nesse campo de incidência a partir da diferença entre *bios* e *psique*, intentaremos efetuar uma crítica a posição de Han, levando em conta esse duplo aspecto”.

A compreensão teórica desta pesquisa aceita a introdução do conceito *psicopolítico* as discussões neoliberais, com a ressalva de que não fará uma “substituição” de perspectivas analíticas; haverá, por outro lado, um acréscimo, uma inserção emergente à época atual, considerados que “[...] os limites da objetividade das explicações históricas reduzem-se, em parte, ao fato de que cada historiador consegue aprofundar mais ou menos a explicação”. (VEYNE, 1998, p. 41).

Retomamos, para além, a tentativa de evitar o que Veiga-Neto (2007) considera uma conduta intelectual “inadequada”, expressa pela essencialidade de abandonar a concepção de ciência racional moderna, abdicar de metanarrativas e voltar-se a perguntas filosóficas, a fim de evitar incoerências quanto a teorização norteadora da pesquisa. Busca-se, pois, adotar uma perspectiva em que “[...] a lógica de um pensamento não é um sistema racional em equilíbrio”. (DELEUZE, 1992, p. 118).

“O método consiste, então, para Foucault, em compreender que as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe”. (VEYNE, 1998, p. 254). Isso nos leva a compreensão de que o efeito produzido pelos discursos educacionais tomará ressonâncias diversas.

Certamente, haverá inúmeros consensos, forjados nos atravessamentos de múltiplos grupos discursivos, dotados de uma infinidade de particularidades que, em algum momento, cruzam-se e formam um novo grupo discursivo “verdadeiro”, ao passo que “[...] a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência”. (FOUCAULT, 1999, p. 15).

Voltadas a discutir o neoliberalismo, as pesquisas da área educacional demonstram e, em sua maioria, divergem dos discursos reformistas propostos pelos neoliberais. Logo, investigar o neoliberalismo como um objeto estanque, a fim de classificá-lo com rótulos, não é o objetivo desta pesquisa, pois nisso não há novidade alguma. Para propor uma perspectiva genealógica de análise da produção discursiva do *Instituto de Estudos Empresariais*, “[...] não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. [...]”. (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Denunciaremos, então, a história assassinada, cada vez que em uma análise histórica – e sobretudo se se trata do pensamento, das ideias ou dos conhecimentos – virmos serem utilizadas, de maneira demasiado manifesta, as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, de ruptura e de transformação, a descrição das séries e dos limites. (FOUCAULT, 2008, p. 16).

A pergunta é: “como o neoliberalismo aconteceu?”. A história da série *Pensamentos Liberais* vai (re)produzir inúmeras propostas, baseadas em teorias liberais de mercado, às quais consideramos (neo)liberais. O parêntese simboliza uma compreensão do neoliberalismo em construção permanente; ou seja, quando utilizamos a noção de *racionalidade neoliberal*, estamos nos valendo de preceitos teóricos da perspectiva adotada neste trabalho, em que não existem conceitos exatos.

Nesse sentido, quando perguntado sobre as causas de escrever um livro sobre Foucault, Deleuze (1992, p. 106), dentre outras coisas, disse: “[...] mesmo uma noção como a de enunciado não me parece ter sido compreendida de modo suficientemente concreto”. Confessamos um certo “temor” em utilizar alguns conceitos de forma equivocada, mas renunciar aos riscos na formulação deste trabalho seria o maior equívoco incorrido no diálogo que pretemos estabelecer com a obra de Foucault. O discurso, para o autor, “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Dentre essas lutas, as recentes contestações quanto à “utilidade” das pesquisas da área de Humanidades representam uma disputa de forças. Para Foucault (2017, p. 41), “[...] a historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder,

não de sentido”. Consideramos, assim, necessário o emprego de perspectivas teóricas que busquem transgredir as verdades indiscutíveis do presente e possibilitem “[...] a criação de modos de existência, o que Nietzsche chamava a invenção de novas possibilidades de vida”. (DELEUZE, 1992, p. 146).

“A ideia fundamental para Foucault é a de uma dimensão da subjetividade que deriva do poder e do saber, mas que não depende deles”. (DELEUZE, 2005, p. 109). Não há como realizar esta análise adotando o plano ideal da CNTP⁴³; porém o abandono de uma estrutura rígida de análise não reflete em perda de rigor, posto que a rigorosidade estará direcionada a ampliar o campo de questionamentos, tanto quanto o pensamento permitir⁴⁴. Assim, o desafio da análise dos discursos educacionais da série *Pensamentos Liberais* consistiu em expressar a monumentalidade dos textos a partir das condições de emergência de seus discursos, sem a tentativa de extrair um significado puro dos enunciados, pois como nos diz Deleuze: “[...] cada época diz tudo o que pode dizer em função de suas condições de enunciado”. (2005, p. 63).

Indagado sobre a relação de Foucault e a pesquisa histórica, respondeu Deleuze (1992, p. 118-119) “[...]com certeza a história faz parte de seu método. Mas Foucault nunca virou historiador. Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação inteiramente diferente que a dos filósofos da história”. A história, para Veyne (1998, p. 268), “[...] torna-se história daquilo que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades”. Adotada essa concepção, modifica-se o caráter documental da série *Pensamentos Liberais*, tornando-a um *monumento* histórico.

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. [...] em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifraram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto. (FOUCAULT, 2008, p. 7-8).

⁴³ Sigla, em língua portuguesa, de “Condições normais de temperatura e pressão”, aplicada em experimentos científicos da área de ciências exatas.

⁴⁴ Para Veiga-Neto (2007, p. 24), “a crítica foucaultiana é uma *crítica da crítica*, que está sempre pronta a se voltar contra si mesma para perguntar sobre as condições de possibilidade de sua existência, sobre as condições de sua própria racionalidade. Nesse sentido, é uma crítica cética e incômoda: ela mais pergunta – até mesmo sobre si mesma – do que explica. Ela torce e se retorce sobre ela mesma, revisando-se e desconstruindo-se permanentemente. [...] Por isso, costume chamá-la de *hipercrítica*”. (grifos do autor).

Nesse sentido, a análise da série *Pensamentos Liberais* buscou expressar a *monumentalidade* do documento produzido por um *mix* de práticas constituintes da racionalidade neoliberal. Os documentos, enquanto *monumentos*, contêm enunciados representativos da compreensão subjetiva dos signos linguísticos, realizada no pensamento de cada sujeito. “Um enunciado é sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. (FOUCAULT, 2008, p. 31).

A função da análise documental se traduz em buscar “[...] a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*”. (FOUCAULT, 2008, p. 157, grifos do autor). A análise documental/monumental explica-se pelo entendimento de que

Na verdade, tudo é prática em Foucault. E tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. (FISCHER, 2001, p. 200).

Dessa forma, aceitar a existência de uma “racionalidade” neoliberal significa perceber as recorrências de um conjunto de práticas discursivas. Quando observadas essas recorrências no campo educacional, para as compreender é necessário considerar a impossibilidade de práticas educacionais estarem deslocadas de práticas empresariais, jurídicas, médicas, esportivas..., enfim, do *mundo da vida* de Habermas – equivocado, justamente, em crer na existência de um discurso “puro”, capaz de produzir liberdade. “A liberdade é a antagonista da coerção. Ser livre significa estar livre de coerções. Ora, mas essa liberdade que deveria ser o contrário da coação também produz ela mesma coerções”. (HAN, 2018, p. 10).

De tal modo, a vontade de “liberdade” produzida discursivamente pelo *Instituto de Estudos Empresariais* e expressa textualmente na série *Pensamentos Liberais*, é um “tipo” de liberdade, jamais um arquétipo. Ser livre, por mais paradoxal que seja, poderia ser a função da Educação? Uma resposta “verdadeira” para essa pergunta inexistente, depende da vontade de verdade empregada no discurso. Todavia, se observamos a escola como instituição responsável por “fazer pensar”, poderíamos inferir a função educacional como oposta, por exemplo, a proposição do título do livro de Olavo de Carvalho, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*; haja vista que, “diante da coerção da comunicação e da conformidade, o idiotismo representa uma prática da liberdade. O idiota, por sua própria natureza, é o desligado, o desconectado, o desinformado”. (HAN, 2018, p. 111).

A exposição teórico-metodológica apresentada trouxe ao leitor alguns conceitos que permeiam esta análise. Como mencionamos anteriormente, inscrevemos este trabalho no campo dos *estudos foucaultianos*; ou seja, quando mencionamos “conceitos”, referem-se a conceitos filosóficos (e não científicos). Em um primeiro momento, essa colocação pode parecer de pouca importância; todavia, Deleuze e Guattari (1992, p. 30) recordam-nos de que “[...] um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes”. Com isso, mesmo que haja a intitulação de “percurso teórico-metodológico” neste capítulo, a inscrição conceitual que permite substratos à análise se inicia desde o título dissertado, na primeira aparição do termo *(neo)liberalismo*, dados os problemas do “novo” liberalismo e de como ele se expressa no Brasil.

Conforme Cellard (2008, p. 298), “[...] uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”. Sob o aspecto citado, buscamos na seção seguinte a descrição dos artigos componentes do *corpus* empírico, a fim de os desconstruir e, posteriormente, reorganizar os dados.

Diante de tais considerações, prosseguiremos da seguinte forma: na seção seguinte, de início, sublinhamos todas as menções a área educacional presentes nos 24 volumes da série *Pensamentos Liberais*, sejam elas elementos centrais ou periféricos dentre os artigos destacados. Destacamos os autores, seus locais de fala/ocupações profissionais e as referências utilizadas, as quais consideramos pertinentes à análise e à edição do Fórum da Liberdade e que contextualizam o momento da produção.

Ao final da descrição, para a materialização visual de cada um dos volumes ao leitor, por tratar-se de obras físicas, haverá a ilustração da capa correspondente, com fotografias autorais até o décimo sétimo volume. Nos volumes seguintes, as reproduções das capas corresponderão às versões digitais das obras. Haverá, ainda, a reprodução dos sumários completos de cada volume, a fim de apresentar o contexto geral das discussões realizadas em cada volume.

2.1 SÉRIE PENSAMENTOS LIBERAIS: O ARQUIVO DOCUMENTAL DO FÓRUM DA LIBERDADE

O prefácio do primeiro volume da série de livros *Pensamentos Liberais*, impressa em outubro de 1994, escrito pelo então Diretor do *Instituto Liberal/RS*, Fernando Caputo Zanella,

anuncia o livro como uma produção comemorativa ao aniversário de dez anos do Instituto de Estudos Empresariais. Para Zanella (1994, p. 07, grifos do autor, Série Pensamentos Liberais, 1), o livro contém “[...] até *papers* que poderiam ter sido publicados em qualquer periódico técnico indexado. Além disso, “[...] é impressionante a pesquisa bibliográfica apresentada em anexo”. No anexo referido, há uma divisão de temas, organizada em quatro partes: 1) Parte filosófica introdutória; 2) Funcionamento e mecanismos de mercado; 3) Intervenção do Estado; 4). Temas conexos. Em cada uma dessas subdivisões, há inúmeros tópicos de discussão, contemplados por leituras sugeridas.

Na subdivisão “Funcionamento e mecanismos de mercado”, insere-se o tópico: “Capital humano: sua formação é uma despesa, ou um investimento rentável a longo prazo?”. (ORTIZ, 1994, p. 210, Série Pensamentos Liberais, 1). A leitura sugerida para a discussão do tópico citado é *Liberdade x pobreza*, de Eduardo Giannetti da Fonseca. Em buscas pela obra, percebeu-se que houve um equívoco de grafia, pois o título correto da obra referida é *Liberalismo x pobreza: a liberdade vencendo a miséria*, de Fonseca (1989). De todo modo, o trecho citado é um destaque referente à temática educacional nesse primeiro volume.

A partir do segundo volume, há uma novidade na série de livros *Pensamentos Liberais*: um tema orientará as análises contidas nos livros publicados. Na segunda publicação, de 1995, o título “Custo Brasil”, também tema do 9º Fórum da Liberdade, em 1996, centralizou as discussões propostas. Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Grupo Gerdau, assina o prefácio salientando a necessidade de reformas para o Brasil reduzir seu *atraso* frente a outras nações mais competitivas.

No artigo *Custo Brasil na siderurgia*, Guilherme Johannpeter entende o Custo Brasil como “[...] custo de transação, tendo, assim, impacto direto na performance econômica das empresas brasileiras”. (JOHANNPETER, 1995, p. 59, Série Pensamentos Liberais, 2). O autor lista 12 itens que integram o Custo Brasil, com a Educação na 10ª posição, sem propor discussões específicas sobre o assunto.

O publicitário Kurts (1994, p. 69, Série Pensamentos Liberais, 2), em *Políticos e Custo Brasil*, cita a Educação juntamente com a saúde como “problemas graves na área social”, também sem aprofundar a discussão. Em um outro artigo, *Injustiça do trabalho*, Souto (1995, p. 93, Série Pensamentos Liberais, 2) discute os excessos de encargos trabalhistas referentes as obrigações sociais, classificados como “escorchantes e medievais”, e cita o Salário educação como responsável por 2,5%, dentre os 35,80% de encargos totais trabalhistas.

Na trilha do Custo Brasil: observações sobre o “custo nosso de cada dia”, escrito por Ademar Xavier, a Educação ganha um leve destaque a partir do subcapítulo *Investimento em*

capital humano diminui custos, em que idealiza-se a escola de amanhã como “[...] uma incubadora de indivíduos empreendedores e de projetos empresariais, além de preservar seu papel clássico, que é ensinar os conhecimentos básicos do conhecimento, transmitir tradição e cultura, estimular a criatividade e a pesquisa científica”. (XAVIER, 1995a, p. 119, Série Pensamentos Liberais, 2). Ainda para Xavier (1995a, p. 20, Série Pensamentos Liberais, 2), o sucesso educacional almejado está ligado a implementação do *cheque educação (voucher)*, modelo no qual “[...] as boas escolas prosperariam, e as más tenderiam a desaparecer. O salário dos professores seriam (sic) equalizados com o êxito da escola, levando à qualificação do professor e sua valorização profissional”. (XAVIER, 1995a, p. 120, Série Pensamentos Liberais, 2).

Sem contar com uma nova publicação no ano de 1996, *Propostas liberais para o Brasil* foi lançado, em 1997, como o terceiro volume da série *Pensamentos Liberais*. Todavia, para fins de investigação aos quais se propõe esta pesquisa, no livro não constam discussões sobre Educação, tampouco alguma citação ou referência ao tema, mesmo em discussões tangenciais. Em 1998, o título da publicação volta a ser *Pensamentos Liberais*. Como no terceiro volume, não foram abordadas discussões sobre Educação ao longo da obra.

Após dois anos sem novas publicações, o quinto volume da série *Pensamentos Liberais* foi lançado em 2001, na ocasião do 14º Fórum da Liberdade. Pela primeira vez, a Educação foi protagonista de uma das publicações, dividindo o foco de discussão com outros três temas: orçamento participativo; subsídios e terceira via. Os autores Daniela Tumelero; Luciano Brochmann; Luiz Eduardo Fração e Marcelo Schiavon discutem, entre as páginas 17-96, o capítulo *Educação no Brasil*, com excerto logo ao início do texto em que ficam claras algumas convicções e projetos que permearão o escrito:

As propostas de gestões educacionais do voucher e escola-alvará que serão apresentadas vêm a desmistificar a falsa ideia, disseminada pelas correntes de pensamento de esquerda, de que os liberais não teriam preocupações sociais. Entendemos que o papel do Estado não é o de planejar a economia, nem o de construir uma sociedade igualitária. Sua função é a de manter a ordem e garantir que as leis sejam cumpridas. A igualdade por nós defendida não é a utopia de que todos obtenham os mesmos resultados, mas, sim, que todos tenham igualdade de oportunidade, ou seja, que todos tenham as mesmas possibilidades de lutar para conseguir melhores resultados. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 19, Série Pensamentos Liberais, 5).

As preocupações sociais apontadas pelo artigo estão circunscritas por um projeto de sociedade competitiva, em que a educação como formadora de capital humano tem papel fundamental, uma vez que “[...] os ganhos que uma criança tem com a educação não são

desfrutados somente por ela, mas por toda a sociedade, contribuindo para o bem-estar dos outros membros”. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 20, Série Pensamentos Liberais, 5). De tal modo, qualquer projeto educacional em que não fique totalmente contemplado o ideal utilitarista é taxado como “pouco eficiente”, devido à “grande máquina burocrática educacional”. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 21, Série Pensamentos Liberais, 5).

Além dos ditos sobre a importância do *capital humano*, essa obra delineia uma ordem discursiva que permeará toda a série de livros, marcada pelos discursos sobre o financiamento da educação. No interim desse grupo discursivo, há categorias protagonistas: a dicotomia entre o investimento em educação (básica x superior) e forma de financiamento, através de vouchers escolares, mantém-se como pautas constantes ao longo dos 24 volumes. O modelo “flexível” de *vouchers* é valorizado também pela possibilidade de reduzir o quadro de professores conforme demandas variáveis de alunos e sem proteções trabalhistas, almejando-se a eficiência

No Brasil, há professores demais para o número de alunos matriculados. Em 1995, havia apenas 8,8 estudantes para cada professor contratado pelas universidades federais. Nos Estados Unidos, há muito maior eficiência. No ano passado, a média observada nas universidades públicas americanas foi de 15,2 alunos por professor. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 31, Série Pensamentos Liberais, 5).

Dessa forma, há uma crescente formação discursiva sobre a necessidade de investimentos privados na educação básica, utilizando-se como argumentos legitimadores os dados comparativos entre os resultados do Brasil e o resultado médio dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Acrescenta-se, ainda, a comparação entre o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido na educação pelo Brasil e pelo grupo de países da OCDE como “prova” de que não falta investimento na educação nacional; o que ocorreria, na verdade, seria um processo de má-gestão dos recursos públicos no campo educacional.

O sexto volume da série *Pensamentos Liberais* conta com o artigo *Fórum Social Mundial: a inviabilidade do contraditório*, escrito pelo administrador de empresas André Lopes Sant’Ana. O autor narra acontecimentos do Fórum da Liberdade e cita como “[...] as discussões sobre informações e democratização dos meios de comunicação trouxeram o consenso da hegemonia da informação americana e imperialista. Aruna Roy tentou mostrar que é importante a informação através da educação”. (SANT’ANA, 2002, p. 75, Série Pensamentos Liberais, 6). A discussão sobre informação e educação, ocorrida no segundo dia

do Fórum Social Mundial, é analisada por Sant'Ana (2002, p. 76, Série Pensamentos Liberais, 6):

A discussão sobre a informação leva para o processo educacional. A educação deve obedecer os (sic) preceitos básicos de liberdade: cada pessoa deve poder escolher a forma como deseja ser educada. É claro que as crianças seguem as determinações de seus pais. O importante, neste processo, é a seleção livre e não imposta. O governo, através de sistemas educacionais, não pode estabelecer fórmulas únicas. Em Cuba, o aluno deve aprender o que o Estado determina. No entanto, em países livres os pais podem escolher se querem levar seus filhos a colégios que pregam a doutrina de Marx, dos evangélicos, dos muçulmanos e demais.

Por que se tem vergonha de fazer parte da elite?, do empresário Leandro Gostisa, cita a educação como um processo político responsável por nutrir um suposto preconceito sofrido pela elite brasileira. Nas palavras de Gostisa (2003, p. 109, Série Pensamentos Liberais, 7),

A educação, ao assumir um cunho nitidamente político, contribui também para essa inversão de valores. Mestres de grandes escolas e universidades, muitas vezes controladas pelo próprio Estado ou Igreja, orgulham-se de assumir e divulgar uma única doutrina, que prega o intervencionismo, que os cidadãos são vítimas da globalização e do processo social, e que a desigualdade é produzida arbitrariamente. Não estimulam as diferenças, a competição, as realizações e feitos próprios. Essa ingerência política na educação não só prejudicou como prejudica a formação da consciência própria pelo jovem, robotizando-o e inculcando-lhe preceitos doutrinários.

Máquina Pública Inchada versus Lei de Responsabilidade Fiscal, do empresário Luciano Corrêa, versa sobre o mau uso do dinheiro público. Conforme Corrêa (2003, p. 116, Série Pensamentos Liberais, 7),

O mau uso do dinheiro público não está apenas no gasto com os salários; o governo gasta muito, e mal, em outras áreas prioritárias, como saúde, educação, estradas e segurança pública. A educação não vai melhorar apenas destinando-se mais recursos para uma máquina estatal inchada, mas sim com uma profunda reestruturação de como destinar-se esta verba, desse modo gastando-se melhor o dinheiro público. Para se ter uma idéia, manter um aluno numa universidade federal é, para o governo, um dispêndio maior do que o custo de manter o mesmo aluno em uma universidade particular, sem contabilizar as constantes greves e a estrutura deteriorada das universidades federais em relação às privadas

Todavia, o sétimo volume da série *Pensamentos Liberais* não resume a discussão educacional aos pequenos excertos citados. O artigo *Educação necessária para o desenvolvimento*, da empresária Rochele de Oliveira Silveira, retoma a temática educacional como destaque central de discussão.

No volume publicado em 2004, a série volta a ter um título: *Brasil, país em desenvolvimento até quando?* Sobre a temática educacional, há apenas uma citação na

contracapa, de Carlos Renck, Presidente da Carrier para a América Latina: “um país se desenvolve com a educação da sua gente, num ambiente de liberdade e regras estáveis [...]”.

No nono volume da série *Pensamentos Liberais, Cultura do Trabalho*, o artigo *A mulher e o mercado de trabalho* discute a importância da formação educacional elevada para maior sucesso do universo feminino no campo empresarial. Segue o excerto de Salomão e Drews (2005, p. 25, Série Pensamentos Liberais, 9):

A cada momento as empresas estão ainda mais exigentes na contratação de seus funcionários. A seleção dos candidatos é feita para escolher os melhores, que são os mais qualificados e preparados. A qualificação exigida é segmentada por diferentes níveis de atividades de trabalho. A educação de nível básico hoje é considerada como qualificação mínima para participar da seleção. Para os níveis mais altos, somente uma formação educacional de especialização, pós-graduação, mestrados e doutorados com distinção pode não ser suficiente. A questão relacionada à atitude a ao caráter dos candidatos é relevante nas escolhas ampliando as exigências.

Pontuamos que as autoras destacam a situação peculiar das mulheres em relação aos “[...] salários inferiores aos dos homens, o que demonstra o quanto ainda existe discriminação à mulher no limiar do século XXI” (SALOMÃO; DREWS, 2005, p. 40, Série Pensamentos Liberais, 9).

Demografia e emprego, do advogado, ensaísta e vice-Presidente do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, Cândido Mendes Prunes, aborda a temática educacional a partir do subcapítulo *A nova onda econômica: o predomínio do setor de serviços*, no qual é desenvolvida uma discussão sobre empregos do setor terciário, em relação a baixa escolaridade nacional.

Trabalho em diferentes Economias, Culturas e Sociedades: O Mercado de Trabalho no Mundo, da economista, empresária e professora universitária Marília Santos de Castro Bertoluci, relaciona a Educação ao cenário do mundo do trabalho de forma substancial, ainda que não seja o tema central da discussão proposta.

Para o desenvolvimento da discussão, são abordados 20 indicadores-chave, aplicados a uma divisão territorial com base em características regionais, sociais e culturais, desenvolvido pela International Labour Organization – ILO (Organização Internacional do Trabalho), resultante em oito subdivisões: América Latina e Caribe; leste da Ásia; sudeste da Ásia; sul da Ásia; Oriente Médio e norte da África; África Sub-Saara; economias em transição; países industrializados. Dentre os 20 indicadores-chave, há dois referentes à área educacional: desemprego por nível educacional e ao nível educacional e analfabetismo.

A décima edição da série *Pensamentos Liberais*, publicada em 2006, inicia com o artigo *Deveres do Estado (A hipertrofia do Estado e o encolhimento da liberdade individual)*, dos Professores Doutores em Filosofia Alberto Oliva e Mário Guerreiro, ambos da UFRJ. Dentre as 40 páginas do artigo, alça-se destaque ao subcapítulo *Qual o tamanho ideal?*, no qual os autores discutem a hipótese das ampliações das obrigações do Estado em fornecer Educação, em diálogo com a questão do cheque-educação (*voucher*). Já o artigo *O Estado moderno entre justiça e empresa*, de Ubiratan Borges de Macedo, Professor universitário em Programas de Pós-Graduação em Direito, tangencia questões sobre *capital humano*, ensino de 1º grau e a função do Estado para com a Educação.

Em 2007, *Propriedade e desenvolvimento*, a décima primeira edição da série *Pensamentos Liberais*, apresenta o artigo do advogado especialista em Direito Empresarial Michel Zavagna Gralha. *A violência urbana – propriedade pública e privada* sugere algumas teses para combater a violência urbana, dedicando quase duas páginas à Educação.

Agora, o mercado é o mundo foi o título da décima segunda edição da série *Pensamentos Liberais*. Nesse volume, entre defesas a globalização, citações do *Manual do perfeito idiota latino-americano* e críticas a Teoria da Dependência, a administradora de empresas e economista, Marília S. de Castro Bertoluci, escreve *A disputa dos BRICs: desafios e competitividade no futuro do mercado mundial*. No artigo, há referências ao Global Competitiveness Index – GCI (Índice de Competitividade Global), emitido pelo *World Economic Forum* (Fórum Econômico Mundial), em 2008, no qual constam como pilares, separadamente, a educação primária e a educação superior.

Pela ocasião do vigésimo segundo *Fórum da Liberdade*, a décima terceira edição da série *Pensamentos Liberais*, intitulada *Cultura da Liberdade*, volta a ter um artigo dedicado, integralmente, à temática educacional. *Liberdade de Escolha*, da arquiteta Bárbara Gerhardt Soeiro de Souza, busca “[...] explorar a importância da educação no desenvolvimento de um ser humano responsável por suas escolhas”. (SOUZA, 2009, p. 78, Série *Pensamentos Liberais*, 13).

Ainda nesse volume, o artigo *Brasil: onde estamos?*, da administradora de empresas Thaís Reali Beiler, apresenta o subcapítulo *Educação – a causa e consequência de tudo*, na qual a autora aborda alguns hábitos culturais da população brasileira e aponta tabelas comparativas entre índices de escolaridade e opiniões sobre o dever de intervir do Estado.

Inspirado no livro *As seis lições*, de Ludwig von Mises, o décimo quarto volume da série *Pensamento Liberais* foi denominado *Seis temas para entender o mundo*. De forma análoga ao livro de Mises, foram discutidos os temas: capitalismo; socialismo;

intervencionismo; inflação; investimento estrangeiro; política e ideias. O tema Educação não pautou nenhum dos artigos escritos, tampouco contemplou alguma subseção dentre os escritos.

O décimo quinto volume da série *Pensamentos Liberais*, publicado em 2011, confirma uma nova tendência estilística da coleção: demarcar, de forma objetiva, as temáticas discutidas em cada artigo. Esse volume inaugura uma sequência persistente até o último volume publicado, em 2019, no qual há artigos discutindo a Educação como temática central.

Em *A liberdade na era digital*, a psicóloga e empresária Carolina Lucas Fuhrmeister escreve: *As novas possibilidades de educação*. O artigo busca apresentar a influência da era digital na educação, principalmente na modalidade à distância, em diálogo com discussões sobre a Geração Y.

No décimo sexto volume da série *Pensamentos Liberais*, o empresário Alberto Ling escreve o artigo *Novos conceitos e ideias para mudanças no sistema educacional do Brasil e do mundo*, em que busca discutir novos paradigmas de ensino para romper um conceito de educação estático, em vista das inovações do mundo.

Para afirmar, definitivamente, a Educação como tema centra entre as pautas discutidas na série *Pensamentos Liberais*, o décimo sétimo volume, *Até onde chegamos*, contém três artigos sobre a temática educacional: em *Mitos da educação básica*, o administrador Thomas Cesa aponta os resultados do Brasil, no Pisa, como vergonhosos, e aponta alguns “mitos” populares sobre a temática, como a necessidade de aumentar o salário dos professores para melhorar o ensino, ou a necessidade de colocar 100% das crianças na escola.

Rumo à privatização do ensino básico é escrito pelo empresário Eduardo Lucas Fuhrmeister. Para o autor, “[...] o governo brasileiro já gasta mais do que a média dos países da OCDE; o fato é que ele gasta muito mal”. (FUHRMEISTER, 2013, p. 114, Série *Pensamentos Liberais*, 17). Como possíveis soluções para a crise da educação, Fuhrmeister (2013) discutirá o modelo *charter* e os *vouchers* de educação.

A estudante de direito Camile Souza Costa escreve o artigo *Educação básica finalmente em pauta: será a luz no fim do túnel?* Segundo Costa (2013, p. 222, Série *Pensamentos Liberais*, 17),

[...] o tão importante tema da educação, e principalmente da educação básica, parece ter finalmente transcendido as discussões internas do Fórum e dos demais ambientes de debate, para de uma vez por todas adquirir relevância prática e objetiva na sociedade brasileira.

A partir desse ponto, o texto cita nomes importantes que discutiram a temática nas edições anteriores do *Fórum da Liberdade*, destaca algumas ideias apresentadas e passa a apresentar fatos considerados como avanços concretos em educação básica, com referências à criação do INEP, do Fundeb, entre outras, além da atuação do *Todos pela Educação* e de uma campanha do grupo RBS.

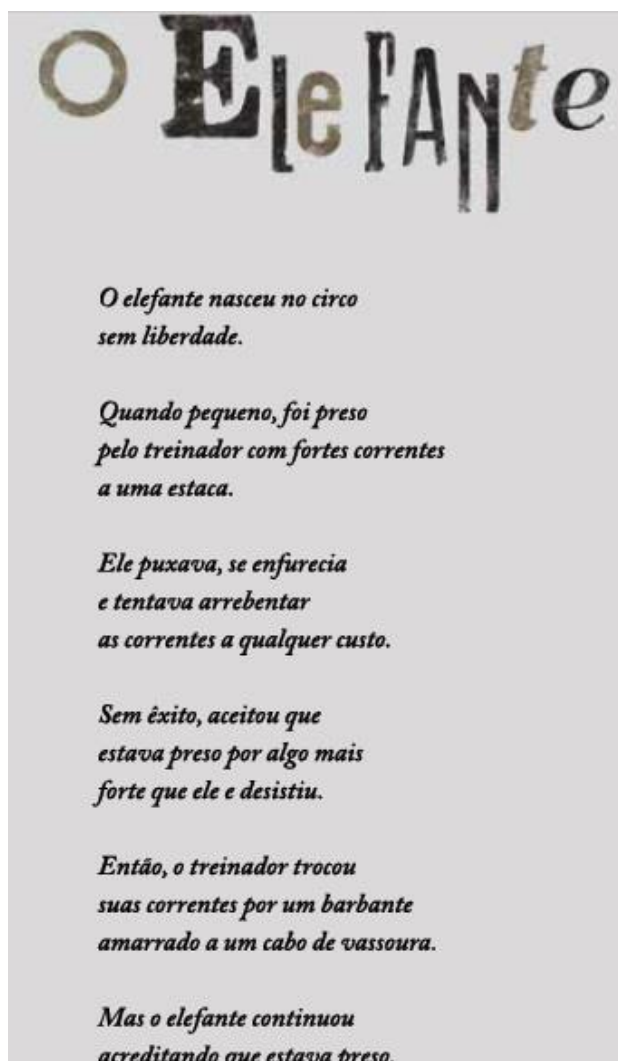
O décimo oitavo volume da série *Pensamentos Liberais*, intitulado *Construindo soluções*, apresenta dois artigos voltados a discutir a educação brasileira. O consultor Ricardo de Barros Petersen, no artigo *O futuro da educação impulsionado por soluções privadas: vouchers e massive online open courses*, pretende:

- i. Avaliar o custo da educação por aluno e os indivíduos que estamos formando nos ensinos fundamental e médio;
- ii. Analisar o custo e a eficácia das universidades no aumento da produtividade de um país;
- iii. Identificar as soluções privadas que têm impactado diretamente os ensinos fundamental, médio e acadêmico, demonstrando que o caminho para a solução dos nossos problemas passa por um sistema educacional mais livre. (PETERSEN, 2014, p. 55, Série Pensamentos Liberais, 18).

Já o empresário João Pedro Kulkes, no artigo *Educação: produzindo mais, investindo menos*, defende a privatização da educação como melhor solução ao falido sistema brasileiro. Kulkes (2014, Série Pensamentos Liberais, 18) argumenta sobre a importância da educação básica, o sistema de vouchers como solução dos problemas, além de citar a educação “doutrinária” e “populista” como um problema a ser superado.

Caminhos para a liberdade, publicado em 2015, possui título alusivo ao livro *O caminho da servidão*, de Friedrich August von Hayek. O livro possui uma contracapa icônica, alusiva a metáfora do elefante acorrentado, explicitada em um poema reproduzido nas páginas iniciais da obra, sem referenciar o autor.

Figura 2 – Poema “O Elefante”



Fonte: Adaptado de Fuchs (2015, p. 6, Série Pensamentos Liberais, 19).

Para contemplar a temática educacional escrito pela administradora Giovana Stefani, o artigo *Educação e liberdade* cita as metas e atitudes propostas pelo movimento *Todos Pela Educação* como respostas à pergunta da seção “Por onde começar a mudança?”. Para além disso, a autora argumenta sobre as necessidades de descentralização da gestão, inovação no currículo e o uso de tecnologia na educação.

Em 2016, a série *Pensamentos Liberais* lançou um volume comemorativo aos 20 anos de publicações da coleção. Nessa obra, há duas excepcionalidades em relação às demais: a primeira é a abertura para convidados externos ao Instituto de Estudos Empresariais publicarem artigos, tais como o então Deputado Estadual (PP/RS) Marcel Van Hattem⁴⁵ e o ex-Presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco. A outra excepcionalidade do

⁴⁵ Atualmente Deputado Federal (NOVO/RS).

volume foi a edição da obra pelo *Instituto Ludwig von Mises Brasil*, expressiva *think tank* neoliberal brasileira, análoga ao *Mises Institute* (EUA). *A revolta de Atlas*, de Ayn Rand (1905-1982), foi o tema do 29º *Fórum da Liberdade*, bem como da obra comemorativa aos 20 anos da série *Pensamentos Liberais*, intitulada *Quem move o mundo?*

O empresário Rodrigo Matone Chanin foi o responsável pelo artigo dedicado a temática educacional, no artigo *Atlântida*. Conforme Chanin (2016, p. 200, Série *Pensamentos Liberais*, 20),

[...] será apresentado como é o modelo educacional brasileiro, quais suas deficiências, como o Brasil está posicionado nos rankings mundiais e porque o país não avança. Além disso, serão mostrados modelos educacionais de sucesso em outras partes do mundo, com o intuito de instigar o leitor a entender como certos modelos funcionam e como certas ações são possíveis de ser realizadas, desde que haja um plano com objetivos definidos visando uma melhora do país. Por fim, serão apresentadas as mudanças necessárias para que o Brasil cresça, desde o modelo ideal de ensino até o passo a passo para uma mudança de paradigma.

O vigésimo primeiro volume série *Pensamentos Liberais*, *O futuro da democracia*, torna-se especial, em vista do acontecimento do 30º *Fórum da Liberdade*. A edição possui dois artigos dedicados à temática educacional. *O desafio da educação no Brasil*, da empresária Amanda Cecere de Oliveira, propõe-se a discutir o cenário atual, as propostas políticas vigentes e soluções alternativas, além de traçar “[...] uma reflexão do que seria o ideal para uma educação e principalmente um país mais livre e, conseqüentemente, melhor para se viver”. (OLIVEIRA, 2017, p. 22, Série *Pensamentos Liberais*, 21).

E se os governos apenas financiassem a educação das famílias mais necessitadas? foi escrito pelo economista Gabriel P. Torres. O artigo considera a educação um mercado e questiona as justificativas econômicas da interferência do Estado em seu funcionamento. Soma-se a esse questionamento, indagações sobre em qual parte específica poderia ocorrer a intervenção estatal, e quais seriam as possibilidades de reduzir o risco dos investidores do mercado educacional.

A voz da mudança, vigésimo segundo volume da série *Pensamentos Liberais*, apresenta um artigo selecionado através de concurso realizado pelo IEE, de autoria da Professora Anamaria Camargo, intitulado *Alternativas liberais de financiamento educacional*. A autora anuncia que, devido à popularidade da discussão sobre o sistema de *vouchers*, optará por tomar outro caminho argumentativo, e versará sobre dois modelos utilizados nos Estados Unidos da América: a bolsa de estudos via crédito fiscal (BECF) e a poupança educacional personalizada (PEP).

Autoestima e liberdade: os caminhos para vencer o populismo, do professor e especialista em gestão e políticas públicas, Bruno Lippy Fonseca Serejo, apresenta a educação estatal como método de perpetuação do populismo e defende uma educação “livre”.

Ainda, no presente volume, dois outros artigos tangenciam discussões educacionais. O texto da engenheira Theodora Ciocari, intitulado *Pensamentos liberais* – bem como a série de livros, critica a pedagogia baseada nas teorias de Gramsci, a base curricular escolar brasileira e as “doutrinas” de Paulo Freire.

Ainda nesse volume, o membro da Academia Rio-Grandense de Letras, Percival Puggina, escreve sobre as *Ideias que param o Brasil*, e discute, dentre elas, a questão da Educação para a cidadania como um – dentre outros – movimentos de “empoderamento” da esquerda nas salas de aula

Brasil: aberto para reformas? é o 23º volume da série *Pensamentos Liberais* publicado. Nesse livro, a advogada Sabrina Faccioli Damiani tece o artigo *Educação*, em que apresenta índices do PIB investido na educação, em contraste com o desempenho no Pisa de 2015. A narrativa exhibe dados do IDEB, referentes ao estado do Rio Grande do Sul e, por fim, apresenta uma “proposta liberal”, citando os *vouchers* escolares e a escola *charter*.

Conforme dito na apresentação desta dissertação, não estamos interessados em investigar se há ou não discursos reformistas, pois não há “segredos” quando a isso. Nesse sentido, em 2020, no 24º volume, nossa afirmação é confirmada logo no primeiro artigo escrito, pois houve a publicação do último volume⁴⁶ da série *Pensamentos Liberais*, intitulado *Ser livre inspira você?*

Por que tantas reformas?, do jornalista e escritor Percival Puggina, trata das tantas reformas necessárias para que a nação brasileira “prosperar”. Entre as reformas necessárias, está a reforma educacional, justificada pela necessidade de incluir a educação brasileira entre as causas da pobreza nacional, pois “[...] prepara semianalfabetos e nos colocou, entre os 80 países participantes do Pisa 2018 (segundo resultados divulgados no último mês de dezembro), nos lugares 58 em leitura, 72 em matemática e 68 em ciências”. (PUGGINA, 2020, p. 15, Série *Pensamentos Liberais*, 24).

O professor de economia Felipe Rosa da Silva, no artigo *O que precisa ser feito*, propõe um plano de governo em 24 ações para o próximo Presente da República. Conforme Silva (2020, p. 26, Série *Pensamentos Liberais*, 24), “[...] caso o interesse real seja trazer desenvolvimento à nação, basta que o eleito realize o que recomendamos neste artigo”. Dentre

⁴⁶ Último volume, publicado até o mês de março de 2021.

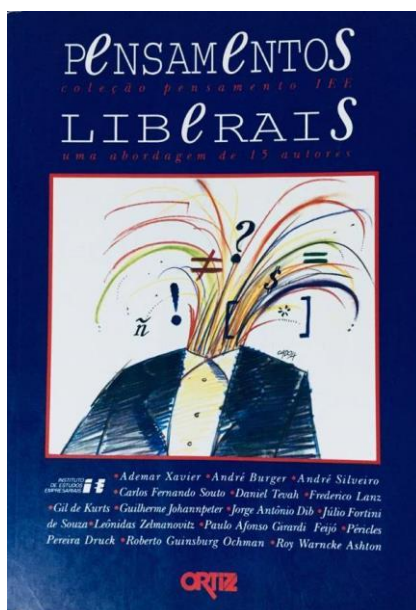
as recomendações que compõem a fórmula do sucesso nacional, o Programa de Ação 10 dirige-se ao campo educacional:

O Ministério da Educação entra em recuperação. Cada escola, agora, pode escolher sua própria base curricular, e os pais, quais destas mais interessam para estimular as potencialidades dos seus filhos. O homeschooling é legalizado, e os burocratas, que não conhecem seus filhos, param de ditar como você deve educá-los. A máfia dos conselhos federais das diversas profissões é extinta. Sem o mercado de diplomas, boa parte dos cursos em que eles pouco importavam na qualificação profissional deixa de existir. O mercado, artificialmente inchado, diminui. Os preços e a qualidade dos profissionais aumentam, assim como a reputação dos cursos em que um diploma se faz necessário (como engenharia, medicina, odontologia, etc.). O financiamento do sistema superior passa a ocorrer por vouchers educacionais em distintas faixas de renda. Os mais ricos passam a financiar a educação dos mais pobres com mensalidades que podem ser integrais ou de até 25% do valor integral. A pirâmide de financiamento do ensino superior, finalmente, se inverte e passa a tratar os jovens de forma equânime e mais justa. (SILVA, 2020, p. 29, Série Pensamentos Liberais, 24).

Percebe-se que a “solução” da educação nacional passa, indubitavelmente, na visão neoliberal, pelos *vouchers* de Milton Friedman. No artigo *Por que privatizar os serviços estatais?*, Felipe Franzon Vargas sugere um caminho gradual, a partir de parcerias público-privadas, como uma “abertura de caminho” para que estabeleça-se a privatização total dos serviços estatais. Há, ainda, a favor da implantação de *vouchers*, referência ao exemplo norte-americano que propiciaria liberdade de escolha ao indivíduo.

Em suma, como foi especulado desde a seção de *apresentação* de nossa pesquisa, a organização discursiva neoliberal direcionada ao campo da educação foi orientada por múltiplas frentes, dentre os 24 volumes da série *Pensamentos Liberais*. Apresentamos, na subseção seguinte, de que forma arranjamos os artigos apresentados nesta seção, para que pudéssemos constituir o *corpus* empírico desta pesquisa. Antes, contudo, reproduzimos ao leitor todas as 24 capas e sumários da série *Pensamentos Liberais* publicados de 1994 até 2020, a fim de propiciarmos um panorama histórico geral de todos os temas discutidos ao longo da série de livros.

Figura 3 – Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 1)



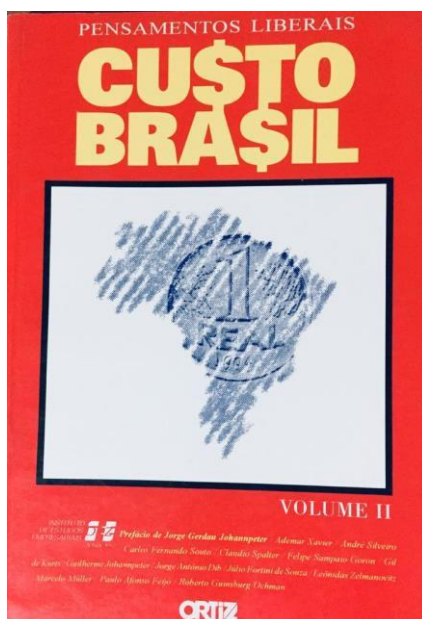
Fonte: Registrado pelo autor.

Quadro 4 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 1)

10 anos do IEE	15
Parte I – CRÔNICAS	23
Sócios só no prejuízo? Breve exame das cognominadas imperfeições do mercado (André Silveira)	23
Entre nós (Carlos Fernando Souto)	37
Por favor, não me protejam! (Daniel Tevah)	47
A cortina de veludo (Frederico Lanz)	53
PARTE II – ARTIGOS E ENSAIOS	61
Tutelados da lei esclerosada (Gil de Kurts)	61
Liberalismo, ação humana, prosperidade e risco (Jorge Antônio Dib)	67
A volta ao campo (Júlio Fortini de Souza)	75
Artifícios nunca mais! (Paulo Antônio Girardi Feijó)	81
O desafio da mudança (Péricles Pereira Druck)	87
Conceitos e liberdade (Roberto Guinsburg Ochman)	93
Liderança e desenvolvimento econômico (Roy Warncke Ashton)	101
PARTE III – PAPERS	111
A falibilidade das ideologias: Considerações sobre o irracionalismo militante (Ademar Xavier)	111
O empresário na economia: Introdução à visão austríaca (André Burger)	135
Antidumping (Guilherme Johannpeter)	165
Ética e liberdade (Leônidas Zelmanovitz)	177
Posfácio	189
ANEXO: Índice sistemático de temas – Sugestões para leitura	195

Fonte: Adaptado de Ortiz (1994).

Figura 4 – Capa: Custo Brasil (Série Pensamentos Liberais, v. 2)



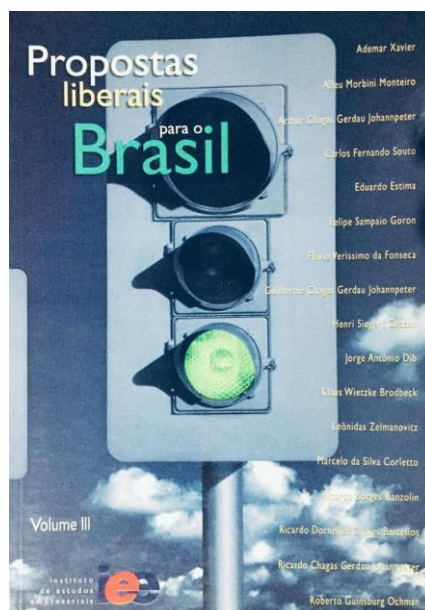
Fonte: Registrado pelo autor.

Quadro 5 – Sumário: Custo Brasil (Série Pensamentos Liberais, v. 2)

Custos de transação e desempenho econômico (Roberto Guinsburg Ochman)	13
Custo Brasil e competitividade (Paulo Afonso Feijó)	19
Construção civil – custos e habitabilidade (Marcelo Müller)	27
Marco institucional e Custo Brasil (Leônidas Zelmanovitz)	33
Intervenção e desequilíbrio econômico (Júlio Fortini de Souza)	41
Custo de ser brasileiro (Jorge Antônio Dib)	49
Custo Brasil na siderurgia (Guilherme Johannpeter)	55
Políticos e Custo Brasil (Gil de Kurts)	67
Custo da religiosidade (Felipe Sampaio Goron)	73
Domingo livre e qualidade de vida (Cláudio Spalter)	81
Injustiça do trabalho (Carlos Fernando Souto)	87
Arbitragem e custo das transações (André Silveiro)	99
Na trilha do Custo Brasil – Observações sobre o “custo nosso de cada dia” (Ademar Xavier)	111
Posfácio	131

Fonte: Adaptado de Xavier (1995).

Figura 5 – Capa: Propostas liberais para o Brasil (Série Pensamentos Liberais, v. 3)



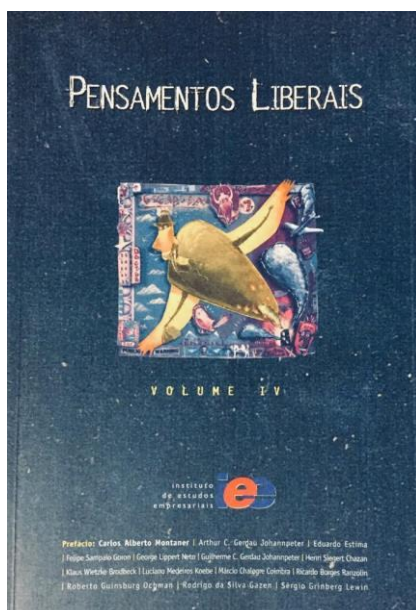
Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 6 – Sumário: Propostas liberais para o Brasil (Série Pensamentos Liberais, v. 3)

Apresentação (Paulo Afonso Feijó)	7
Desobediência civil e o resgate do Estado de Direito (Carlos Fernando Souto)	9
Reforma agrária: o caminho do empobrecimento (Marcelo da Silva Corletto, Alfeu Morbini Monteiro e Flávio Veríssimo da Fonseca)	21
Bandeira dois (Eduardo Estima)	33
O Estado possível (Ademar Xavier)	41
A descentralização política e administrativa como fator de desenvolvimento (Ricardo Borges Ranzolin)	65
Liberalismo e competitividade (Jorge Antônio Dib)	79
Privatização (Ricardo Dornelles Chaves Barcellos)	87
Uma proposta para solucionar problemas (Arthur Chagas Gerdau Johannpeter)	97
A reforma mais urgente é a política (Leônidas Zelmanovitz)	107
Todos são culpados perante a lei (Henri Siegert Chazan)	113
Privatização e modernidade (Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter)	121
Desregulamentação da fé (Felipe Sampaio Goron)	129
Uma chance de cura (Klaus Wietzke Brodbeck)	135
Um governo mais eficaz para o cliente global (Ricardo Chagas Gerdau Johannpeter)	143
O custo do salário mínimo (Roberto Guinsburg Ochman)	149

Fonte: Adaptado de Mandelli (1997).

Figura 6 – Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 4)



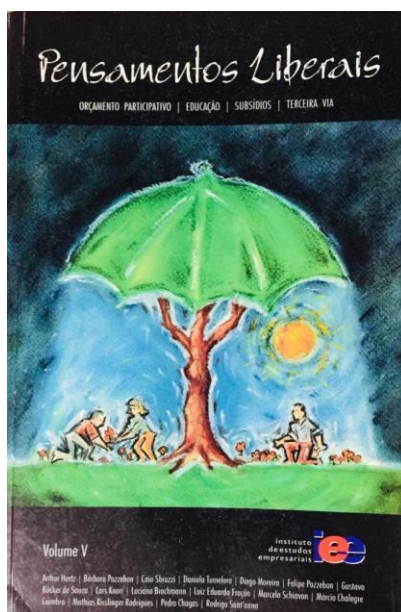
Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 7 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 4)

PREFÁCIO	7
Todos contra o liberalismo (Carlos Alberto Montaner)	
Introdução ao estudo da função social do contrato (análise histórica e sociológica) (Ricardo Borges Ranzolin)	11
MSR – Movimento dos sem-retorno (Roberto Guinsburg Ochman)	31
Leis antitruste: o caminho imoral dos incompetentes (Rodrigo da Silva Gazen)	35
A privatização do setor elétrico (Márcio Chalegre Coimbra)	41
O Brasil e o comércio internacional (Luciano Medeiros Koebe)	47
A espada de Damocles (Sergio Grinberg Lewin)	53
Custo Brasil (Guilherme C. Gerdau Johannpeter)	65
Brazil Cost (by Guilherme C. Gerdau Johannpeter)	71
Existe vida depois da justiça do trabalho? (Henri Siegert Chazan)	77
O direito à morte (Klaus Wietzke Brodbeck)	87
O federalismo e a discriminação de rendas (George Lippert Neto)	97
A revelação (Felipe Sampaio Goron)	107
João e o pedágio (Eduardo Estima)	115
Colhe-se o que se planta (Arthur C. Gerdau Johannpeter)	119

Fonte: Adaptado de Brodbeck (1998).

Figura 7 - Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 5)



Fonte: Reproduzido pelo autor.

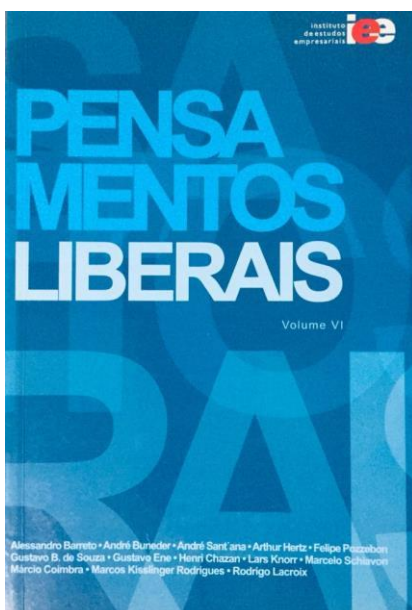
Quadro 8 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 5)

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	13
EDUCAÇÃO NO BRASIL	17
Introdução	19
História da Educação Brasileira	21
Evasão Escolar	21
Investimentos na Educação	23
Estrutura Educacional Brasileira	25
A Questão do Ensino Primário	27
Ensino Superior Brasileiro	30
Desemprego e Educação	33
Ensinar ou Doutrinar	43
Soluções para a Educação	46
<i>Vouchers</i>	49
Aplicação do Sistema de <i>Vouchers</i>	54
Escolas-Alvará	65
Obstáculos à Mudança	72
Projeto-de-Lei que Prevê a Implementação do Cheque-Educação e da Escola Cooperada no Rio Grande do Sul	77
1. Cheque-Educação: Projeto-de-Lei	77
2. Modelos de Escolas	81
3. Projeto-de-Lei	84
Entrevista com o Deputado Onyx Lorenzoni, realizada em 05/03/01	89
Conclusão	93
Bibliografia	95
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	97
Introdução	99
I. Liberdade, Democracia e Estado de Direito	100
II. Orçamento Público e Orçamento Participativo	107
III. Orçamento Participativo: Realidade e Prática	113
IV. Orçamento Participativo: Perigosas Semelhanças	121
Considerações Finais	127
Bibliografia	132

SUBSÍDIOS	135
I. Introdução	137
II. Subsídios e Incentivos: Intervencionismo ou Desenvolvimento? A Visão de Mises e Hayek	139
1. A Falência dos Regimes Socialistas e Comunistas	142
2. A Falência do Estado Desenvolvimentista Brasileiro e o Surgimento de um Novo Modelo de Estado	144
3. Os Subsídios e Incentivos na Visão dos Pensadores Liberais	146
III. O Conflito Entre Pragmatismo e Princípios Liberais Frente aos Subsídios	149
IV. GM e Ford no Rio Grande do Sul: Ganhos e Perdas	152
V. Considerações Finais	158
Bibliografia	161
TERCEIRA VIA	163
1. Introdução	165
1.1. O Nascimento do Pensamentos da Terceira Via	166
1.2. Os Debates Recentes e a Terceira Via	169
2. A Terceira Via	173
2.1. Os Cinco Dilemas	173
Globalização	174
Individualismo	176
Esquerda e Direita	177
Ação Política	178
Ecologia	179
2.2. As Cinco Dimensões	180
Valores Políticos	181
Economia	181
Governo	183
Nação	183
<i>Welfare State</i>	184
2.3. Críticas	184
3. Conclusão	186
Bibliografia	189

Fonte: Adaptado de Barcellos (2001).

Figura 8 – Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 6)



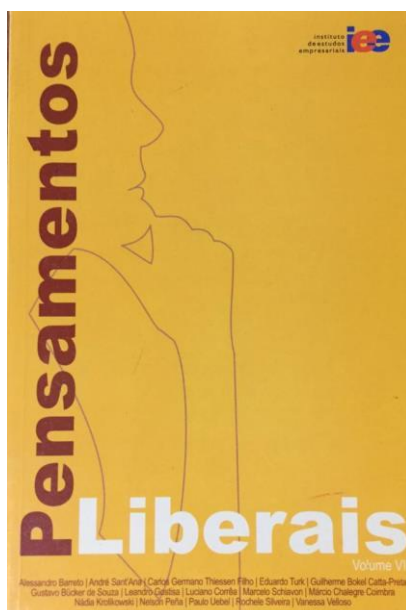
Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 9 - Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 6)

Apresentação	7
À Guisa de um Esclarecimento (Rodrigo Schwalm Lacroix)	9
Reforma Tributária (Alessandro Barreto)	23
Questionamentos Sobre a Reforma Agrária (André Bunerder)	49
Fórum Social Mundial – A Inviabilidade do Contraditório (André Lopes Sant’Ana)	57
Arrogância Socialista (Arthur Hertz)	83
O Estado de Direito e o MST (Felipe Pozzebon)	91
Direito Natural x Direito Positivo (Gustavo Bucker de Souza)	105
Descentralização Política e Administrativa (Gustavo Leiniz Ene)	129
Liberdade para a Saúde (Henri Siegert Chazan)	139
Guerra Fiscal (Lars Knorr)	145
Distribuição de Renda (Marcelo Schiavon)	159
Privatização (Márcio Chalegre Coimbra)	189
Livre Comércio x Protecionismo (Marcos Kisslinger Rodrigues)	213

Fonte: Adaptado de Sbruzzi e Fração (2002).

Figura 9 – Capa: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 7)



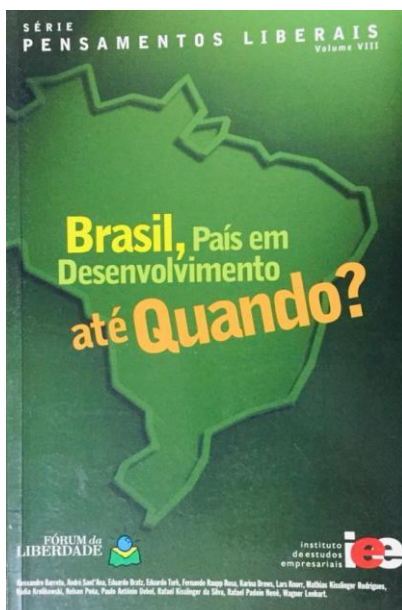
Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 10 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 7)

Agradecimento	3
Apresentação	7
Por Que Empresas Estatais? Princípios Liberais (Alessandro Barreto)	9
Abertura de Mercado (André Sant'Ana)	21
Banco Central Independente (Carlos Germano Thiessen Filho)	33
Questões Político-Ideológicas sobre os Transgênicos (Eduardo Turk)	49
A Globalização e os Blocos Econômicos (Guilherme Bokel Catta-Preta)	59
ALCA: O Caminho do Brasil para o Desenvolvimento Econômico e Social (Gustavo Bücker de Souza)	83
Por Que Se Tem Vergonha de Fazer Parte da Elite? (Leandro Gostisa)	103
Máquina Pública Inchada versus Lei de Responsabilidade Fiscal (Luciano Correa)	113
O Papel da Empresa na Sociedade (Marcelo Schiavon)	125
A Crise do Federalismo no Brasil (Márcio Chalegre Coimbra)	137
Carga Tributária Excessiva (Nádia Krolikowski)	153
Intervencionismo e Desemprego (Nelson Peña)	161
Governo x Partido – Interesse do Partido não Deve se Sobrepor ao Governo (Paulo Antônio Uebel)	175
Educação Necessária para o Desenvolvimento (Rochele de Oliveira Silveira)	189
Considerações sobre o Poder Judiciário (Vanessa Velloso)	207

Fonte: Adaptado de Fração (2003).

Figura 10 – Capa: Brasil, país em desenvolvimento até quando? (Série Pensamentos Liberais, v. 8)



Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 11 – Sumário: Pensamentos Liberais (Série Pensamentos Liberais, v. 8)

Agradecimento	3
Apresentação	7
O que Todos Deveriam Saber sobre Desenvolvimento (Lars Knorr, Mathias Kisslinger Rodrigues e Rafael Kisslinger da Silva)	9
Compromisso Ético das Instituições e Organizações para o Desenvolvimento (Gustavo Bücker de Souza e Rafael Padoni Nenê)	15
O Crescimento do Governo (André Sant'Ana, Alessandro Barreto e Fernando Raupp Rosa)	29
Liderança e Qualificação Empresarial (Eduardo Turk e Karina Drews)	49
Responsabilidade Social (Nádia Krolikowski e Nelson Peña)	71
A Formação de Blocos Econômicos (Eduardo Bratz)	83
Leis que Emperram o Desenvolvimento (Paulo Antônio Uebel, Rafael Padoin Nenê e Wagner Lenhart)	99

Fonte: Adaptado de Nenê (2004).

Figura 11 - Capa: Cultura do trabalho (Série Pensamentos Liberais, v. 9)



Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 12 – Sumário: Cultura do trabalho (Série Pensamentos Liberais, v. 9)

Apresentação	9
A recriação do homem – e do mundo – pelo trabalho (Alberto Oliva e Mario Guerreiro)	13
A mulher e o mercado de trabalho (Ana Karine Salomão e Karina Drews)	23
A Evolução das Relações de Trabalho (Andrea Kohlrausch)	43
Demografia e emprego (Cândido Mendes Prunes)	57
Trabalho rural (Eduardo Bratz)	73
O trabalho na era hi-tech (Giancarlo Mandelli)	83
Como aumentar o emprego, ou como diminuir o desemprego? O que os políticos deveriam saber para não prometerem mentiras (Henri Siegert Chazan)	111
O Brasil Paralelo – Causas, consequências e soluções para o comércio ilegal (Isabelle Calderon Isdra)	119
As dificuldades de criar e manter uma empresa no cenário econômico brasileiro e seu impacto na geração de empregos (Luiz Leonardo Abelin Fração e Luciano Brochmann)	129
Trabalho em diferentes Economias, Culturas e Sociedades – O Mercado de Trabalho no Mundo (Marília Santos de Castro Bertoluci)	145
Doença existencial e fracasso econômico-social (Olavo de Carvalho)	177
Origens e atualidades do sindicalismo (Paulo Antônio Uebel)	185
Reflexões sobre o Trabalho no Contexto Social Brasileiro (Roberto DaMatta)	197
Sociologia do empreendedorismo – A importância do empresário empreendedor na sociedade (Rochele Silveira)	223
Trabalho público vs. Trabalho privado – Uma competição com objetivos distintos (Vicente Perrone)	239
Reflexões sobre a Legislação Trabalhista e a Justiça do Trabalho (Wagner Lenhart)	247
TRABALHO e trabalho (Walner Barros Spencer)	267
Liberdade de Expressão, Discurso, Libelo, Difamação, Chantagem, Incitamento (Walter Block)	285
A livre expressão e o futuro do trabalho (André Lopes Sant’Ana)	301

Fonte: Adaptado de Lenhart (2005).

Figura 12 – Capa: O dever do Estado (Série Pensamentos Liberais, v. 10)



Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 13 – Sumário: O dever do Estado (Série Pensamentos Liberais, v. 10)

Agradecimentos	7
Deveres do Estado (A hipertrofia do Estado e o encolhimento da liberdade individual) (Alberto Oliva e Mario Guerreiro)	9
Parlamentarismo ou Presidencialismo: o que isso muda no papel do Estado? (Ana Espíndola)	49
Direito do trabalho – direito de quem? (Bruno Zaffari)	61
Menor atuação do Estado – case de sucesso (Gabriel Rodrigues Barbosa)	79
O papel do Estado na sociedade globalizada (Giancarlo Mandelli)	91
O Estado ideal (Gustavo Leiniz Ene)	101
Custos de um Estado interventor (Gustavo Guedes de Nonohay)	113
Futuro e pretérito (Jorge Caldeira)	133
Estatais deficitárias – até quando? (Luiz Leonardo Abelin Fração)	151
A justiça brasileira (Marcelo Gazen)	161
A chaga da corrupção (Marcelo Sanvicente)	173
O Estado <i>versus</i> liberdades individuais (Marcus Klee Lopes)	201
Os Estados ao redor do mundo na ótica da liberdade (Marília Bertoluci)	217
O papel da sociedade civil no Estado moderno (Paulo Uebel)	239
Empresas estatais e privadas vistas sob a ótica econômica (Rafael Taddei Sá)	251
Desafios do milênio: o papel e a razão da sociedade (Roberto DaMatta)	263
Sobre os “fracassos de Estado” (Roberto Fendt Jr.)	275
O líder na mudança (Rochele Silveira)	287
O Estado moderno entre justiça e empresa (Ubiratan Borges de Macedo)	305
Crise de liderança (Vicente Perrone)	335
A Constituição (Wagner Lenhart)	345

Fonte: Adaptado de Perrone (2006).

Figura 13 – Capa: Propriedade e desenvolvimento (Série Pensamentos Liberais, v. 11)



Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 14 – Sumário: Propriedade e desenvolvimento (Série Pensamentos Liberais, v. 11)

1. Reforma agrária – necessidade ou desperdício (André Zambrano)	9
2. Pirataria: consequências e sugestões para o equacionamento na prática (Andréa Kohlrausch)	25
3. Carga tributária – até quando seremos roubados legalmente? (Cristiano Xavier)	35
4. Modelos públicos: propriedade pública ou propriedade dos governos (Eduardo Tellechea Cairolí)	63
5. MST e a ilegalidade das invasões (Eduardo Fernandez)	73
6. Existe função social da propriedade? (Eduardo Sampaio)	87
7. A destruição da própria propriedade: uma proposta de reflexão (Fabiano Zouvi)	97
8. Monopólio fora do livre mercado (Gabriel Rodrigues Barbosa)	111
9. O direito de propriedade no decorrer da história (Gustavo Leipnitz Ene)	123
10. Recursos não exclusivos e direitos de exclusão: os direitos de propriedade na prática (Hannes H. Gisurarson)	139
11. Índices de produtividade no campo: justiça ou roubo legal? (José Luís Souza de Campos)	165
12. Os transgênicos e o direito de propriedade (Leonardo Augusto Giehl)	181
13. Terrenos de marinha: mais um roubo institucionalizado (Marcelo Seger Sanvicente)	195
14. Estatais: improdutividade até quando? (Marcus K. Lopes)	215
15. Por que defender a propriedade privada? (Marília S. de Castro Bertoluci)	233
16. A violência urbana – propriedade pública e privada (Michel Zavagna Gralha)	255
17. A propriedade intelectual nas empresas (Mirella da Costa Andreola)	271
18. Fórum da Liberdade: sua história, seus resultados e seu futuro (Paulo Uebel)	291
19. Sobre a liberdade individual e a propriedade privada (Roberto Fendt)	334
20. PCC e a restrição da vida na sociedade (Rochele Silveira)	357
21. Um estudo sobre a privatização do INPI (Thais Merck Reali)	377
22. Liberdade e propriedade: a inerente e verdadeira relação entre o direito de propriedade e liberdade (Wagner Lenhart)	401
23. A propriedade e a interação social (Wagner Lenhart)	419

Fonte: Adaptado de Barbosa (2007).

Figura 14 – Capa: Agora, o mercado é o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 12)



Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 15 – Sumário: Agora, o mercado é o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 12)

Apresentação	7
1. Notas sobre um mundo globalizado (Wagner Lenhart)	9
2. Intervenção estatal, corrupção e desenvolvimento humano no mundo globalizado (Paulo Antonio Uebel)	25
3. A corrupção no Estado brasileiro: considerações sobre causas, motivos e a verdadeira inserção no mercado global como perspectiva atenuante (Felipe Quintana)	45
4. A competitividade globalizada (Ronnye Bahia Antunes)	59
5. Relações trabalhistas no cenário internacional (Ricardo Santos Gomes)	71
6. Quem se beneficia com a globalização? (Vasco Trindade)	91
7. Barreiras alfandegárias (Marcelo Sanvicente)	109
8. Blocos econômicos (Marcus Klee Lopes)	127
9. A disputa dos BRICS: desafios e competitividade no futuro do mercado mundial (Marília S. de Castro Bertoluci)	149
10. Justiça brasileira: facilitador ou empecilho de desenvolvimento? (Dennis Bariani Koch)	175
11. O populismo na América Latina como obstáculo ao livre mercado (Cristiano Xavier)	193
12. Multinacionais brasileiras (André Martins de Lima Zambrano)	209
13. Desafios da gestão na sociedade (Ana Florença Porto)	223
14. A queda do muro de Berlim como impulsionador da globalização (Gustavo Guedes de Nonohay)	237
15. Internet, uma criação cultural (Gabriel Rezende)	257
16. A “verdade” poderia ser conveniente (Stephanie Portella)	271

Fonte: Adaptado de Xavier (2008).

Figura 15 – Capa: Cultura da liberdade (Série Pensamentos Liberais, v. 13)



Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 16 – Sumário: Cultura da liberdade (Série Pensamentos Liberais, v. 13)

PARTE I – LIBERDADE	
Cultura da Liberdade, Cultura do Desenvolvimento (Bruno Zaniol Zaffari)	11
O Direito de Propriedade e o Exercício das Liberdades Cíveis (Tomás Escosteguy Petter)	23
Legislação e Liberdade (Ricardo Santos Gomes)	33
Tolerância e Liberdade (Getúlio Sangalli Reale)	45
Liberdade de Escolha (Bárbara Gerhardt Soeiro de Souza)	77
Livre-Comércio (Eduardo Krawetz Olivela Fernandez)	93
A Liberdade Contratual no Brasil e a Globalização (Dennis Bariani Koch)	105
Liberdade de Expressão: Tudo pode e deve ser dito (Vasco Maestri Trindade)	121
Liberdade e o Meio Ambiente: Uma reflexão sobre Dogmas, Políticas e Mercados (Anthony de Barros Ling)	141
A crise Econômica Mundial e seus Aspectos Relacionados à Responsabilidade e à Liberdade (Michel Zavagna Gralha)	165
PARTE II – INTERVENÇÃO	
Totalitarismo e Estagnação (Luiz Leonardo Fração)	181
Individualismo x Coletivismo (Maria Mendes Laborne)	195
Assistencialismo Público e suas Consequências (André Zambrano)	203
Os limites da Democracia (Paulo Uebel)	215
PARTE III – CAOS	
O Populismo e os Golpes à Liberdade na América Latina (Leonardo Augusto Giehl)	247
China: Liberação da Economia e Riqueza (João Luiz Bahia Antunes)	259
A Liberdade nos Estados Unidos da América (Heron Charneski)	271
Brasil: Onde Estamos? (Thaís Reali Beiler)	289
PARTE IV – IDÉIAS	
Globalização, as Oportunidades de um Mercado Maior e Mais Exigente (Giovanna Ughini Vanelli)	313
As Vantagens de uma Sociedade (Racionalmente) “Egoísta” (Fabiano Ruviaro Fração)	323
Estado Mínimo, Competitividade Máxima (Rafael Taddei Sá)	335

Fonte: Adaptado de Zaffari (2009).

Figura 16 – Capa: Seis temas para entender o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 14)

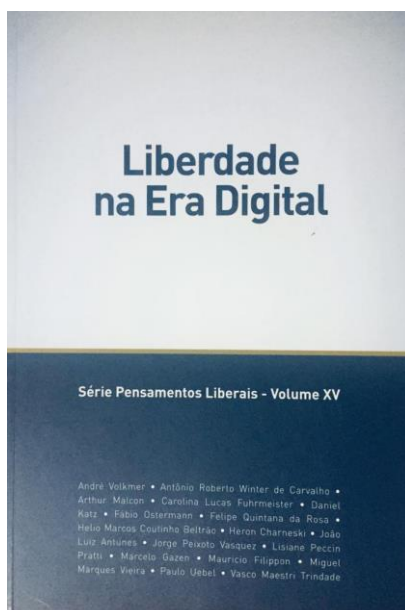


Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 17 – Sumário: Seis temas para entender o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 14)

PARTE I – CAPITALISMO	
Capitalismo: O Verdadeiro Promotor do Bem-estar Social (Luiz Leonardo Abelin Fração)	8
O Capitalismo e a Natureza Humana (Bruno Zaniol Zaffari)	22
A Mentalidade Anticapitalista: A Origem da Aversão ao Capitalismo (Tomás Escosteguy Petter)	36
O Capitalismo é a Fonte da Riqueza, da Prosperidade e do Bem-estar (Salim Mattar)	48
PARTE II – SOCIALISMO	
O Socialismo é Impraticável (Rodrigo Constantino)	66
Socialismo, Democracia e Liberdade (Paulo Uebel)	74
PARTE III – INTERVENCIONISMO	
Intervencionismo Estatal nos Mercados: Nova Onda, Velhos Perigos (Vasco Maestri Trindade)	102
O Excessivo Intervencionismo do Estado e o Caso do Pré-sal (Miguel Marques Vieira)	122
A Perversidade das Leis Trabalhistas para os Pobres (Fabiano Ruviaro Fração)	136
PARTE IV – INFLAÇÃO	
Inflação: Faz Diferença se o Governo usa seu Dinheiro para Bons ou Maus Propósitos? (Eduardo Krawetz Olivela Fernandez)	158
PARTE V – INVESTIMENTO EXTERNO	
Investimento Externo (Helio Marcos Coutinho Beltrão)	170
A importância do Investimento Estrangeiro no Desenvolvimento Econômico Mundial (Erica Kisslinger da Silva)	188
Tributação do Investimento Estrangeiro (Heron Charneski)	200
PARTE VI – POLÍTICAS & IDEIAS	
Políticas e Ideias: A Responsabilidade dos Governantes (Felipe Quintana da Rosa)	220
A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo: Uma Leitura Contemporânea (Miguel Augustin Kreling)	232
O Apartheid Liberal (Luis Felipe Silva Freire)	254

Fonte: Adaptado de Petter (2010).

Figura 17 – Capa: A liberdade na era digital⁴⁷ (Série Pensamentos Liberais, v. 15)

Fonte: Reproduzido pelo autor.

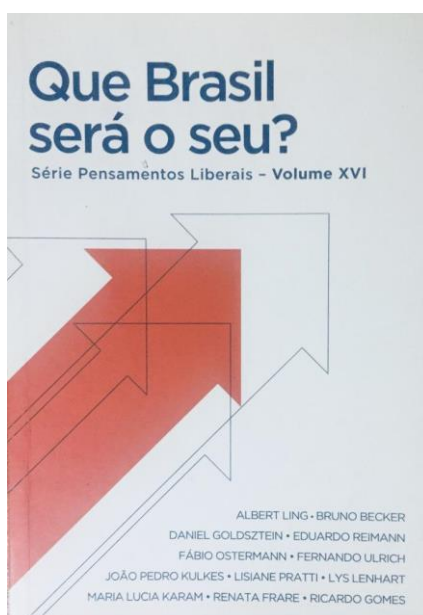
Quadro 18 – Sumário: A liberdade na era digital (Série Pensamentos Liberais, v. 15)

Apresentação – A liberdade na era digital (Felipe Quintana da Rosa)	7
PARTE I – A ECONOMIA E AS EMPRESAS	
Líderes e Empresas que Valorizam o Mundo (Heron Charneski)	14
A Sociedade da Informação e as Mudanças nos Mercados de Trabalho e de Consumo (Arthur Malcon)	34
Globalização, Protecionismo e Livre Comércio: Ensaio à Luz de um Mundo Plano (Fábio Ostermann)	52
A Mídia Tradicional, as Novas Mídias e a Liberdade de Expressão (Paulo Uebel)	72
PARTE II – A POLÍTICA E OS GOVERNOS	
A Democracia na Era Digital (André Volkmer)	90
A Importância da Internet no Controle da Gestão Pública (Marcelo Gazen)	110
A Verdadeira Face da Tecnologia Aplicada em Prol da Redução da Burocracia Governamental (Antônio Roberto Winter de Carvalho)	128
O Problema da Censura na Internet (Helio Marcos Coutinho Beltrão)	142
O Plano Nacional de Banda Larga: Um Retrocesso (Vasco Maestri Trindade)	164
A Regulação do Ambiente Digital: Propósitos, Objetivos e Resultados (Lisiane Peccin Pratti)	176
A Liberdade dos Autores na Internet (Miguel Marques Vieira)	186
PARTE III – O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE	
O Poder nos Dedos do Indivíduo (João Luiz Antunes)	206
As Novas Possibilidades de Educação (Carolina Lucas Fuhrmeister)	218
O “Software” Livre e seu Impacto na Era Digital (Mauricio Filippon)	246
A Cultura Digital é a Cultura do Nosso Tempo? (Jorge Peixoto Vasquez)	262
Valores e Ideais em um Mundo Livre (Daniel Katz)	278

Fonte: Adaptado de Charneski (2011).

⁴⁷ Apesar de a grafia do título não possuir o artigo “a” na capa do livro, nos Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP), o título é grafado com o artigo.

Figura 18 – Capa: Que Brasil será o seu? (Série Pensamentos Liberais, v. 16)



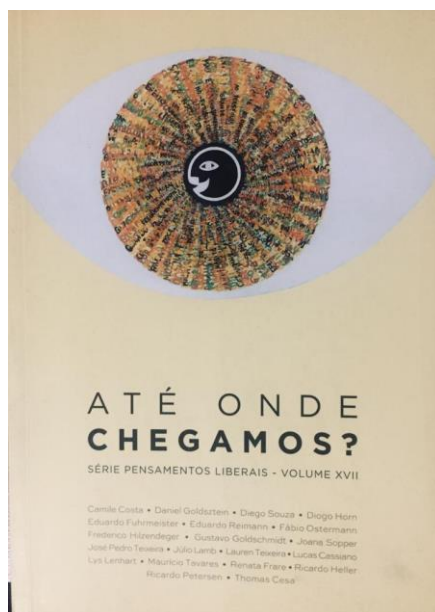
Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 19 – Sumário: Que Brasil será o seu? (Série Pensamentos Liberais, v. 16)

Apresentação – 2037: O Brasil que queremos (Ricardo Santos Gomes)	6
I – Uma Agenda de Liberdade e Prosperidade para o Brasil do Futuro (Fábio Maia Ostermann)	12
II – Corrupção, um Mal Brasileiro (João Pedro Kulkes)	24
III – Vantagens Inquestionáveis da Iniciativa Privada (Lisiane Peccin Pratti)	40
IV – Orçamento Público: Passado, Presente e Futuro (Fernando Ulrich)	52
V – A Questão Ambiental no Brasil do Futuro (Eduardo Reimann)	68
VI – Impostos: Até onde Conseguiremos Chegar com a Manutenção da Elevada e Complexa Carga Tributária Brasileira? (Lys Lenhart)	88
VII – Novos Conceitos e Ideias para Mudanças no Sistema Educacional do Brasil e do Mundo (Alberto Ling)	104
VIII – Tecnologia no Brasil: panorama atual e para daqui 25 anos (Daniel Goldztein)	126
IX – Burocracia à Brasileira: uma breve análise à luz dos ensinamentos de Mises (Bruno Bastos Becker)	140
X – Infraestrutura Portuária: o Brasil pede socorro (Renata Frare)	154
XI – Drogas: é preciso legalizar (Maria Lucia Karam)	170

Fonte: Adaptado de Volkmer (2012).

Figura 19 – Capa: Até onde chegamos? (Série Pensamentos Liberais, v. 17)



Fonte: Reproduzido pelo autor.

Quadro 20 – Sumário: Até onde chegamos? (Série Pensamentos Liberais, v. 17)

Prefácio (Michel Gralha)	7
EDUCAÇÃO BÁSICA	
Mitos da educação básica (Thomas Cesa)	11
LIBERDADE DE IMPRENSA	
A liberdade de imprensa como defesa dos interesses da maioria (Joana Kluwe Damé Sopper)	27
SEGURANÇA PÚBLICA	
Duas saídas para a segurança pública no Brasil (Fábio Maia Ostermann)	39
EMPREENDEDORISMO	
O empreendedorismo que nos interessa (Gustavo Brun Goldschmidt)	57
INFRAESTRUTURA	
Até onde chegamos: infraestrutura e o setor privado (Júlio César Bratz Lamb)	77
PROTECIONISMO	
Entendendo o protecionismo e o livre mercado (José Pedro Block Teixeira)	89
GASTO PÚBLICO	
Sacrifícios ao Deus Brasil (Ricardo Pechansky Heller)	101
EDUCAÇÃO BÁSICA	
Rumo à privatização do Ensino Básico (Eduardo Lucas Fuhrmeister)	113
LIBERDADE DE IMPRENSA	
Pela liberdade total da imprensa (Frederico Hilzendegeer)	129
SEGURANÇA PÚBLICA	
Segurança pública: armar ou desarmar? (Lucas Cassiano)	143
EMPREENDEDORISMO	
Consensos perigosos – monopólio (Ricardo de Barros Petersen)	161
INFRAESTRUTURA	
Infraestrutura: os obstáculos diante do eterno país do futuro (Eduardo Zanatta Reimann)	175
PROTECIONISMO	
Protecionismo: uma medida longe de ter fim (Renata Aquino Frare)	195
GASTO PÚBLICO	
Gastos públicos – o lado invisível e a situação atual (Daniel Goldstein)	209
EDUCAÇÃO BÁSICA	
Educação básica finalmente em pauta: será a luz no fim do túnel? (Camile Souza Costa)	221
LIBERDADE DE IMPRENSA	
Liberdade de imprensa no Brasil: até onde chegamos? (Lys Lenhart)	239
SEGURANÇA PÚBLICA	
	251

A municipalização da segurança pública (Diego Py Velloso de Souza)	
EMPREENDEDORISMO	
Aprender a empreender (Maurício da Silveira Tavares)	263
INFRAESTRUTURA	
O peso da infraestrutura brasileira no Custo Brasil (Diogo Schroeder Horn)	275
GASTO PÚBLICO	
A ausência de gestão para aplicação dos recursos públicos (Lauren Block Teixeira)	287

Fonte: Adaptado de Hilzendegeer (2013).

Figura 20 – Capa: Construindo soluções (Série Pensamentos Liberais, v. 18)



Fonte: Adaptado de Stürmer (2014).

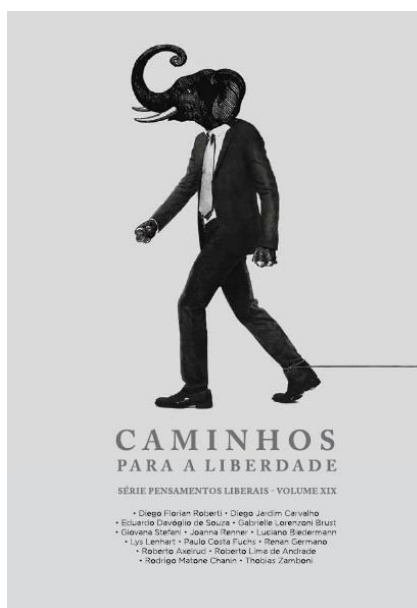
Quadro 21 – Sumário: Construindo soluções (Série Pensamentos Liberais, v. 18)

Prefácio (Bruno Zaniol Zaffari)	7
ESTADO DE DIREITO	
Oráculos, ninfas e Estado de Direito (Ricardo Pechansky Heller)	13
SISTEMA TRIBUTÁRIO	
Um caos a desserviço do desenvolvimento do Brasil (Lys Lenhart)	27
PREVIDÊNCIA PÚBLICA	
Previdência pública: a solução definitiva (Paulo Costa Fuchs)	39
EDUCAÇÃO	
O futuro da educação impulsionado por soluções privadas: vouchers e massive online open courses (Ricardo de Barros Petersen)	53
BUROCRACIA	
Desburocratize já (Michelle Soares Nunes Golgo)	69
INFRAESTRUTURA	
Propostas de iniciativa privada para os problemas de infraestrutura do Brasil (Diego Jardim Carvalho)	85
BARREIRAS COMERCIAIS	
Barreiras comerciais: um benefício à ineficiência (Mauro Zaniol Zaffari)	105
SEGURANÇA	
Segurança pública: diagnosticando e atacando as causas certas (Laura Breier Stürmer)	119
LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Controle social e autorregulação da mídia (Lucas Cassiano)	133
EDUCAÇÃO	
Educação: produzindo mais, investindo menos (João Pedro Pretto Kulkes)	149
PREVIDÊNCIA	
Previdência: da tutela estatal à responsabilidade individual (Eduardo Zanatta Reimann)	165
INFRAESTRUTURA	
Infraestrutura das rodovias gaúchas e o modelo de concessão (Fernando Henrique Pisa)	187
BUROCRACIA	
Burocracia: entrave ou alicerce para o desenvolvimento do país? (Giovana Stefani)	207
LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Livre expressão e direitos de propriedade (Daniel Ferreira Flores)	219
SAÚDE	
A importância da saúde para a população (Maurício Tavares)	233

BARREIRAS COMERCIAIS	
Barreiras comerciais: a zona de conforto criada pelo intervencionismo (Rodrigo de Marchi Calazans)	243
SEGURANÇA	
Razões e soluções para a segurança pública no Brasil (Saulo Pretto Kulkes)	257
SISTEMA TRIBUTÁRIO	
Soluções para o sistema tributário (Daniel Goldstein)	273

Fonte: Adaptado de Stürmer (2014).

Figura 21 – Capa: Caminhos para a liberdade (Série Pensamentos Liberais, v. 19)



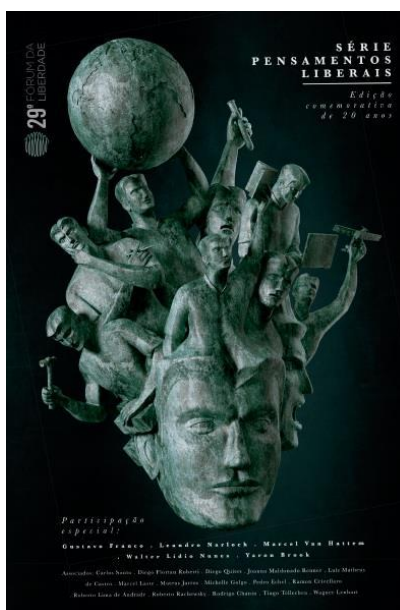
Fonte: Adaptado de Fuchs (2015).

Quadro 22 – Sumário: Caminhos para a liberdade (Série Pensamentos Liberais, v. 19)

PREFÁCIO	7
Caminhos para a liberdade (Frederico Hilzendegeer)	
COMPETITIVIDADE	13
Competitividade e reformas institucionais no Brasil (Diego Jardim Carvalho)	
REFORMAS LEGISLATIVAS	35
O caminho para uma sociedade mais livre (Joanna Maldonado Renner)	
INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	55
Como deter o Estado opressor (Thobias Zamboni)	
EDUCAÇÃO	71
Educação e liberdade (Giovana Stefani)	
INOVAÇÃO	89
O papel do Estado na inovação tecnológica (Eduardo Davóglgio de Souza)	
SEGURANÇA PÚBLICA	101
Segurança pública no Brasil (Roberto Lima de Andrade)	
EMPREENDEDORISMO	113
A hora da escolha: o caminho para liberdade ou para servidão? (Diego Florian Roberti)	
COMPETITIVIDADE	129
A competitividade, a geração Z e os caminhos para a liberdade (Gabrielle Lorenzoni Brust)	
INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	143
Instituições democráticas – os 3 poderes no Brasil (Luciano Biedermann)	
PREVIDÊNCIA	159
Previdência social: uma imoralidade no Brasil (Roberto Axelrud)	
REFORMAS LEGISLATIVAS	171
Legislação abusiva: país sem liberdade (Lys Lenhart)	
SEGURANÇA PÚBLICA	185
Violência e criminalidade: uma epidemia moral (Renan Germano)	
INOVAÇÃO	199
Caminhos para a liberdade (Rodrigo Matone Chanin)	
SISTEMA DE SAÚDE	213
Sistemas de saúde – problemas e soluções (Paulo Fuchs)	

Fonte: Adaptado de Fuchs (2015).

Figura 22 – Capa: Quem move o mundo? (Série Pensamentos Liberais v. 20)



Fonte: Adaptado de Roberti e Jarros (2016).

Quadro 23 – Sumário: Quem move o mundo (Série Pensamentos Liberais, v. 20)

Prefácio (Ricardo Pechansky Heller)	9
Pensamentos Liberais – 20 anos (Carlos Fernando Souto)	17
Exploradores e Explorados (Diego Albrecht Quites)	27
Os motores imóveis (Diego Florian Roberti)	39
A Sanção da Vítima (Joanna Maldonado Renner)	55
A Linha John Galt (Luís Matheus Theisen de Castro)	73
A Moratória dos Cérebros (Marcel da Silva Laste)	93
O cume e o abismo (Mateus Berlt Jarros)	111
Em nome do que há de melhor em nós (Michelle Soares Nunes Golgo)	125
O Apogeu dos D'Anconia (Pedro Echel)	145
Quem está falando é John Galt (Ramon Bastos Crivellaro)	161
O Tema (Roberto Lima de Andrade)	175
Atlântida (Rodrigo Matone Chanin)	197
A tocha de Wyatt (Tiago Tellechea)	215
Precisamos falar sobre o capitalismo (Gustavo H. B. Franco)	229
Ideologias e ursinhos de pelúcia (Leandro Narloch)	239
Quem move a Política? (Marcel van Hattem)	249
O objetivismo de Ayn Rand (Roberto Rachewsky)	257
O poder de uma ideia – o homem como um fim em si (Wagner Lenhart)	277
Para resgatar o futuro do Brasil (Walter Lídio Nunes)	291
A moralidade atemporal do livro “A revolta de Atlas”: lucro é virtude, não vício (Yaron Brook)	301

Fonte: Adaptado de Roberti e Jarros (2016).

Figura 23 – Capa: O futuro da democracia (Série Pensamentos Liberais, v. 21)



Fonte: Adaptado de Veit e Echel (2017).

Quadro 24 – Sumário: O futuro da democracia (Série Pensamentos Liberais, v. 21)

Liberdade e democracia (Rodrigo Tellechea)	9
O desafio da educação no Brasil (Amanda Cecere de Oliveira)	21
A legislação trabalhista no Brasil (Angela Francesca Grando Veit)	35
O democrático desarmamento coercitivo (Felipe Morandi)	45
E se os governos financiassem apenas a educação das famílias mais necessitadas? (Gabriel P. Torres)	63
Saúde: um dever individual suprimido por mecanismos estatais (Gustavo Hüning)	87
Os limites da democracia (Juliano Dipp)	109
Conseguirá o Brasil democrático atingir o liberalismo econômico (Marcelo Bertuol)	123
Capitalismo consciente (Michelle Golgo)	141
Impunidade em sua versão endêmica (Nina Mazzali da Costa)	163
A privatização e o papel do Estado na sociedade livre (Pedro de Marchi Calazans)	181
Ajustando o leviatã (Pedro de Cesaro)	203
Democracia à brasileira e meritocracia – você gosta do mérito empresarial? (Pedro Maciel Echel)	219
O paternalismo do Estado (Rafael do Prado Colla)	235
Notas sobre a liberdade do indivíduo perante a democracia como o governo de outro (Andrea Faggion)	251
Contra os pobres (Adriano Gianturco)	261
As falhas da democracia e os riscos para a liberdade (Bruno Garschagen)	265

Fonte: Adaptado de Veit e Echel (2017).

Figura 24 – Capa: A voz da mudança (Série Pensamentos Liberais, v. 22)



Fonte: Adaptado de Rizk e Vargas (2018).

Quadro 25 – Sumário: A voz da mudança (Série Pensamentos Liberais, v. 22)

Pensamentos liberais (Júlio Cesar Bratz Lamb)	13
Os obstáculos de um país (quicá) em ascensão (Bárbara Veit)	19
O tamanho do Estado e a consciência dos indivíduos (Caio Rizk)	33
E agora, quem poderá nos defender? (Fabio Steren)	47
O impacto das ações individuais sobre o ideal coletivo: como determinar limites que não extrapolem a liberdade? (Felipe Franzon Vargas)	61
A vida real do cidadão e a mão invisível do Estado (Felipe Morandi)	79
Que droga! Uma breve reflexão e duas entrevistas sobre a descriminalização das drogas no Brasil (Fernanda Lacroix Thomasi)	95
Como a regulação e o risco moral encareceram o sistema de saúde (Gustavo Hüning)	111
A reforma trabalhista e a liberdade individual (Júlio da Costa Evangelista Tavares)	129
Simplificar para evoluir (Laura Cimenti)	145
Burocracia e intervencionismo: obstrução à busca da felicidade (Pedro de Marchi Calazans)	161
A privatização como solução para os presídios brasileiros (Sillas Battasti Neves)	179
Pensamentos liberais (Theodora Ciocari)	193
Alternativas liberais de financiamento educacional (Anamaria Camargo)	211
Autoestima e liberdade: os caminhos para vencer o populismo (Bruno Lippy Fonseca Serejo)	225
Uma cultura de liberdade (Jeffrey Tucker)	239
Os fundamentos da liberdade (Lawrence W. Reed)	249
Ideias que param o Brasil (Percival Puggina)	259

Fonte: Adaptado de Rizk e Vargas (2018).

Figura 25 – Capa: Brasil, aberto para reformas? (Série Pensamentos Liberais, v. 23)



Fonte: Adaptado de Jardim e Magnani (2019).

Quadro 26 – Sumário: Brasil, aberto para reformas? (Série Pensamentos Liberais, v. 23)

Pensamentos liberais (Giovana Stefani)	13
Infraestrutura como foco em logística (Alessandro Pavei)	19
Agronegócio (Anderson Anibal da Rocha Pavei)	31
Segurança (Fabio Barqui Steren)	47
Desburocratização (Isabelle Ferrarini Bueno)	63
Inovação (Leonardo Salles)	79
Energia e meio ambiente (Paola Coser Magnani)	91
Infraestrutura com foco em saneamento (Roberto Oliveira Tomasetto)	111
Educação (Sabrina Faccioli Damiani)	129
Equilíbrio fiscal (Victoria Jardim)	145
O que deve ser feito com o Rio Grande do Sul pode ensinar o Brasil a sair da crise (Felippe Hermes)	163
As parcerias público-privadas como alternativa para a política de saúde do estado do Rio Grande do Sul (Giácomo Balbinotto Neto)	177
Como o movimento liberal pode influenciar a política, e o que o Brasil pode aprender com os Estados Unidos (Wolf von Laer)	201

Fonte: Adaptado de Jardim e Magnani (2019).

Figura 26 – Capa: Ser livre inspira você? (Série Pensamentos Liberais, v. 24)



Fonte: Adaptado de Tomasetto e Nunes (2020).

Quadro 27 – Sumário: Ser livre inspira você? (Série Pensamentos Liberais, v. 24)

Prefácio (Pedro De Cesaro)	9
Por que tantas reformas? (Percival Puggina)	13
O que precisa ser feito (Felipe Rosa da Silva)	25
Privatização de empresas estatais (Fernanda Estivallet Ritter)	37
Por que privatizar os serviços estatais? (Felipe Franzon Vargas)	57
Um sopro de liberdade (Pedro Zanetello)	71
A Lei da Liberdade Econômica contra o abuso regulatório (Matheus Henrique de Oliveira)	87
Reforma da previdência: da escravidão à liberdade, por uma verdadeira reforma (Richard Sacks)	107
A reforma administrativa é necessária? (Sabrina Damiani)	129
Pacote anticrime brasileiro: Os desafios para uma sociedade livre sob a ótica da segurança pública (Richard Machado)	143
Sistema Tributário: início, meios e fins (Harison Müller Druck)	157
A liberdade sindical como direito fundamental (Gabriela Bratz Lamb)	181
Reforma política – Um combate às distorções da política nacional (Gustavo Bahmed)	189
Empreendedorismo e inovação são os únicos caminhos para o Brasil (Rodrigo Leke Paim)	199

Fonte: Adaptado de Tomasetto e Nunes (2020).

2.1.1 O *corpus* empírico: (re)organizando o discurso educacional neoliberal

Neste ponto da pesquisa, acreditamos que o leitor esteja familiarizado com o funcionamento do Instituto de Estudos Empresariais, bem como já pode experimentar a série de livros *Pensamentos Liberais*, por meio da resumida historicidade tramada. Na seção anterior, demonstramos que ao longo dos 24 volumes explorados, houve 17 artigos em que a temática educacional teve o foco da discussão.

A Educação como tema central surgiu apenas no quinto volume, em 2001. Todavia, a aparição é representativa, com um capítulo denso em materiais. Na primeira década do século XXI, além do quinto volume, havia somente outros dois artigos, no sétimo e no décimo terceiro volume, respectivamente. A partir do ano de 2011, há pelo menos um artigo em cada volume publicado, com destaque a média entre 2013 e 2014, em que houve cinco artigos; e posteriormente em 2017 e 2018, com quatro artigos publicados.

Dentre as principais temáticas específicas discutidas, observa-se, como já esperado, o embate entre ensino público e privado. Em um primeiro momento, destacaríamos a mudança no modo de argumentação desenvolvido: paulatinamente, os índices e estudos de casos de outros países foram utilizados como fatores comparativos, a fim de apontar a eficácia do ensino privado. Contudo, não se abdicou totalmente de apontar os “fracassos” da escola pública.

Para que possamos recapitular os textos que discutem o campo educacional, organizamos um quadro com o intuito de destacar os 17 artigos selecionados. Nas colunas, há a identificação do volume da série *Pensamentos Liberais*; as inserções dos temas discutidos no Fórum da Liberdade; o título do artigo e seu autor(a), elementos que auxiliarão à discussão futura, no momento de análise. A coluna “profissão autodeclarada” convida à reflexão de como os discursos oriundos de outros campos de saber penetram o campo educacional em busca de (des)legitimar os saberes próprios à comunidade escolar.

Quadro 28 – Artigos com a temática educacional no foco da discussão

Série Pensamentos Liberais	Tema do Fórum da Liberdade	Artigo	Autor	Profissão autodeclarada
Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 5, 2001).	A crise social brasileira: causas, desafios e soluções	Capítulo: Educação no Brasil	Daniela Tumelero; Luciano Brochmann; Luiz Eduardo Fração e Marcelo Schiavon	Não informado
Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 7, 2003).	Civilização ou barbárie: em que mundo vamos viver?	Educação necessária para o desenvolvimento	Rochele de Oliveira Silveira	Empresária
Cultura da liberdade (série Pensamentos Liberais, vol. 13, 2009).	Cultura da Liberdade	Liberdade de Escolha	Bárbara Gerhardt Soeiro de Souza	Arquiteta e urbanista
A liberdade na era digital (série Pensamentos Liberais, vol. 15, 2011).	Liberdade na era digital	As novas possibilidades de educação	Carolina Lucas Fuhrmeister	Psicóloga e empresária
Que Brasil será o seu? (série Pensamentos Liberais, vol. 16, 2012).	2037: que Brasil será o seu?	Novos conceitos e ideias para mudanças no sistema educacional do Brasil e do mundo	Alberto Ling	Empresário
Até onde chegamos? (série Pensamentos Liberais, vol. 17, 2013).	O que se vê e o que não se vê	Mitos da educação básica	Thomas Cesa	Administrador
Até onde chegamos? (série Pensamentos Liberais, vol. 17, 2013).	O que se vê e o que não se vê	Rumo à privatização do ensino básico	Eduardo Lucas Fuhrmeister	Empresário
Até onde chegamos? (série Pensamentos Liberais, vol. 17, 2013).	O que se vê e o que não se vê	Educação básica finalmente em pauta: será a luz no fim do túnel?	Camile Souza Costa	Estudante de Direito
Construindo soluções (série Pensamentos Liberais, vol. 18, 2014).	Construindo soluções	O futuro da educação impulsionado por soluções privadas: vouchers e massive online open courses	Ricardo de Barros Petersen	Consultor
Construindo soluções (série Pensamentos Liberais, vol. 18, 2014).	Construindo soluções	Educação: produzindo mais, investindo menos	João Pedro Kulkes	Empresário

Caminhos para a liberdade (série Pensamentos Liberais, vol. 19, 2015).	Caminhos para a liberdade	Educação e liberdade	Giovana Stefani	Administradora
Quem move o mundo? (série Pensamentos Liberais, vol. 20, 2016).	Quem move o mundo?	Atlântida	Rodrigo Matone Chanin	Economista
O futuro da democracia (série Pensamentos Liberais, vol. 21, 2017).	O Futuro da Democracia	O desafio da educação no Brasil	Amanda Cecere de Oliveira	Empresária
O futuro da democracia (série Pensamentos Liberais, vol. 21, 2017).	O Futuro da Democracia	E se os governos apenas financiassem a educação das famílias mais necessitadas?	Gabriel P. Torres	Economista
A voz da mudança (série Pensamentos Liberais, vol. 22, 2018).	A Voz da Mudança	Alternativas liberais de financiamento educacional	Anamaria Camargo	Professora
A voz da mudança (série Pensamentos Liberais, vol. 22, 2018).	A Voz da Mudança	Autoestima e liberdade: os caminhos para vencer o populismo	Bruno Lippy Fonseca Serejo	Professor e Especialista em Gestão e Políticas Públicas
Brasil: aberto para reformas? (série Pensamentos Liberais, vol. 23, 2019).	Brasil: aberto para reformas?	Educação	Sabrina Faccioli Damiani	Associada do IEE e advogada

Fonte: Elaborado pelo autor.

Houve, também, discussões não centralizadas à área educacional, mas que o tema foi tangenciado de alguma forma. Buscamos reunir esses textos, que totalizam 19 artigos. Referências ao PISA e a *Teoria do capital humano* destacam-se nesse grupo de artigos, juntamente a inserções neoconservadoras – representativas no recente volume publicado em 2018. De mesmo ao arranjo anterior, segue o quadro com os artigos destacados.

Quadro 29 – Artigos com a temática educacional abordada de forma tangencial

Série Pensamentos Liberais	Tema do Fórum da Liberdade	Artigo	Autor	Profissão autodeclarada
Custo Brasil (série Pensamentos Liberais, vol. 2, 1995).	Desafio brasileiro: Custo Brasil	Custo Brasil na siderurgia	Guilherme Johannpeter	Assistente de diretoria de comercial Gerdaud
Custo Brasil (série Pensamentos Liberais, vol. 2, 1995).	Desafio brasileiro: Custo Brasil	Políticos e Custo Brasil	Gil de Kurts	Publicitário e vice-Presidente da Upper Propaganda
Custo Brasil (série Pensamentos Liberais, vol. 2, 1995).	Desafio brasileiro: Custo Brasil	Injustiça do trabalho	Carlos Fernando Souto	Advogado
Custo Brasil (série Pensamentos Liberais, vol. 2, 1995).	Desafio brasileiro: Custo Brasil	Na trilha do Custo Brasil: observações sobre o “custo nosso de cada dia”	Ademar Xavier	Diretor administrativo de Lojas Xavier Tecidos Ltda.
Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 6, 2002).	Os desafios da democracia no século XXI	Fórum Social Mundial: a inviabilidade do contraditório	André Lopes Sant’Ana	Administrador de empresas
Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 7, 2003).	Civilização ou barbárie: em que mundo vamos viver?	Por que se tem vergonha de fazer parte da elite?	Leandro Gostisa	Empresário
Pensamentos Liberais (série Pensamentos Liberais, vol. 7, 2003).	Civilização ou barbárie: em que mundo vamos viver?	Máquina Pública Inchada versus Lei de Responsabilidade Fiscal	Luciano Corrêa	Empresário
Cultura do Trabalho (série Pensamentos Liberais, vol. 9, 2005).	A Cultura do trabalho	A mulher e o mercado de trabalho	Ana Karine Salomão e Karina Drews	Educadora física e empresário; Executiva
Cultura do Trabalho (série Pensamentos Liberais, vol. 9, 2005).	A Cultura do trabalho	Demografia e emprego	Cândido Mendes Prunes	Advogado
Cultura do Trabalho (série Pensamentos Liberais, vol. 9, 2005).	A Cultura do trabalho	Trabalho em diferentes Economias, Culturas e Sociedades: O Mercado de Trabalho no Mundo	Marília Santos de Castro Bertoluci	Economista, empresária e Professora Universitária

O dever do Estado (série Pensamentos Liberais, vol. 10, 2006).	O poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos	Deveres do Estado (A hipertrofia do Estado e o encolhimento da liberdade individual)	Alberto Oliva e Mário Guerreiro	Professores do Departamento de Filosofia da UFRJ
O dever do Estado (série Pensamentos Liberais, vol. 10, 2006).	O poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos	O Estado moderno entre justiça e empresa	Ubiratan Borges de Macedo	Professor Universitário em Programas de Pós-Graduação em Direito
Propriedade e Desenvolvimento (série Pensamentos Liberais, vol. 11, 2007).	Propriedade e Desenvolvimento	A violência urbana – propriedade pública e privada	Michel Zavagna Gralha	Advogado
Agora, o mercado é o mundo (série Pensamentos Liberais, vol. 12, 2008).	Agora, o mercado é o mundo	A disputa dos BRICs: desafios e competitividade no futuro do mercado mundial	Marília Santos de Castro Bertoluci	Administradora de empresas e economista
Cultura da liberdade (série Pensamentos Liberais, vol. 13, 2009).	Cultura da Liberdade	Brasil: onde estamos?	Thaís Reali Beiler	Administradora de empresas
A voz da mudança (série Pensamentos Liberais, vol. 22, 2018).	A Voz da Mudança	Pensamentos liberais	Theodora Cioccarri	Engenheira
Ser livre inspira você? (série Pensamentos Liberais, vol. 24, 2020).	Ser livre inspira você?	Por que tantas reformas?	Percival Puggina	Escritor e jornalista
Ser livre inspira você? (série Pensamentos Liberais, vol. 24, 2020).	Ser livre inspira você?	O que precisa ser feito	Felipe Rosa da Silva	Professor do Mestrado em Economia do Centro de Estudos Superiores Manuel Ayau (Madrid/ESP) e da Pós-Graduação em Escola Austríaca do Instituto Ludwig von Mises Brasil
Ser livre inspira você? (série Pensamentos Liberais, vol. 24, 2020).	Ser livre inspira você?	Por que privatizar os serviços estatais?	Felipe Franzon Vargas	Empresário e associado do IEE

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme Cellard (2008, p. 295), “[...] o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”. Em vista disso, buscamos, com a seleção dos 37 artigos destacados nos dois quadros anteriores, criar condições de possibilidade para que possamos sugerir uma historicidade de como as concepções de educação neoliberal vem sendo produzidas em nosso país.

Talvez nem todas as informações corroborem para a robustez de nossa análise. Estamos cientes disso. Contudo, optamos por seguir o conselho de que nas ciências sociais, “[...] uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”. (CELLARD, 2008, p. 298).

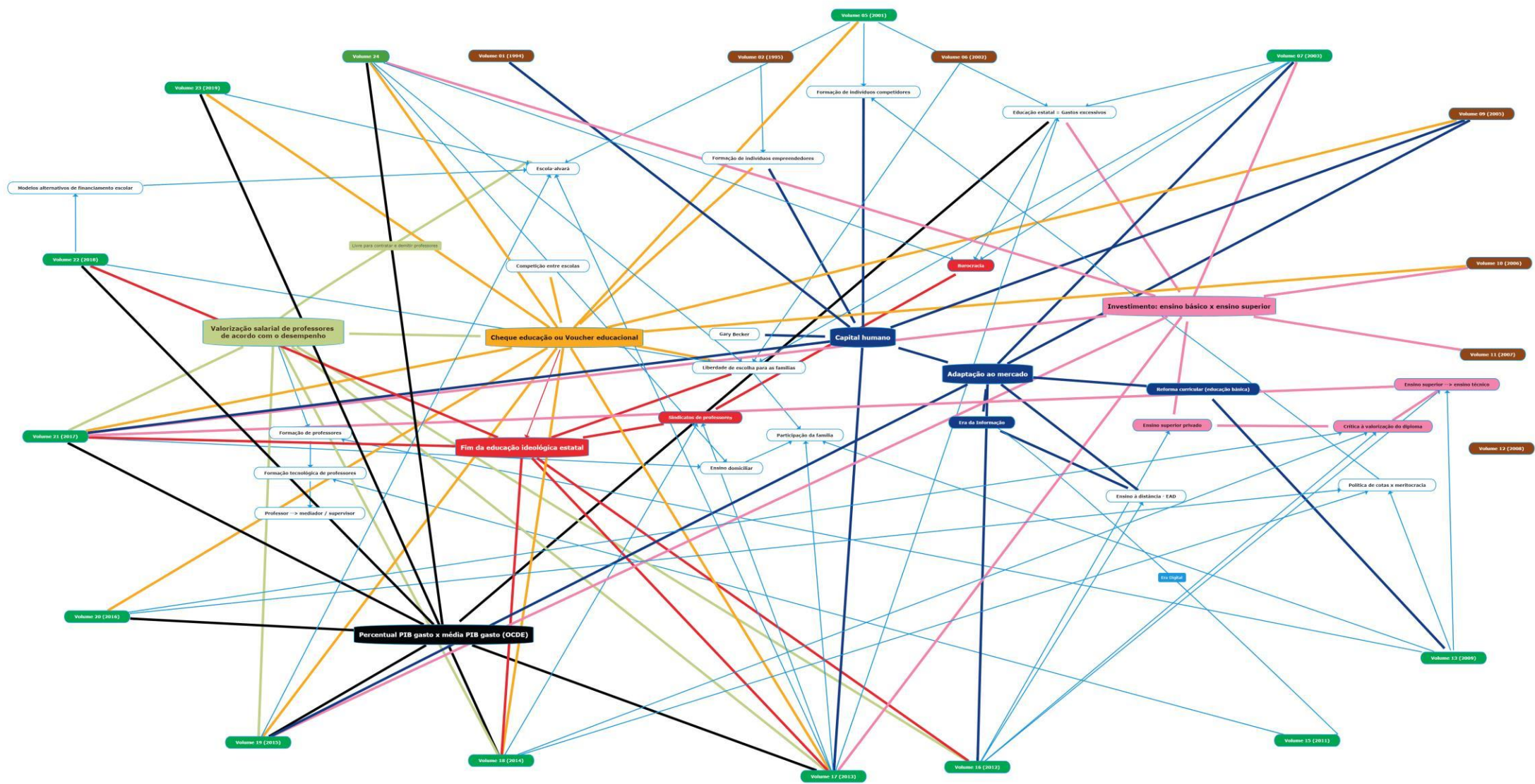
Ao longo da revisão dos 24 volumes da série *Pensamentos Liberais*, tramamos a história do Instituto de Estudos Empresariais e do Fórum da Liberdade, a fim de elucidar contextos sociais referentes à época e ao meio pelos quais estavam submetidos os textos, quando de suas produções. Havia o conhecimento prévio de que estaríamos investigando textos produzidos por sujeitos forjados e subjetivados no meio empresarial. Para além disso, esses sujeitos estariam engajados em defender uma visão de mundo em que a organização social é balizada pelo funcionamento do livre mercado.

Não questionamos, pois, o “bem e o mal” envoltos nesses discursos. Buscamos compreender sob quais mecanismos, táticas, relações de saber e poder tal discursividade foi tecida, considerada a realidade nacional. Para isso, “[...] definitivamente, como bem argumenta Foucault, o pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade; depois, procede a uma reconstrução, com vista a responder seu questionamento”. (CELLARD, 2008, p. 304).

Para auxiliar o processo de demolição do *corpus* reunido, a fim de desnaturalizar a aparição dos discursos recorrentes, esmiuçamos, artigo a artigo, os enunciados manifestos. Não houve, durante esse processo, uma busca deliberada por determinados tópicos ou assuntos; deixou-se o documento exteriorizar os seus ditos, ao passo em que foram sendo observadas as recorrências discursivas. Para auxiliar a organização visual e mental desse processo, foi utilizado o *software Mindomo*, um recurso tecnológico para a construção de mapas conceituais.

Na *Figura 27*, apresentada a seguir, percebe-se a tentativa de reorganizar a trama, com tentativas de encadeamentos discursivos capazes de propor *uma* história acerca das concepções de educação neoliberal brasileira.

Figura 27 – Mapa conceitual: Série Pensamentos Liberais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a organização do mapa conceitual, surgem algumas possibilidades de interrelacionar elementos. De modo contínuo, temporalmente, notamos uma sólida recorrência discursiva voltada à redução da função da educação na produção de *capital humano*, justificada pela tese da necessidade de “adaptação ao mercado”, que se encontra em velocidade de transmutação potencializada pela Era da Informação. Nesse sentido, transversal a esses pontos, emerge a necessidade de uma reforma curricular da educação básica.

Os discursos sobre modos de financiamento da educação perduram durante toda a série de livros. No interim desse grupo discursivo, há continuidades notórias: a dicotomia entre o investimento em ensino (básico x superior) e as desejáveis formas de financiamento, com a implementação de *vouchers* escolares sendo pauta constante ao longo dos 24 volumes.

A partir do ano de 2013, há uma crescente formação discursiva sobre a necessidade de investimentos privados na educação básica, utilizando-se como argumentos legitimadores os dados comparativos entre os resultados do Brasil, confronto ao resultado médio dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Acrescenta-se as comparações propostas, ainda, o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido na educação pelo Brasil e pelo grupo de países da OCDE, no intuito de “provar” a inexistência da falta de investimentos na educação nacional. O que ocorreria, na verdade, seria um processo de má-gestão dos recursos públicos no campo educacional.

A ineficiência da gestão pública seria mais um elemento favorável ao financiamento da educação por meio de *vouchers*. O modelo desburocratizaria a gestão escolar, uma vez que sob o controle da iniciativa privada, estaria facilitado o processo de adequação da valorização salarial dos professores ao desempenho mensurável obtido pelos docentes. O modelo de livre-mercado retiraria imposições estatais curriculares, vistas como “ideológicas”, e devolveria a liberdade de escolha para as famílias, que na posição de *clientes*, optariam pela compra da matrícula na escola mais “qualificada”, dentre as opções competidoras do mercado.

Sob aspectos gerais, o discurso neoliberal brasileiro tende a sustentar tais posicionamentos. Para os fins desta investigação, interessa-nos a compreensão da formação discursiva observada. Desse modo, na exposição de nossa análise, durante o Capítulo III, perguntamo-nos sobre *de que estamos falando?* – quando nos referimos ao *neoliberalismo*. Na busca por respostas, damos enfoque as peculiaridades que forjam uma variação “à brasileira” do neoliberalismo, em articulação com os discursos educacionais produzidos pela série de livros *Pensamentos Liberais*.

CAPÍTULO III: A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA EDUCAÇÃO NEOLIBERAL BRASILEIRA

“[...] o neoliberalismo produziu um monstro que seus fundadores abominariam”. (BROWN, 2019, p. 27).

Antes de iniciarmos este capítulo, consideramos importante retomar nossos objetivos de *analisar os meios pelos quais as práticas discursivas da série Pensamentos Liberais inscrevem o discurso das reformas educacionais em um regime de verdade; e discutir os efeitos das concepções de educação (neo)liberal no campo educacional brasileiro*. Para que possamos avançar em direção de tais objetivos em nossa análise, traçamos, na seção 3.1, algumas notas sobre como o (neo)liberalismo foi (re)fundado historicamente, com destaque na seção 3.2, aos pensadores que apresentaram ressonâncias mais significativas às especificidades das práticas neoliberais brasileiras.

A partir da seção 3.3, buscamos articular, em subseções, os acontecimentos discursivos destacados no capítulo anterior: a Teoria do Capital Humano; a dicotomia entre o investimento em *ensino básico x ensino superior*; o modelo de financiamento de *voucher* educacional; o imperativo da valorização salarial de professores de acordo com o seu desempenho; a adoção de métricas comparativas entre gastos do Produto Interno Bruto x resultados de avaliações em larga escala; e o “problema” da educação pública ter seu currículo definido pelo Estado. Ainda que as subseções sugiram destaques a algumas temáticas, nossa trama discursiva não foi organizada de modo que tais acontecimentos estivessem dispostos, isoladamente, uns aos outros, pois buscamos, neste capítulo, tentar interrelacionar os elementos teóricos e empíricos, para que pudéssemos esboçar a produção discursiva educacional do neoliberalismo “à brasileira”.

3.1 ALGUMAS NOTAS SOBRE O (NEO)LIBERALISMO

Mas será que basta situar as políticas neoliberais em certa conjuntura histórica para compreender sua natureza e definir suas relações com o esforço de refundação teórica do liberalismo? Como explicar a continuidade dessas políticas durante décadas? Sobretudo, como justificar que algumas dessas políticas tenham sido adotadas tanto pela “nova direita” quanto pela “esquerda moderna”? (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190).

Parênteses ao *novo* e um ponto de interrogação. Uma frase carregada semanticamente do problema contemporâneo das ciências humanas; afinal, muitos querem saber *o que é o neoliberalismo?* A dificuldade de compreensão atual está em perguntar *o que é essa nova*

forma de liberalismo, pois “[...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. (FOUCAULT, 1999, p. 26). Ou seja, o *neo* ao qual se busca explicações está na produção de uma nova forma de viver imposta pela racionalidade neoliberal.

Assim, para tentar compreender as metamorfoses sociais de nossa época, retomamos brevemente a noção de *liberalismo clássico*, doutrina de base filosófica atribuída a John Locke (1632-1704) e a Escola do Direito Natural ou Jusnaturalismo.

Locke inclui a propriedade e a herança (seu coronário), como partes dos direitos de natureza, somando-as ao direito à vida, à liberdade e à saúde. Assentando a fonte da propriedade (que se traduz numa acumulação de bens) no trabalho, ele diferencia os homens nas suas qualidades laboriosas, o que definiria uma distribuição dos bens desiguais, própria da sociedade capitalista nascente. (GANEM, 2019, p. 7).

À sua época, Adam Smith (1723-1790), interessado no problema do comportamento humano, reuniu os ensinamentos de Locke com as demais discussões vigentes no século XVII, em busca de explicações para a existência da ordem social, sugerindo a hipótese da “mão invisível do mercado”. O fundamento da teoria está baseado na capacidade espontânea dos interesses privados produzirem efeitos benéficos a todos os membros da sociedade. As necessidades humanas seriam satisfeitas pela relação de trocas, nas quais dois sujeitos necessitam consentir para concretizar o ato. Faz-se necessário construir um vínculo de confiança entre ambos, estabelecido em uma relação de negociação, em que os sujeitos buscam convencer seu interlocutor de que a troca é benéfica para ambos, caracterizando-a como *justa*.

Adam Smith acreditava que as relações de troca, realizadas de forma contínua entre os membros da sociedade, formariam uma consciência ética entre os sujeitos. Desse modo, orientadas pelos interesses privados de cada indivíduo, normas morais seriam produzidas de forma espontânea e interiorizadas na consciência de todos, possibilitando a convivência harmônica. (GANEM, 2019).

Neste sentido, o interesse privado não pode ser confundido com egoísmo ou *self interest*, movimento reducionista que ocorreu um século após, na leitura neoclássica de Smith. Ali ocorre a exclusão de qualquer relação ou preocupação com o outro, ou em uma palavra, a exclusão da moralidade em seu sentido forte. (GANEM, 2019, p. 7).

As observações de Ganem (2019) nos auxiliam a visualizar um importante aspecto em nossa tentativa de diferenciar as compreensões de (neo)liberalismo: modificam-se as formas como o sujeito *smithiano* concebe as relações que subjetivam sua existência, em comparação aos demais sujeitos econômicos forjados sob a égide do mercado.

Donald Stewart Jr. (1995), o fundador do Instituto Liberal/RJ, a primeira *think tank* (neo)liberal brasileira – como já havíamos mencionado no Capítulo I –, considera o *liberalismo* um conceito ainda muito pouco compreendido pelos brasileiros. Em uma tentativa de sanar as incompreensões nacionais, escreveu a obra *O que é o liberalismo* (1988), na qual aponta que “o próprio Adam Smith, considerado o fundador da ciência econômica, não chegou a explicar o funcionamento do mercado”. (STEWART JR., 1995, p. 21).

Para Foucault (2008a), Adam Smith rompeu com o ideal vigente no século XVI, de crescimento e fortalecimento do Estado. Com isso, inaugurou-se um novo regime de verdade, no qual pratica-se a arte de governar o menos possível, chamada de *liberalismo*. Contudo, Foucault (2008a, p. 83-84) observa que

Se retomarmos as coisas de um pouco mais longe, se as retomarmos na sua origem, vocês verão que o que caracteriza essa nova arte de governar de que lhes falava é muito mais o naturalismo do que o liberalismo, na medida em que, de fato, essa liberdade de que falam os fisiocratas, Adam Smith, etc, é muito mais a espontaneidade, a mecânica interna e intrínseca dos processos econômicos do que uma liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos. (FOUCAULT, 2008a, p. 83-84).

Dessa maneira, negar o neoliberalismo como uma evolução do liberalismo clássico não significa compreender as duas doutrinas de forma absolutamente oposta. Há, sim, alguns dogmas comuns a seres seguidos, tais como a propriedade privada e a liberdade de comércio. As principais tensões do liberalismo clássico surgem, principalmente, remetidas à proteção dos direitos de propriedade e à incredulidade quanto a real eficácia da mão invisível do mercado, haja vista o surgimento de oligopólios e monopólios desestabilizadores da concorrência saudável e leal a todos.

O século XIX marca a crise da governamentalidade⁴⁸ liberal, principalmente pelo desequilíbrio concorrencial. A balança europeia surge como solução para que não haja nenhum Estado enfraquecido ao ponto de ser dominado por outro, em um processo imperialista. Afinal, como disse Foucault (2008a, p. 73), “[...] quando a diferença entre os jogadores puder se tornar grande demais, para-se a partida”. Para Dardot e Laval (2016, p. 38-39), “[...] a necessidade prática da intervenção governamental para fazer frente às mutações

⁴⁸ “A análise da governamentalidade abarca, em um sentido muito amplo, o exame do que Foucault denomina as artes de governar. Essas artes incluem, em sua máxima extensão, o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o governo dos outros. Nesse campo, estariam incluídos: o cuidado de si, as diferentes formas da ascese (antiga, cristã), o poder pastoral (a confissão, a direção espiritual), as disciplinas, a biopolítica, a polícia, a razão de Estado, o liberalismo”. (CASTRO, 2009, p. 191).

organizacionais do capitalismo, aos conflitos de classe que ameaçam a “propriedade privada” e as novas relações de força internacionais é que põe “em crise” o liberalismo dogmático”.

No campo dos embates discursivos, Stuart Mill (1806-1873), influenciado pelo utilitarista Jeremy Bentham (1748-1832), argumentou que “[...] a sociedade tem justificativa para mudar ou anular direitos de propriedade que, após o devido exame, não sejam favoráveis ao bem público”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 45). O questionamento ao direito natural da propriedade por um pensador utilitarista provoca Herbert Spencer (1820-1903) a apontar os defensores de tal tese como “socialistas” e reivindicar o emprego de um *utilitarismo empírico*. Com isso, o *spencerismo* surge com uma das primeiras tentativas de refundação histórica do liberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016), a partir da proposição do tema fundamental para a consolidação do neoliberalismo: adotar a *concorrência* como prática essencial nas relações sociais.

O utilitarismo empírico de Spencer é pautado por um caráter evolucionista, rechaçando o jurídico. Há, inclusive, uma crítica a Hobbes, pois o seu *contrato social* é entendido como uma imposição “divina”, muito mais do âmbito cósmico do que racional. Assim, para Spencer, o direito natural é uma invenção arbitrária, pois a única e legítima forma de se conquistar os direitos seria por meio da concorrência, como necessidade vital. Percebe-se, em Spencer, a raiz da ideia de que “[...] há algo mais importante do que a própria democracia, ou seja, o livre mercado gerador da ‘liberdade’ social e pessoal”. (FREITAS, 2018, p. 19).

Lembramos que o evolucionismo *spenceriano* foi influenciado pela Lei Populacional de Malthus (1826), a qual tratava a escassez como inevitável, haja vista a progressão geométrica da população. Desse modo, o progresso da sociedade seria possível, apenas, com a destruição de alguns de seus componentes.

A concorrência não é considerada, então, como na economia ortodoxa, clássica ou neoclássica, uma condição para o bom funcionamento das trocas no mercado; ela é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53).

Surge, então, o *concorrencialismo*. Dardot e Laval (2016, p. 55) recordam a produção do Professor da Universidade de Yale, William Graham Sumner (1840-1910), personagem importante daquele contexto, responsável por contribuir ao processo de produção da legitimidade dos argumentos de Spencer. Influenciado pelo darwinismo social, e subsequente *concorrencialismo social*, Sumner escreveu *The Challenge of Facts* (O desafio dos fatos), em

que empregou tom crítico ao pensamento social “sentimental”, afirmando que a escassez é a grande educadora da humanidade.

Não há razão para deplorar as consequências desigualitárias dessa luta, como fazem desde Rousseau os filósofos sentimentais, sublinha Sumner. A justiça nada mais é do que a justa recompensa do mérito e da habilidade na luta. Os que fracassam devem isso apenas a sua fraqueza e a seu vício. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 55).

A resignificação da concorrência em Spencer foi um marco para o desenvolvimento do pensamento neoliberal. Contudo, após a Grande Guerra, o questionamento ao liberalismo clássico seguiu em grande ascensão, com o fortalecimento de medidas keynesianas, a fim de constituir um *estado de bem-estar social*. Contrários a tais medidas, um grupo de economistas reuniu-se, em 1938, no chamado Colóquio Walter Lippmann.

O evento, para Dardot e Laval (2016, p. 72), “[...] é a primeira tentativa de criação de uma ‘internacional’ neoliberal que se prolongou em outros organismos, entre os quais, nas últimas décadas, a Comissão Trilateral e o Fórum Econômico Mundial de Davos”. Entre os participantes do Colóquio, interessou-nos, de forma especial, as figuras de Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek, por conta de suas influências para o pensamento neoliberal brasileiro. Conforme Stewart Jr. (1995, p. 16), a corrente filosófica de Mises e Hayek deve ser apreciada como a “[...] corrente de pensamento habitualmente denominada de Escola Austríaca, que, a nosso ver, é a que explicita a doutrina liberal de forma mais completa e mais consistente”. (STEWART JR., 1995, p. 16).

Constatado o insucesso do liberalismo clássico, “é na esteira desse colóquio [...] que se decide, em julho de 1939, formar uma comissão permanente que se chamará ‘Comissão internacional de estudos para a renovação do liberalismo’, CIERL”. (FOUCALT, 2008a, p. 183). Conforme o Professor Jörg Hülsmann, ainda no Colóquio, Ludwig Von Mises havia convencido seus colegas de que os sistemas econômicos de terceira via, como o keynesianismo, eram superestimados, “[...] porém, muitos deles não questionaram a alegação, comum à época, de que o liberalismo do século XIX havia fracassado porque seu programa econômico, o capitalismo laissez-faire, não havia logrado cumprir suas promessas”. (HÜLSMANN, [2011?], *s. p.*). Mises percebia que, até entre seus próximos, era preciso resgatar os ideais da economia de mercado.

Ademais, Dardot e Laval (2016, p. 135) observam que o grande passo neoliberal foi superar a lógica estritamente matemática da Teoria do Equilíbrio Geral, e “[...] ver a concorrência no mercado como um processo de descoberta da informação pertinente, como

certo modo de conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro”. Para Hayek (2010, p. 58), a concorrência, tomada

[...] como princípio de organização social, exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica, mas admite outros que às vezes podem auxiliar consideravelmente seu funcionamento, e mesmo exige determinadas formas de ação governamental.

Em termos gerais, a concorrência moldará o processo permanente de adaptação do ser e do existir, a partir da reconfiguração do *homo oeconomicus*, indicado por Wendy Brown (2017) como peça-chave na progressiva destruição do *homo politicus*. Para Foucault (2008a, p. 201), “o *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção”.

Pois, de fato, o que é a concorrência? Não é de modo algum um dado natural. A concorrência, em seu jogo, seus mecanismos e seus efeitos positivos que identificamos e valorizamos, não é em absoluto um fenômeno natural, não é o resultado de um jogo natural dos apetites, dos instintos, dos comportamentos, etc. Na realidade, a concorrência não deve seus efeitos senão à essência que ela detém, que a caracteriza e a constitui. A concorrência não deve seus efeitos benéficos a uma anterioridade natural, a um dado natural. Pois, de fato, o que é a concorrência? Não é de modo algum um dado natural. A concorrência é um *eídos*. A concorrência é um princípio de formalização. A concorrência possui uma lógica interna, tem sua estrutura própria. Seus efeitos só se produzem se essa lógica é respeitada. É, de certo modo, um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos. (FOUCAULT, 2008a, p. 163).

Brown (2019) ajuda a explicar de que forma Friedrich Von Hayek mobilizou sua produção de saberes a fim de (des)regular a concorrência, tornando-a uma prática de mercado. Para Hayek, funda-se a *liberdade* e, por consequência, a ordem e o desenvolvimento civilizatório, pela relação entre o mercado e a moral. “Ambos são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição e não pelo poder político. Os mercados só podem funcionar impedindo-se o Estado de neles se imiscuir ou intervir. (BROWN, 2019, p. 23).

Hayek é inflexível sobre seus apontamentos relacionais entre o mercado e a moral. Isso significa não apenas rejeitar a noção de “justiça social”, mas também a própria noção de mérito, derivado dos utilitaristas. Não há “merecedores”, pois o mercado, como ente espontâneo, não faz juízo de valor. “A verdadeira justiça exige que as regras do jogo sejam conhecidas e aplicadas universalmente, mas todo jogo tem vencedores e perdedores, e a civilização não pode evoluir sem deixar para trás os efeitos da fraqueza e do fracasso, bem com o acaso”. (BROWN, 2019, p. 47).

Tal concepção de *liberdade*, pautada pelo *acaso*, justifica o fato de o repúdio a social-democracia se manifestar, em alguns casos, de forma tão forte quanto o desprezo ao

socialismo. Quanto ao caráter democrático existente no (neo)liberalismo, Brown (2019, p. 87) traça uma diferença entre as visões de Milton Friedman e Hayek sobre liberalismo e democracia. Se Friedman reduziu inequivocamente a democracia ao liberalismo, para Hayek, “[...] a democracia é um ‘método de governo – a saber, o governo da maioria’, enquanto o liberalismo ‘diz respeito ao escopo e propósito do governo’”.

O processo democrático culmina a liberdade individual quando submete as minorias a vontade de uma maioria. Por isso, Hayek acredita que “[...] nossa liberdade não é fundada nem na lei nem na política, mas nos princípios de conduta e opinião evoluídos, frequentemente desarticulados, que formam um povo coeso, princípios que aceitamos e a que obedecemos ‘livremente’”. (BROWN, 2019, p. 91).

[...] a liberdade reforça a tradição (por meio da promoção de inovações adaptativas), enquanto a tradição ancora a liberdade (por meio da promoção de convenções e ordem). [...] Aqueles que buscam substituir as práticas e instituições tradicionais por práticas e instituições deliberadamente forçadas [contrived] são os “inimigos da verdade” na medida em que buscam impor a muitos, regras de conduta projetadas por poucos e substituir um projeto inteligente gerado espontaneamente pela tradição, por um modelo racional inevitavelmente falho. Logo, para Hayek, a tradição promove um modo de vida livre em contraste com um modo de vida organizado pelo poder político: ela promove a liberdade individual por meio da conformidade com suas normas, assim como por meio da inovação, e ela é sustentada pela proteção da liberdade contra a política. (BROWN, 2019, p. 122).

Para Prado (2009), os fundamentos (neo)liberais hayekianos são produtos de uma época histórica na qual o Capitalismo necessitou de mecanismos de defesa para que se mantivesse em funcionamento. As modificações históricas do século XX, tais como a estrutura da democracia liberal, levaram a noção de *ordem natural* a ser substituída pela *ordem moral*, na qual constituiu-se a ética do neoliberalismo contemporâneo.

O legado de Hayek propiciou subsídios significativos para que o neoliberalismo seja compreendido, hoje, como uma forma de vida racionalizada. Contudo, para que possamos avançar ao “caso brasileiro”, apresentamos brevemente, na seção seguinte, outros pensadores das escolas Austríaca e de Chicago, que transitam constantemente pelos discursos neoliberais nacionais.

3.2 SOBRE ALGUNS ELEMENTOS CONSTITUINTES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL BRASILEIRA

Antes de prosseguir, é necessário que façamos alguns esclarecimentos a fim de evitar generalizações sobre as bases filosóficas (neo)liberais que estamos mobilizando na tentativa

de constituir uma espécie de cartografia teórico-filosófica do neoliberalismo brasileiro. Como salientamos anteriormente, remetidos a Steward Jr. (1995), a importância da Escola Austríaca para este estudo emerge da própria constituição do Instituto de Estudos Empresariais, em sua missão como *think tank*, de promover a disseminação do pensamento (neo)liberal no Brasil. Mises e Hayek foram os teóricos mais influentes de suas épocas nessa escola de pensamento econômico. Contudo, a partir do exame de nosso *corpus* empírico, produzido por meio da série *Pensamentos Liberais*, percebemos a reprodução dos discursos da Escola Austríaca frequentemente amparados pelo pensamento de Ayn Rand.

Por outro lado, é marcante a presença dos discursos educacionais atrelados às ideias produzidas pela Escola de Chicago. Theodore Schultz e Gary Becker são os pensadores mais citados em relação à Teoria do Capital Humano; enquanto Milton Friedman destaca-se, principalmente, por conta de seu projeto e *vouchers escolares*, notadamente a proposta de reforma escolar mais defendida pelos neoliberais brasileiros.

Com isso, queremos reconhecer diferenças quanto ao pensamento, lógica e métodos aplicados pelas escolas Austríaca e de Chicago. Todavia, nosso compromisso com esta pesquisa não está vinculado à produção de uma história do pensamento econômico. Isso significa que não estamos totalmente preocupados em descrever, em detalhes, todos os aspectos técnicos presentes na teoria econômica de cada uma dessas escolas. Nosso compromisso recai em observar, reunir e interligar discursos recorrentes, que se manifestam de maneiras pluriformas em nosso *corpus* empírico, e produzem uma nova concepção (neo)liberal, forjada pelas especificidades discursivas em movimento pelo território nacional e ordenadas pelo Fórum da Liberdade de Porto Alegre.

Feitos os esclarecimentos, para retornarmos a trama, recordamos que, em resumo, estamos compreendendo o neoliberalismo:

[...] como uma nova racionalidade política, cujo alcance e implicações vão muito além da política econômica e do fortalecimento do capital. Ao contrário, nessa racionalidade os princípios do mercado se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, mas também que circulam através de instituições e entidades, e em toda a sociedade – escola, locais de trabalho, clínicas etc. Esses princípios tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio homo oeconomicus, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo). (BROWN, 2019, p. 30-31).

Para auxiliar o exame das especificidades, dentre o conjunto de práticas discursivas constituintes do “neoliberalismo à brasileira”, Gadelha (2013) recorda-nos que a problematização central das pesquisas de Foucault sempre foi o *sujeito*, compreendido não

como um ente universal abstrato, mas como uma produção historicamente situada. De tal modo, as relações entre biopolítica e educação situam-se nos modos de agenciamento ao problema da subjetividade,

[...] num primeiro caso, envolvendo-se em processos, políticas, dispositivos e mecanismos de subjetivação, isto é, de constituição de identidades, de personalidades, de formas de sensibilidade, de maneiras de agir, sentir e pensar, normalizadas, sujeitadas, regulamentadas, controladas; num segundo caso, em que a resistência ao poder entra em foco, dando-se por uma via ético-estética, pode-se pensar como ela, a educação, se encontra implicada na invenção de maneiras singulares de relação a si e com a alteridade. (GADELHA, 2013, cap. 5).

Como nos disse Veiga-Neto (2012, p. 1), “[...] nunca será demais adjetivarmos o neoliberalismo, de modo a circunscrevê-lo em suas especificidades, caracterizá-lo em seus pressupostos, endereçá-lo em função dos efeitos que ele produz”. Em vista disso, apresentamos uma tentativa de contribuir com a caracterização da “vertente brasileira” do neoliberalismo, a partir das relações entre os conjuntos de práticas discursivas observadas no território nacional, para que possamos, no capítulo seguinte, avançar às ressonâncias geradas no campo educacional.

Vimos que um elemento chave para a compreensão do presente está na diferenciação da forma de vida do liberalismo clássico, centrada no consumo, em contraste ao “[...] neoliberalismo – seja na vertente alemã (do ordoliberalismo), seja na vertente estado-unidense do anarcoliberalismo proposto pela Escola de Chicago –, também como forma de vida e não simplesmente ideologia, centra-se na *competição*. (VEIGA-NETO, 2012, p. 4).

Não se deve entender com isso um capitalismo que, menos cínico ou menos agressivo, daria as costas aos imperativos de racionalidade contábil e de rentabilidade máxima, mas um novo modo de funcionamento que explora racionalmente e de maneira generalizada as dimensões estético-imaginárias-emocionais tendo em vista o lucro e a conquista dos mercados. (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, cap. 1.).

Lipovetsky e Serroy (2015) apontam o desenvolvimento de um Capitalismo “artista”, de forma que a arte, o belo e os valores estéticos mobilizam elementos de legitimação social. Em vista disso, é notório o efeito da cultura letrada nas sociedades liberais ocidentais, cujos sujeitos são forjados como seres “superiores”, graças às formas de expressão de capital cultural.

Dentre as possíveis formas de acumulação de capital cultural, Oliveira e Sousa (2013) discorrem sobre como as distopias literárias, compreendidas como sátiras de projeção futurista voltadas a criticar sociedades utópicas (ideais), atuam como estratégias presentes nas

sociedades de controle. Dentre as características fundamentais apontadas, pontua-se a negação ao coletivo e a adoção dos autores literários como representantes do ativismo político individualista.

O individualismo ou a negação do coletivo será outra característica das distopias. “Admirável Mundo Novo” (2003) mostra uma sociedade marcada pela carência, onde todos devem estar cercados de pessoas em puro *ecstasy*. Orwell (2005), em “1984”, não foge a essa concepção e apresenta um regime autoritário em que as pessoas são vigiadas por câmeras 24 horas por dia, em todos os lugares (inclusive em suas casas), ou seja, nunca estão sozinhas. [...] Muitas das obras citadas fazem referência clara a regimes existentes em determinadas épocas (por exemplo, o Stalinismo na União Soviética, fortemente criticado em “1984”), proferindo uma crítica política e social. (OLIVEIRA; SOUSA, 2013, p. 249).

Com base nisso, não gera surpresas o fato de que as obras citadas como exemplos de discursos distópicos foram identificadas como referências de artigos reunidos no *corpus* da série *Pensamentos Liberais*. Entre menções a Aldous Huxley e a George Orwell, contudo, há uma escritora que provém ao discurso neoliberal brasileiro aspectos constitutivos essenciais: trata-se de Ayn Rand.

A autora russa tornou-se um nome de destaque a partir da publicação de *A revolta de Atlas* (1957). Murray N. Rothbard (2015, p. 590), proeminente teórico anarcocapitalista, considera o romance de Ayn Rand como um legítimo produto artístico, visto que, “[...] em resumo, a arte é a objetivação, a transformação de valores de um artista em realidade tangível”. Com isso, por meio da leitura da obra de Ayn Rand, “[...] os significados e os valores podem ser transmitidos de um para outro através dessa objetivação”. Em vista disso, para Larrosa (1994, p. 69-70):

O problema de como o indivíduo constrói o sentido de quem ele é para si mesmo é análogo ao que acontece com a construção de uma personagem em uma trama narrativa. O eu, então, não é uma unidade psíquica, ele caráter substantivo, suscetível de temporalização ao contar com o rastro do passado no armazém da memória. O que ocorre, antes, é que o eu da autoconsciência temporal é algo que está significativamente constituído na narração. A compreensão da própria vida como uma história que se desdobra, assim como a compreensão da própria pessoa como o personagem central dessa história, é algo que se produz nesses constantes exercícios de narração e autonarração no qual estamos implicados cotidianamente.

Dentre os valores aos quais Ayn Rand busca transmitir ao seu leitor, o *egoísmo* apresenta-se como preceito central no que a autora autodenomina como *filosofia objetivista*.

Objetivismo é o nome dado por Rand à sua filosofia, compreendendo o projeto de baseá-la em uma realidade objetiva, de qual os fatos não possuem qualquer interferência de emoções ou desejos dos homens. Para ser possível a apreensão objetiva da realidade, é necessário que os homens utilizem da razão – sendo esse o

único meio para que o homem possa compreender a realidade e, também, a razão a única fonte de conhecimento, o único guia para as nossas ações. Cada homem é um fim em si mesmo, devendo, pois, buscar o próprio benefício, por meio da valorização do auto-interesse (sic) racional, tendo como maior meta a própria felicidade. (SENRA, 2011, p. 65-66).

Para Ayn Rand, a existência humana não deve ser constrangida por nenhuma espécie de *consciência*, tal qual a coletiva. Sentimentos como *compaixão* ou *piedade* seriam incompatíveis à razão e descaracterizariam o ser humano como ser racional. De mesmo modo, ganham interpretação restrita os sentidos de *orgulho* e *humildade*:

[...] o orgulho é apenas a resposta em relação à eficiência na busca pelos próprios objetivos. Ou seja, o orgulho é positivo, na medida em que é decorrente de suas ações diretamente integradas com o uso da razão – enquanto a humildade se refere à ausência do pensamento, já que não está se referindo à busca pela eficácia nas ações. (SENRA, 2011, p. 69).

Em sua concepção filosófica de *realidade*, Ayn Rand rebaixa o estatuto dos desejos (sentimentos, emoções, vontades ou caprichos), visto que não seriam capazes de conhecer o mundo como ele verdadeiramente é. (SIQUIEROLI; MARRA; XAVIER, 2019, cap. 3). Sergio Morresi (2002, p. 286) aponta a obra de Ayn Rand como “o coração da doutrina libertariana”, embora reconheça ainda a importância de outro autor “libertário” – Robert Nozick – nas aproximações entre o libertarianismo e o neoliberalismo:

A despeito da ressonância editorial dos livros de Rand e do fato de que reconhecidos economistas, com Friedman, Buchanan e von Mises (entre outros) já tinha dado ferramentas teóricas de peso ao neoliberalismo, não foi até a publicação de *Anarquia, Estado e Utopia* em 1974 que o libertarianismo (que podemos identificar sem maiores problemas como uma das correntes centrais do neoliberalismo) foi reconhecido como um interlocutor do mundo acadêmico, que exercem através de poderosos *think tanks* ou em postos-chave em governos e em instituições internacionais (PURDY, 1999 apud MORRESI, 2002, p. 287).

A teoria de Robert Nozick orienta-se a partir da existência de um Estado mínimo, caracterizado pela função única de garantir o cumprimento de contratos e coibir a violência, estando condicionada a adesão e remuneração espontânea da sociedade. Eliminam-se as funções redistributivas do Estado, pois na concepção libertariana, essas significam uma forma de violência coercitiva, uma vez que qualquer forma de imposto viola a *justiça* social. “O Estado mínimo não é “nosso Estado”: é uma agência que reforça nossas interdições morais. Não é necessário que sejamos “cidadãos” (nem no sentido de Rousseau nem no do Kant), mas tão somente súditos que obedecem às leis”. (MORRESI, 2002, p. 295).

Na visão libertariana, tampouco o *amor* fundamenta-se pelo altruísmo, pois,

Desejar e buscar promover o bem estar de quem se ama é também promover o próprio bem estar, já que ver a felicidade de quem amamos torna-se nossa própria felicidade – mas isso só é possível mediante uma identificação de valores, visto que só é possível amar quem admiramos. Por isso, nesses casos, quando empreendemos alguma atitude em benefício de quem amamos não configura um sacrifício, pois será convertido em felicidade para si. (SENRA, 2011, p. 81).

Ainda na esteira dos “libertários”, para Brown (2019, p. 81), “Friedman chega mais perto do libertarianismo puro do que qualquer outro dos neoliberais originais”.

Para Friedman, qualquer tipo de exercício do poder político, incluindo o da maioria popular, ameaça a liberdade tanto na vida econômica quanto na política. Por esta razão, ele se opõe a quase toda legislação promulgada democraticamente. (BROWN, 2019, p. 80).

Não gera surpresas, pois, que a implementação das políticas neoliberais inspiradas nos estudos de Milton Friedman acaba por deteriorar qualquer traço de estado de bem-estar social. “O preço dos serviços, o acesso e o tratamento para tudo em todos os lugares por patamares acostuma todas às desigualdades e nos torna mais feudais do que democráticos em nossa subjetividade e *ethos*”. (BROWN, 2019, p. 216).

Contudo, compreender a sobreposição de preceitos econômicos a todas as esferas da existência não significa resumir a produção das subjetividades contemporâneas à influência das teorias econômicas. Como observamos, a racionalidade neoliberal retira o poder do sujeito político, transferindo-o a um ente abstrato: o mercado. Por meio de um imaginário religioso constituído em torno do mercado, cria-se uma condição em que a “verdade” racional nos leva a crer que tudo o que devemos fazer é “deixá-lo agir naturalmente”.

Submetemos, desse modo, as práticas de nossas vidas ao jogo especulativo, visto que qualquer ruptura ou entrave ao modelo societal de competição nos gera o medo do autoritarismo – compreendido como a renúncia à liberdade de alocar o nosso poder de compra dentre as opções disponíveis. Ignoramos o fato de que estamos reduzindo o significado de liberdade ao poder de compra. Submetemo-nos a racionalidade neoliberal de forma a considerá-la a única opção de existência. Caso haja modificações, ocorrerão de forma “espontânea”, por meio da autorregulação imposta pelo mercado.

A partir de tais premissas, torna-se compreensível o repúdio do discurso neoliberal a qualquer manifestação política no meio educacional. Formar sujeitos políticos seria contradizer a função “social” da educação, conforme o imaginário neoliberal. Desse modo, ressignifica-se a função da educação a fim de formar *sujeitos empreendedores*, os quais exercerão sua liberdade de escolha como sujeitos-clientes do capitalismo contemporâneo.

A constituição discursiva das formas de governmentação dos sujeitos escolares é o objetivo da próxima seção, na qual apresentamos a análise das recorrências discursivas da série de livros *Pensamentos Liberais*.

3.3 ENTRELACES DISCURSIVOS: (RE)PRODUZINDO O NEOLIBERALISMO POR MEIO DA EDUCAÇÃO

Auxiliados pelas ferramentas teórico-metodológicas de Michel Foucault, adotamos o *discurso* como uma prática organizadora da realidade. Em vista disso, interessa-nos analisar os discursos educacionais, relacionando-os com os demais campos do *saber*; afinal, as práticas discursivas constitutivas do sujeito contemporâneo não se reproduzem de forma fragmentada.

De que forma(s) somos produzidos, reproduzidos, conduzidos, submetidos, convertidos à ordem discursiva neoliberal? De inúmeras formas. Todas entrelaçadas por grupos discursivos relativos à multidisciplinaridade de regulações da vida. Buscamos, pois, responder de que forma os discursos educacionais corroboram para que “[...] o novo sujeito assume em si e para si mesmo os objetivos e os funcionamentos do sistema, e se converte em um dos agentes principais de sua continuidade”. (BERENGUER, 2018, intr., tradução nossa)⁴⁹.

Pontua-se que a análise desta seção consistiu em delinear vetores estratégicos auxiliares a compreensão de *como se faz* a educação brasileira. Dados os movimentos anteriores, propusemo-nos os seguintes questionamentos: de que forma é possível esquematizar as peculiaridades – nacionais e contemporâneas – responsáveis por engendrar um protótipo neoliberal, ao qual adotamos chamar de “neoliberalismo à brasileira”? Como a Educação é moldada pelos jogos de poder envoltos pela ordem discursiva desse protótipo?

Na busca por respostas, a investigação da produção discursiva neoliberal não teve a preocupação de pré-definir um significado para a palavra *educação*. Interessa-nos observar como o sentido da palavra é condicionado pelos jogos de poder envoltos aos discursos, que ora apontam para aspectos escolares, ora para formação existencial dos sujeitos.

Em discussões do campo educacional, é usual levantar questões sobre a função da escola para e na sociedade. Todavia, resumir a discussão a preceitos utilitaristas da teoria liberal não acrescentaria muitas “novidades” à literatura preexistente sobre a temática. Faz-se

⁴⁹ Trecho original: “[...] el nuevo sujeto asume en sí y por sí mismo los objetivos y los funcionamientos del sistema, y se convierte en uno de los agentes principales de su extensión. (BERENGUER, 2018, intr.).

necessário, para além, compreendermos de que forma uma instituição escolar transforma-se em uma agência de jovens empreendedores? Quais os ínterims responsáveis por modificar a concepção dos gestores e professores sobre a função e o significado de suas profissões? Sob quais processos esses profissionais estão submetidos? Como é produzido o constrangimento social, intrínseco ao cotidiano de atuação (a sala de aula, as reuniões pedagógicas, os encontros com as famílias, as decisões político-administrativas etc.), que torna os sujeitos incapazes de resistir à redução da função escolar à preparação para o mercado? De que modo os alunos passam a compreender o ambiente escolar como um ambiente especulativo, em que o tempo “gasto” nas salas de aula deve ser convertido, proporcionalmente, a um retorno financeiro calculado?

Essas e outras questões circunscrevem os jogos de poder envoltos às categorias analíticas emergentes do *corpus* empírico construído. Ou seja, o diagnóstico consiste em nos debruçarmos sobre as formas concretas de exercício de poder, a partir dos seguintes acontecimentos discursivos: a Teoria do Capital Humano; a dicotomia entre o investimento em *ensino básico x ensino superior*; o modelo de financiamento de *voucher* educacional; o imperativo da valorização salarial de professores de acordo com o seu desempenho; a adoção de métricas comparativas entre gastos do Produto Interno Bruto x resultados de avaliações em larga escala; e o “problema” da educação pública ter seu currículo definido pelo Estado.

Nota-se que o conjunto de práticas constituintes das concepções de educação neoliberal no Brasil apresenta-se de forma diversificada, com entrelaces dentre as ordens discursivas econômica, jurídica, administrativa etc. Alertamos, com isso, que não esgotaremos as discussões relacionadas aos diferentes campos do saber que penetram a área educacional, ainda que a seguinte trama analítica forneça elementos substanciais ao auxílio da compreensão da realidade da educação brasileira.

Ao explorar aspectos das reformas educacionais que estão ocorrendo no Brasil, Ball *et al.* (2013) mencionam a importância de se observar ações provindas de inúmeras organizações internacionais. Para os fins desta pesquisa, compreendemos o Fórum da Liberdade como um compilador/reprodutor de discursos neoliberais globais em que, a partir das apropriações feitas pelos membros e parceiros do Instituto, são recriadas concepções de educação adaptáveis ao contexto nacional. Com essa perspectiva, buscamos conceber de que forma os ditos emergentes da série *Pensamentos Liberais* se entrelaçam e corroboram à produção da educação neoliberal brasileira contemporânea, iniciando nossa escrita pela observação dos discursos produtores da noção de *crise* educacional.

3.3.1 Educar para o mercado: a produção da crise da educação brasileira

Não é preciso estudar muito para se conceberem conclusões acerca de nosso modelo educacional. (PETERSEN, 2014, p. 55, Série Pensamentos Liberais, 18).

Triste realidade da educação no Brasil. (OLIVEIRA, 2017, Série Pensamentos Liberais, 21).

Escolas despejam no mercado de trabalho jovens incapazes. (SILVEIRA, 2003, p. 195, Série Pensamentos Liberais, 7).

Como podemos esperar ser um país levado a sério na educação se um dos maiores governantes destes últimos anos de governo do PT é uma pessoa que se orgulha de não ter chegado à quinta série do ensino fundamental e se orgulha de não saber falar corretamente? (CHANIN, 2016, p. 203, Série Pensamentos Liberais, 20).

Os líderes de hoje talvez não tenham mesmo o interesse de educar seu povo de forma adequada, pois as suas políticas eleitorais não mais funcionarão de forma tão simplista. (KULKES, 2014, p. 152, Série Pensamentos Liberais, 18).

Existe uma grande parcela da população que vê na faculdade uma oportunidade de se socializar e se divertir, como em um clube de lazer. (LING, 2012, p. 114, Série Pensamentos Liberais, 16).

O sistema de cotas estimula o preconceito e desvaloriza a meritocracia, além de dividir uma nação por cor e/ou descendência. (SOUZA, 2009, p. 83, Série Pensamentos Liberais, 13).

A privatização da educação tende a melhorar um sistema falido e problemático no Brasil. (KULKES, 2014, p. 160, Série Pensamentos Liberais, 18).

Iniciamos a trama desta seção com uma epígrafe composta de excertos extraídos de artigos da série *Pensamentos Liberais*, no intuito de sinalizar ao leitor como a crise do sistema educacional brasileiro vem sendo discursivamente produzida. Encaramos o discurso da crise como um mecanismo gerador de condições de possibilidade para as proposições de reformas educacionais. Em vista disso, buscamos delinear elementos atuantes no processo de submissão do campo educacional brasileiro à adoção da crise como uma “verdade” de nossa época.

Para tentarmos compreender tais formações discursivas, observamos diferentes formas de governo dos sujeitos ligados ao campo educacional. O elo entre as investigações sobre o funcionamento do neoliberalismo e a educação se dá na invenção do *ser neoliberal*, “[...] resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade”. (LARROSA, 1994, p. 43).

No Brasil, nos dias de hoje, nota-se uma vontade de verdade cotidiana em desmoralizar e desacreditar tanto o sistema educacional, de forma geral, quanto toda a comunidade escolar. Primeiro, banaliza-se a análise: “o sistema educacional é péssimo e não há brechas para pensar diferente”. Após, delega-se à escola pública, aos professores e alunos, a responsabilidade pelas crises que nutrem o sistema neoliberal. Para Patto (1999, p. 74), é usual mencionar a “humildade” dos sujeitos envolvidos ao campo educacional e silenciar a humilhação a qual estão submetidas a escola, os professores, os alunos e famílias humildes, de forma que “[...] a crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade.” (PATTO, 1999, p. 74).

Ataca-se os líderes populares, empregando violência aos enunciados. Aproveita-se da velocidade de propagação da informação em nossa época e inunda-se os campos de debate democráticos com mensagens negativas, “[...] cinco vezes mais eficazes em sua influência do que as positivas. Portanto, trata-se de inserir negatividade de conteúdos na imagem da pessoa que se quer destruir, a fim de eliminar o vínculo de confiança com os cidadãos.”. (CASTELLS, 2018, cap. 1).

Mascara-se o preconceito de cor e raça, historicamente presente na formação do povo brasileiro, a partir do discurso do *mérito*, e delega-se as culpas pelos “fracassos” educacionais

À escola e, por consequência, à educação credita-se a solução de vários problemas sociais, econômicos, políticos e culturais. Nesse contexto, um debate que ganha força é sobre o papel da escola na formação de sujeitos “preparados” para a vida em sociedade, regulada, em grande medida, pelas relações de trabalho, que se modificaram drasticamente na passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. (KLAUS, 2017, p. 346).

Consciente das modificações históricas em curso na sociedade, Walter Lippmann, em seus apontamentos sobre as necessidades intrínsecas a refundação do liberalismo, apontou dois aspectos propriamente humanos da política global de adaptação a competição: a eugenia e a educação. (DARDOT; LAVAL, 2016). Quando desconsideramos tais pressupostos, cria-se uma confusão interpretativa no imaginário popular sobre o sentido de *educação de qualidade* almejada pelos interesses empresariais.

Para uma educação de qualidade, é imprescindível a adoção de políticas meritocráticas em detrimento do igualitarismo. Qualquer tentativa de igualitarismo e uniformidade força o nivelamento para baixo, desestimula o desenvolvimento do talento e do poder de raciocínio. No Brasil, as escolas são direcionadas ao conteúdo curricular, e as ideias das crianças que se sobressaem tendem a ser desvalorizadas. (STEFANI, 2015, p. 78, Série Pensamentos Liberais, 19).

A estruturação de currículos politizados e padronizados acaba ignorando as virtudes individuais, nivelando a educação de médio para baixo. Dar ênfase ao grupo é limitar os mais capacitados. A educação de forma obrigatória prevê que todos devem aprender o mesmo, e para que todos a absorvam tende a se ensinar para os mais limitados, o que gera redução na qualidade do nível de ensino, prejudicando as individualidades de cada estudante. (OLIVEIRA, 2017, p. 24, Série Pensamentos Liberais, 21).

Existe a ilusão de que alguém, com mero esforço e força de vontade, consiga ultrapassar as barreiras cognitivas e exercer qualquer profissão, passar em qualquer teste ou aprender qualquer conceito. Mas essa realidade é claramente falsa, e todos sabemos que as pessoas são distribuídas conforme um conjunto de habilidades. (LING, 2012, p. 112, Série Pensamentos Liberais, 16).

Na formulação da crítica à escola, o termo *educação* ganha significado nas arestas dos escritos de *Ação humana: um tratado de economia* (1949). A leitura da obra de Mises (2010, p. 994) aponta uma visão na qual “[...] a educação geral representa um papel de menor importância na formação das ideias políticas, sociais e econômicas das novas gerações”. Para o autor, inclusive, é um problema a análise social apontar a educação como um indicador dentro dos processos competitivos.

Também se afirma frequentemente que o fracasso do homem pobre no processo de competição é causado por sua falta de instrução. Só pode haver igualdade de oportunidade, costuma-se dizer, quando a educação, em qualquer grau, se torna acessível a todos. Prevalece hoje a tendência de reduzir as diferenças entre as pessoas a diferenças de educação, negando-se a existência de diferenças inatas como a inteligência, a força de vontade e o caráter. Geralmente não se percebe que a educação nunca pode ser mais do que uma doutrinação de teorias e ideias já conhecidas. A educação, qualquer que seja o seu benefício, é transmissão de doutrinas e valores tradicionais. É, por necessidade, conservadora; produz imitação e rotina, e não aperfeiçoamento e progresso. Os inovadores e os gênios criadores não se formam nas escolas. Eles são precisamente aqueles homens que questionam o que a escola lhes ensinou. (MISES, 2010, p. 375).

Para Mises (2010, p. 375) “[...] não é possível ensinar uma pessoa a ser empresário. [...] Os homens de negócios mais bem sucedidos foram frequentemente ignorantes, se considerados os critérios escolásticos do copo docente”. Em sua obra, também a crítica aos professores se faz contundente, com a figura do professor universitário resumida a um reproduzidor de ideias de grupos de pressão, tidos, à priori, como intervencionistas/socialistas que mantêm seu prestígio junto ao meio acadêmico por meio de constantes publicações sem importância real.

Além disso, na visão dele (Peter Thiel – fundação Thiel Fellowship), muitos jovens geniais estão perdendo seu tempo na faculdade, quando poderiam estar aprendendo mais na prática, no mundo empresarial. (LING, 2012, p. 122, Série Pensamentos Liberais, 16).

Qual seria o papel da educação no imaginário neoliberal? Talvez contribuir para a formação de uma *sociedade individualizada*, tal qual a nomenclatura proposta por Bauman (2008). Adjetivar a sociedade torna-se indispensável para a tentativa de compreendermos de que forma o neoliberalismo transforma todo e qualquer caráter *social* em competências individuais.

‘Sociedade’ é um termo pejorativo para a direita hoje, que denuncia os ‘guerreiros da justiça social’ [*social justice warriors ou sjws*] por minar a liberdade com uma agenda tirânica de igualdade social, de direitos civis, de ação afirmativa e até mesmo de educação pública. (BROWN, 2019, p. 39).

Esvaziada de qualquer caráter social, a escola forjada nos moldes neoliberais deve atender “[...] à revolução permanente dos métodos e das estruturas de produção, deve corresponder igualmente à adaptação permanente dos modos de vida e das mentalidades”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 90). Com isso, “[...] a intenção é de orientar a educação para as necessidades da indústria e reorganizar as escolas e as salas de aula de acordo com esquemas orientados para a formação profissional futura que se pretende”. (SILVEIRA, 2003, p. 203, Série Pensamentos Liberais, 7). As práticas educacionais passam a submeter-se ao *futuro*, compreendido como uma forma de governo das condutas contemporâneas.

Esse futuro não é algo decretado pelo Destino e alheio às nossas próprias atividades. Tampouco é um futuro de espaços estranhos ou inesperados contra os quais deveríamos lutar. É um futuro mobilizado para a formatação das pessoas no presente. (POPKEWITZ; OLSSON; PETERSSON, 2009, p. 80).

Na realidade nacional, pode-se enxergar os efeitos de tais práticas em um nome/*slogan* sugestivo: *Future-se*; o programa lançado pelo Ministério da Educação brasileira para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo⁵⁰.

Em recente análise, Gaió e Sousa (2020) demonstraram preocupação com a implantação do projeto e seu possível impacto para a educação superior. Os autores consideram a lógica discursiva empresarial constituinte do *Future-se* como uma manifestação de ensejos antidemocráticos, capazes de desestruturar

[...] instituições historicamente responsáveis não apenas por uma formação profissional, mas que se configuram e se inserem na sociedade enquanto espaços de críticas, de debates, de propostas e, sobretudo, de diversidade, de pluralidade, de autonomia. (GAIO; SOUSA, 2020, p. 2).

⁵⁰ MEC ([2019?]).

No plano de fundo do projeto do Governo nacional, há um elemento implementado como uma tecnologia política neoliberal, que funciona como elo entre a submissão ao futuro e a especulação mercadológica, pautada pela incerteza constante: falamos das políticas de *austeridade*. “O pressuposto teórico para o sucesso das políticas de austeridade é o aumento da confiança dos agentes privados. A austeridade é o instrumento e a solução para restaurar a confiança do mercado o que, por sua vez, seria causadora de crescimento econômico”. (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p. 19). Contudo, a vontade de verdade presente no discurso da crise nacional, seguida a consequente necessidade da aplicação de medidas econômicas austeras, encontra a realidade como obstáculo do futuro especulado.

Como demonstram Rossi; Dweck e Arantes (2018), há um conjunto de contestações direcionadas a estudos que apontariam a efetividade das políticas de austeridade aplicada em países membros da OCDE. Entre os argumentos, cita-se que, em torno de 80% dos países analisados, a austeridade não foi aplicada em uma fase de desaceleração econômica do país. Além disso, “[...] o crescimento econômico posterior ao ajuste fiscal foi menor do que o do período prévio ao ajuste. Ou seja, a austeridade contribuiu para a queda da taxa de crescimento econômico em relação àquela que vigorava antes dela”. (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p. 23).

Não será surpresa, diante das considerações feitas, que a educação pública brasileira padeça em diferentes graus de ensino. Ainda que “[...] mesmo instituições conservadoras como o FMI reconheçam o estrago que os cortes de gasto podem fazer em uma economia frágil” (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p. 27), o Brasil condena o futuro de sua pesquisa acadêmica em nome da austeridade, como demonstram os recentes cortes orçamentais direcionados ao ensino superior, em que “[...] o maior corte deverá ocorrer na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que deverá ter em 2020 um orçamento de R\$ 2,20 bilhões, contra R\$ 4,25 bilhões em 2019”. (GAIO; SOUSA, 2020, p. 6). Da mesma forma, para Oliveira (2018), os efeitos das políticas neoliberais empregadas no Brasil sinalizam que o investimento na formação de pesquisadores não é algo prioritário em nosso país, como se pode perceber observada a queda real de valores direcionados à educação brasileira, em especial ao ensino superior, que teve a assistência estudantil ameaçada e sofreu brusca queda no número de matrículas.

A partir de tais observações, passa-se a compreender como, de algumas formas, o neoliberalismo se retroalimenta das próprias crises forjadas pela sua racionalidade. O processo de submissão da educação à prática de *especular o futuro* obriga, sutilmente, os sujeitos escolares a agirem e existirem como *empreendedores*. As escolas que não seguirem

as “práticas necessárias”, formuladas para atender o cidadão do século XXI, estarão fadadas a crise. Explica-se, pois, como a avaliação da educação, aos moldes neoliberais, sugere que

Os resultados têm se traduzido em crianças de baixo poder aquisitivo sem acesso à educação de qualidade, um enorme número de analfabetos funcionais, resultados pífios em exames internacionais, conflitos ideológicos no âmbito escolar, produção acadêmico-científica nacional irrelevante, falta de mão de obra qualificada, e estudantes e suas famílias à mercê de escolas que não lhes prestam contas pelos maus serviços oferecidos. (CAMARGO, 2018, p. 213, Série Pensamentos Liberais, 22).

O insucesso escolar apontado condiz com as incompatibilidades percebidas entre os objetivos historicamente reconhecidos da educação pública e as visões de mundo do neoliberalismo, que impossibilitam os processos escolares de transgredir a qualquer “[...] tábuas de valores que não seja aquela emanada do mercado; por isso, precisamente, não tem como problematizar uma série de significações vitais, como, por exemplo, os sentidos de sucesso e o fracasso, felicidade e infelicidade, justiça e injustiça etc.”. (GADELHA, 2017, p. 135).

A necessidade das reformas escolares é produzida pelo conflito de ideias e poderes que perpassam o discurso educacional, ao passo que os modos de ressignificação da educação são tramados e aplicados por meio de sutis táticas e técnicas, a fim de “[...] fazer uma re-descrição do social em termos econômicos através de uma aplicação generalizada da ‘abordagem econômica’ ao comportamento humano”. (LÓPEZ-RUIZ, 2009, p. 229). É possível que a Teoria do Capital Humano, como uma das ferramentas dispostas a ressignificar a educação, seja a tecnologia política mais sofisticada aplicável a produção e reprodução permanente do neoliberalismo contemporâneo, como discutiremos a seguir.

3.3.2 Objetivo da educação: formar capital humano

A educação e a formação de capital humano estão intimamente ligadas. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 20, Série Pensamentos Liberais, 5).

Como todos sabemos, a educação do povo é um dos mais valiosos recursos de uma nação, principalmente em um mundo em que o capital humano ganha cada vez mais importância frente ao capital físico. (FUHRMEISTER, 2013, p. 120, Série Pensamentos Liberais, 17).

A sociedade tem um interesse essencial de todos tenham ensino de primeiro grau de boa qualidade; sua duração e padrões de qualidade são objetos de normas internacionais hoje. E tal ensino fundamental, depois de trabalhos de economistas como Gary Becker, é considerado capital humano e investimento, e não meras despesas correntes, como dizia há pouco uma autoridade de nossa república. (MACEDO, 2006, p. 313, Série Pensamentos Liberais, 10).

A análise do papel do capital humano no processo econômico parte da constatação de que, para aumentar a produção *per capita* e vencer o atraso, é necessário investir no fator de produção homem. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 35, Série Pensamentos Liberais, 5).

Essa dimensão desconhecida do capital está recém sendo integrada à teoria econômica, onde muitos concluem que o “investimento” em educação é semelhante ao feito em um bom negócio. A ênfase na educação sem um investimento paralelo em capital físico produz situações como a da Argentina, onde doutores em Ciências Comportamentais ou Ciências Políticas são ascensoristas ou motoristas de táxi. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 40-41, Série Pensamentos Liberais, 5).

Para formar capital humano, “[...] a *formação permanente* tende a substituir a *escola*, e o controle contínuo substitui o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa”. (DELEUZE, 1992, p. 221). A família, no processo de empresariamento da vida, também passa a ocupar papel importante na formação escolar. Racionalizam-se as práticas cotidianas de forma que tudo passe a ser especulativo, tudo tem caráter de investimento.

Formar capital humano, formar, portanto espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de “investimentos educacionais”. [...] o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso, os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional. (FOUCAULT, 2008a, p. 315).

A noção de *capital humano*, presente nos discursos do Instituto de Estudos Empresariais, desde o primeiro volume da série *Pensamentos Liberais*, impõe-se como um fio condutor para a compreensão da educação neoliberal brasileira. De todo modo, faz-se importante sublinharmos que a Teoria do Capital Humano não circunscreve os discursos educacionais a partir de uma ideologia capitalista.

Para Veyne (1998, p. 257), “[...] por falta de coisa melhor, acabamos por amarrar as duas pontas da corrente com um pedaço de barbante chamado ideologia”. Além disso, acabamos nos esquecendo que as sucessivas práticas sociais constituintes do tempo presente não foram “postas” na realidade de forma racional e consciente. Ou seja, o capital humano não se tornou o trunfo do neoliberalismo contemporâneo através de um projeto de alienação da mão-de-obra. Pelo contrário, tornar-se um capital humano é a razão de existir na Contemporaneidade, o único projeto de vida possível e desejado.

Os sujeitos neoliberais são empreendedores criativos, solipsistas, individualistas e desenvolvem um tipo de subjetividade que o neoliberalismo necessita para sobreviver. Eu penso que é necessário compreender tais desdobramentos como um conjunto de mudanças econômicas concretas, mas também como um conjunto de mudanças no interior das subjetividades. Ou como se tem dito (Barnes *et al.*, 2003),

o neoliberalismo não é algo que está apenas “lá fora”, na economia, mas também aqui dentro, em nossas cabeças. (BALL, 2013, p. 462).

A formação de *capital humano* torna-se, nesses termos, o motor do capitalismo presente. Com isso, a função da educação para o neoliberalismo transgrede as análises preocupadas apenas com os movimentos do meio empresarial em transformar instituições públicas em escolas privadas. Isso não significa que esse movimento privatista não esteja ocorrendo, todavia o objeto analítico está voltado a um foco incompleto. A racionalidade neoliberal não se constitui a partir da simples implementação institucional das privatizações, mas por um arcabouço discursivo estrutural a um conjunto de práticas, de modo que

As pessoas capitalizam-se consumindo e podem fazê-lo de inúmeras formas: capitalizam em qualidade de vida, por isso é legítimo investir em viagens; capitalizam na própria carreira, por isso é legítimo investir tempo e dinheiro em treinamentos; capitalizam em relacionamentos, por isso é legítimo investir em sofisticados caros objetos de design na decoração de suas casas; capitalizam em cultura, por e isso é legítimo investir em cursos acelerados que deem os códigos sistematizados para que a *fast culture* possa ser digerida-comentada-capitalizada. (LÓPEZ-RUIZ, 2009, p. 227-228).

Como imperativo discursivo no campo educacional, a Teoria do Capital Humano possui uma historicidade na educação brasileira. Para retomá-la, voltamos a Patto (1999) e sua investigação sobre a natureza do discurso do fracasso escolar nos artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). Conforme a autora, os textos componentes da revista “[...] se movimentam nos limites do ideário liberal e invariavelmente partem da crença de que a universalização e a diversificação do ensino promovem a igualdade de oportunidades e são a garantia de um regime democrático”. (PATTO, 1999, p. 116).

É notória, dentre suas observações, a presença de discursos voltados à Teoria do Capital Humano como norte de um dos editoriais da revista analisada

[...] a grande riqueza de uma nação está em seu potencial humano, na inteligência de sua gente. Este manancial não foi ainda plenamente explorado, deixando essa fonte de energia (o cérebro humano) sem utilização na maior parte do tempo. (PATTO, 1999, p. 125).

Hattge (2014, p. 67), ao observar um dos primeiros movimentos orientados a reformar a educação brasileira, destaca as discussões da Escola Nova “[...] em que se entendia que prover acesso à educação, buscando desenvolver o Capital Humano seria uma importante via para o desenvolvimento das nações”. De mesma forma, referindo-se aos liberais-democratas brasileiros, Patto (1999, p. 134) destaca no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*,

A brecha deixada ao preconizar o ensino profissionalizante, “de preferência manual”, aos trabalhadores braçais – criando uma evidente cisão no discurso democratizante que de um lado grifava a necessidade de distribuir o alunado pelas várias modalidades de ensino de acordo e somente de acordo com suas aptidões e de outro associava um tipo de ensino a uma classe social.

Para Freitas (2018, p. 43), podemos notar que “[...] no Brasil essas ideias se agrupam de várias formas, uma delas como um movimento pretensamente ‘apolítico’ sob o manto de serem ‘todos pela educação’”. Trocadilhos à parte, Hattge (2014, p. 74) explica que na visão do movimento Todos Pela Educação, “[...] a educação é a principal responsável pelo desenvolvimento de um país. Sem educação formal, sem desenvolvimento do capital humano dos sujeitos, não há como o país avançar em termos de desenvolvimento”.

Todavia, o desenvolvimento neoliberal almejado não é equivalente ao de Vieira (2010, p. 27), em que se conciliam “[...] desenvolvimento econômico e social (com planejamento estatal) com fortalecimento da democracia via participação política, juntamente com a consolidação da cidadania e dos direitos”. Conforme expressado pelos discursos de nosso *corpus* empírico, o desenvolvimento esperado pela formação de capital humano “[...] parte do esforço de acumulação de capital – como investimento na capacidade produtiva da população, entendida como função de sua saúde e educação básica, bem como do seu grau de competência profissional, empresarial, científica e tecnológica”. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 36-37, Série Pensamentos Liberais, 5).

Com isso, tornamo-nos *capitalista*, ao mesmo tempo em que o projeto educacional forja nossos desejos *consumistas*, conforme as observações de Bauman (2010, p. 42) sobre a *modernidade líquida*: “O consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável. Sendo assim, porque ‘o pacote de conhecimentos’ adquirido na universidade deveria escapar dessa regra universal?”.

Para Bauman (2010), no mundo líquido, a solidez das coisas, bem como dos vínculos pessoais, é vista como uma limitação de liberdade, em função da ameaça de se perder uma oportunidade futura que inevitavelmente surgirá. De mesmo modo, as práticas educacionais tornam-se líquidas na Contemporaneidade, como descreve Silveira (2003, p. 196, série Pensamentos Liberais, 7)

Naquele tempo, as regras eram estudar, encontrar um emprego e permanecer nele a vida inteira. Na Era da Informação, as regras são outras: estudar, tirar boas notas, encontrar um emprego, preparar-se para esse emprego mantendo-se constantemente atualizado das últimas novidades da área em âmbito nacional e mundial. Depois, encontrar uma nova empresa, um novo emprego e continuar a se preparar.

Assim materializa-se o imperativo do “aprender ao longo de toda a vida” (DELORS *et al.*, 1996), em que além do ambiente escolar, “[...] o mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é *autoconstrutivo*”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 140).

Se o mercado é um processo de aprendizado, se o fato de aprender é um fator fundamental do processo subjetivo do mercado, o trabalho da educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura da empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica. O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 150-151).

“Quem poria em dúvida hoje o valor da riqueza humana e a bondade de todo investimento que tenda a incrementá-la?”. (LÓPEZ-RUIZ, 2009, p. 219). Tal questionamento leva a reflexão de quão sedutoras são as práticas neoliberais, ao ponto de transformarem a “nova esquerda” naquela “[...] que aceita o quadro da globalização liberal e exalta todas as oportunidades que podem ser tiradas disso para o benefício do crescimento e da competitividade das economias”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 237).

A esquerda moderna é também aquela que admite que a principal fonte de riqueza e crescimento, se não a única, é a empresa privada, e conclui que, em todas suas ações, o poder público deve promovê-la e, no que diz respeito ao fortalecimento de serviços públicos, deve desenvolver parcerias com esse importante agente da economia. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 237-238).

É nesse sentido que importa observar os ditos sobre a necessidade de capitais humanos contemporâneos adaptarem-se a um mercado “autorregulado” em função da produção de necessidades atreladas à vivência capitalista. Delimita-se as opções de escolha disponíveis dos sujeitos, oferecendo-lhes uma liberdade artificial. Com isso, para López-Ruiz (2019, p. 226), “[...] o que a teoria do capital humano consegue fazer é transformar o consumo num ‘investimento’ e, portanto, o consumidor num “investidor”, que “[...] cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que só dependeria dele mesmo”. (FREITAS, 2018, p. 24). Assim, o sujeito contemporâneo, forjados por tais práticas, reduz “[...] a vida a uma luta econômica cotidiana, uma luta que cada indivíduo trava *com* e *contra* os demais e *consigo* e *contra* si mesmo”. (VEIGA-NETO, 2012, p. 5).

Como nos diz Larrosa (1994, p. 48), “[...] o que somos, ou melhor ainda, o que sentimos que somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos”.

Estamos contando histórias em que acreditamos ser “[...] improvável que uma economia emergente consiga competir em um mercado global de forma eficiente com essa defasagem relativa em seu nível de capital humano.” (TORRES, 2017, p. 68, Série Pensamentos Liberais, 21). Como consequência, tornamo-nos capitais humanos que,

[...] com todas as outras formas de capital, são constrangidos pelos mercados, tanto em termos de insumo quanto de produtos, a se comportar em formas que irão superar a concorrência e se alinhar conforme as boas avaliações sobre a provável direção desses mercados. (BROWN, 2017, p. 282).

Percebe-se como a educação voltada à produção de capitais humanos age em função de “[...] uma verdade sobre si mesmos que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir”. (LARROSA, 1994, p. 55). Todavia, a sofisticada maquinaria constituinte da racionalidade neoliberal necessita, ainda, mobilizar outros mecanismos de subjetivação; pois

Por mais influente que tenha sido por si só essa concepção do *homem como capital* – o que é propriamente o significado do conceito de “capital humano” – ela não conseguiu produzir as mutações subjetivas de massa que se podem constatar hoje. Para isso, foi necessário que ela tomasse corpo materialmente pela instauração de dispositivos múltiplos, diversificados, simultâneos ou sucessivos, que moldaram duradouramente a conduta dos sujeitos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 215).

Orientados pelas recorrências discursivas de nosso *corpus* empírico, seguimos à próxima seção, buscando compreender as formas pelas quais outros elementos juntaram-se à Teoria do Capital Humano, potencializando a presença da racionalidade neoliberal na educação brasileira. Passamos a discutir, primeiramente, os *vouchers* escolares e sua promessa de libertação do poder estatal.

3.3.3 Voucher escolar: o fim do Estado ineficiente e a devolução da “liberdade”

Neste momento nos questionamos: que saída poderíamos tomar se as escolas públicas não têm condições de receber seus alunos e as privadas são consideradas de alto custo financeiro pela maior parte da população? A resposta será dada neste artigo, mas não como novidade, pois o governo chileno conseguiu implementar um sistema que resolveu esse complicado dilema quando programou o sistema de vouchers em seu país. (KULKES, 2014, p. 150, Série Pensamentos Liberais, 18).

O sistema de vouchers, ou “bônus escolar”, consiste no pagamento destinado a custear a educação, feito pelo governo, e entregue aos pais do aluno, para que o empreguem no estabelecimento particular. (TUMELERO *et al.*, 2001, p. 49, Série Pensamentos Liberais, 5).

O sistema de vouchers na educação básica é uma solução, no longo prazo, para transferência dos alunos da rede pública para a rede privada. O Estado deixa de ser provedor do ensino, mas mantém sua atribuição de garantir acesso à educação básica por meio de financiamento da rede privada. Além de elevar a qualidade do ensino de

forma mais rápida, considerando que o custo por aluno em escolas privadas tende a ser menor do que em escolas públicas, o governo poderia atender um maior número de estudantes com o mesmo investimento. (STEFANI, 2015, p. 83, Série Pensamentos Liberais, 19).

A educação prestada é precária e parece estagnada demais para receber feedbacks e promover melhorias. Além disso, a resposta aos pais pode ser sempre a mesma. Não há capacidade para atender as demandas, os professores ganham pouco, e os recursos são escassos. O sistema de vouchers visa tornar o cidadão um cliente de verdade, que tem capacidade de fazer exigências e escolhas mais tangíveis. (PETERSEN, 2014, p. 58, Série Pensamentos Liberais, 18).

Caberá a cada família priorizar, dentre os produtos e serviços, aqueles que julgar mais importantes. Como os recursos serão limitados, o gerenciamento dos gastos terá de ser feito cuidadosamente, e, a depender do que for comprado, possivelmente a família terá de complementar com seus próprios recursos. (CAMARGO, 2018, p. 220, Série Pensamentos Liberais, 22).

Uma importante referência bibliográfica presente na formação intelectual dos neoliberais brasileiros é o livro *Liberdade para escolher* (1980), de Milton Friedman e Rose Friedman. Para o economista da Escola de Chicago e sua companheira, a caracterização dessa liberdade que

[...] resume todas as qualidades que se tem o direito de esperar do capitalismo concorrencial, é uma das principais missões do Estado. É tarefa sua não apenas reforçar a concorrência nos mercados existentes, mas também criar concorrência onde ela ainda não existe. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 223).

Os autores, na obra referida, dissertam sobre o programa de *vouchers* para os ensinos fundamental e médio. Em um dos trechos, consta a descrição do ambiente de um colégio paroquial, situado em uma área pobre de Nova York, financiado, em parte, por uma instituição filantrópica católica. Segue o relato de Friedman e Friedman (2015, cap. 6)

Os jovens do colégio estão lá porque assim seus pais escolheram. Quase todos são de famílias pobres, mesmo assim seus pais estão, quase todos, pagando ao menos uma parte dos custos. As crianças são bem-comportadas, ansiosas por aprender. Os professores são dedicados. O ambiente é calmo e sereno. O custo por aluno é bem menor do que nos colégios públicos, mesmo contabilizados os serviços gratuitos das professoras que são freiras. Mesmo assim, na média, as crianças estão dois anos à frente de seus colegas do ensino público. Isso porque os professores e os pais têm a liberdade de escolher como as crianças devem ser ensinadas. O dinheiro particular substitui o dinheiro do imposto. O controle foi retirado dos burocratas e devolvido a quem pertence.

O cenário descrito remete-nos ao desejo da elite brasileira, curiosamente endossado por grande parte de nossa classe média, de transformar seus filhos em “seres superiores” por meio da educação. Tal fetiche, expresso no Brasil contemporâneo, remete-nos aos escritos de Nietzsche (2019, p. 46), em *Sobre a genealogia da moral* (1887), fazendo-nos crer que o

brasileiro supôs ser “[...] verdadeiro o que agora, em todo caso, se acredita como ‘verdade’, que o *sentido de toda cultura* é justamente criar um animal manso e civilizado, um *animal doméstico*, a partir do animal de rapina ‘homem’ [...]. (grifos do autor).

Como nos mostram Dardot e Laval (2016), o campo moral é muito caro ao neoliberalismo, e os agentes públicos são retratados como os principais vilões das narrativas produzidas. “O grande tema neoliberal afirma que o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem-feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 2010). Os *slogans* das campanhas da *nova direita* em nossos dias atuais dizem tudo:

“Make America great again” [Faça a América grande de novo] (Trump), “A França para os franceses” (Le Pen e a Frente Nacional), “Take back control” [Recupere o controle] (Brexit), “Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha” (Alternativas para a Alemanha), “Polônia pura, Polônia branca” (Partido Polonês da Lei e da Justiça), “Mantenha a Suécia sueca” (Democratas Suecos). (BROWN, 2019, p. 14).

Poderíamos acrescentar ao conjunto de *slogans* do *marketing* político contemporâneo a conhecida frase vencedora da última eleição presidencial brasileira: *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Uma combinação de elementos direcionados a cativar cristãos e nacionalistas, mesclada a um plano de governo “político”, delineado por seguidores ortodoxos da Escola de Chicago, em que o atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, recentemente defendeu a implementação de *vouchers* educacionais, em seu discurso no Fórum Econômico Mundial, ocorrido em Davos, no ano de 2020⁵¹.

A relação entre as escolas paroquiais, mencionadas por Friedman e Friedman (2015), e a construção dos ideais de *ordem e civilidade* é observada, no contexto brasileiro, por Vasconcelos (2009), em um estudo sobre uma escola paroquial do sertão da Bahia, entre as décadas de 40 e 50. Conforme Vasconcelos (2009, p. 50), deve-se ao movimento de Contrarreforma, na Europa do século XVI, a criação das escolas paroquias, “[...] em resposta às reformas protestantes, que tinham na educação um importante fator de divulgação dos seus valores”.

“Casamentos monogâmicos, crença em Deus e espírito de empresa são os três pilares da prosperidade, uma vez que nos livramos da ajuda social, que apenas destrói a família, a coragem e o trabalho”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 212). Vasconcelos (2009) narra como no Brasil, ainda que as escolas paroquiais fundadas por imigrantes, em regiões do Sul do país, tenham encontrado divergências entre os métodos evangelizantes e o culto ao nacionalismo

⁵¹ VEJA ([2020?]).

imposto pelo Estado Novo, na experiência baiana, os valores cristãos foram casados ao amor à pátria.

Por meio de entrevistas e registros de atas locais, Vasconcelos (2009, p. 107) nos conta que as festas cívicas da época se transformaram em grandes espetáculos sociais de “[...] corpos saudáveis e disciplinados exibindo o ideal de fortalecimento da raça. Os valores eugênicos eram difundidos para toda a população através desse tipo de apresentação”. Há, ainda, menção às contradições existentes na escola paroquial, que seria idealizada para atender às crianças pobres. Contudo, em seu cotidiano, delegava grandes dificuldades às famílias carentes, que precisam arcar com gastos obrigatórios em fardas, materiais escolares e transportes dispendiosos, o que implicava no abandono da escola por parte de muitos alunos. (VASCONCELOS, 2009).

Freitas (2018, p. 18) recorda a década de 50 e a ideia velada de utilização dos *vouchers* como forma de segregação racial, “[...] vendida pelo neoliberalismo como ‘direito democrático dos pais a escolher a escola de seus filhos’, mais tarde remasterizado também como o ‘direito dos pobres de escolher estudar nas mesmas escolas particulares que os ricos frequentam’”. Conforme Freitas (2018, p. 18)

[...] uma elite (branca e mais rica) estuda em escola privada e quando necessário tem os vouchers para pagá-la com dinheiro público; uma classe média branca estuda em escolas privadas de menor custo ou públicas terceirizadas e pode também pagá-las com voucher, adicionando algum pagamento extra; e os muito pobres (e negros) continuam estudando nas escolas públicas que sobreviveram à privatização, ou nas terceirizadas de baixa qualidade.

Para Ball (2013, p. 464), “a política de ‘escolha’, por exemplo, promove enormes oportunidades para a classe média usar suas habilidades e recursos de maneira a aumentar ou manter privilégios em relação às oportunidades educacionais e sociais”. Nesse sentido, Patto (1999) recorda-nos como o livro *Quem será educado (Who Shall Be Educated)*, escrito em 1944 por Loyd Warner, professor da Universidade de Chicago, cumpre a missão de ressignificar a concepção de *igualdade* nos termos da teoria liberal, afastando-a do fim pré-estabelecido da igualdade social. “O livro tem por objetivo recuperar o sentido original da expressão ‘igualdade de oportunidades’ que, a seu ver (de Warner), havia sofrido distorções que resultaram num mal-entendido socialmente danoso”. (PATTO, 1999, p. 70).

São nesses termos que a escola

[...] desempenha também a função de garantir a ordem social democrática, pois a democracia tem por base a doutrina liberal, que dissemina a ideia de que cada

indivíduo é livre para ascender socialmente a partir da igualdade de oportunidades [...]. (HATTGE, 2014, p. 46).

Retoma-se o princípio de que a única e legítima forma de sociedade da “democrática neoliberal” se sustenta em uma visão deturbada de *liberdade*, e estrutura-se a partir da noção de *desigualdade*, visto que todos devem ter a mínima capacidade de competir, mas é necessário que uns percam para que outros vençam.

Os atenienses podem ter valorizado a liberdade, mas entenderam que a democracia está ancorada na igualdade. Segundo o critério da igualdade política, aquilo que se costuma chamar, de modo variado, de democracias liberais, burguesas ou capitalistas nunca foram democracias plenas, e quaisquer que sejam suas disposições democráticas, elas vêm sendo constantemente enfraquecidas nas últimas décadas. (BROWN, 2019, p. 34).

A substituição gradual das instituições públicas por privadas, ao “livrar” a população dos entraves burocráticos do sistema, elimina os processos de discussão, análise e avaliação, inerentes a implementações quaisquer de ações educativas; além de desfazer a necessidade de produzir registros extensos que gerem transparência e facilitem o acesso dos cidadãos às informações da coisa pública, causando grande impacto na constituição democrática das instituições escolares. (MENDES; PERONI, 2020).

A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, “mercadorização” de escola e hospital, solvência pela dívida privada) a “obrigação de escolher”, para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como “realidade”, isto é, como única “regra do jogo”, e assim incorporem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder “no jogo” e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoa num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 217).

A ironia é que tudo isso possa ser viabilizado sob o argumento de se “garantir o direito de aprendizagem para todos”. No entanto, a ironia desaparece se o verbo “garantir” foi entendido como “dar oportunidades de aprendizagem para todos” – transferindo para o estudante a responsabilidade de se tornar um “empreendedor de si mesmo”. (FREITAS, 2018, p. 121).

Ciente desses fatos, Laval (2004, p. 215) questiona: “e se soluções segregacionistas produzissem resultados escolares melhores que os de uma organização escolar socialmente ou eticamente mista, seria preciso adotá-las em nome da ‘eficácia’?” Na visão neoliberal, parece-nos que sim. E como forma de legitimar as práticas educacionais forjadas em valores antidemocráticos, os discursos neoliberais tornam “verdadeira” a evidência de “[...] que a meritocracia nas escolas é um passo essencial para que a educação seja nivelada não pelos

alunos mais atrasados, mas sim por aqueles que obtiverem sucesso em seus empenhos e, por isso, sejam premiados”. (KULKES, 2014, p. 161, Série Pensamentos Liberais, 18).

O mérito e o individualismo, adotados como pressupostos da educação neoliberal, quando contrapostos pela visão de educação pública voltada à promoção da consciência social, provocam como reações tentativas de deslegitimar o Estado, pois sua presença “[...] como agente financiador e não administrador retira o perigo da doutrinação ideológica. Pois se todos são ‘educados’ em escolas administradas pelo governo, essas escolas poderiam virar máquinas de propaganda ideológica do Estado”. (FUHRMEISTER, 2013, p. 120, Série Pensamentos Liberais, 17).

No caso brasileiro, para Ciocari (2018, p. 201, Série Pensamentos Liberais, 22), o patrono da educação nacional, Paulo Freire, é o principal responsável por levar as “doutrinas esquerdistas” para dentro das salas de aula, deixando em segundo plano o conhecimento “útil”. Para auxiliarmos a compreender a ira neoliberal, retomamos Silva (2000, p. 106), que situa Paulo Freire como um dos principais propulsores da *teoria educacional crítica*, descrevendo essa como um “conjunto das perspectivas teóricas e analíticas que se centram no questionamento do papel que a escola, o currículo e a pedagogia exercem na produção e reprodução de formas de dominação, com ênfase na dominação de classe”. Por sua vez, Zitkoski (2010) refere-se a Paulo Freire como o educador da esperança, em referência a uma das obras do filósofo e professor brasileiro. Tal esperança estaria depositada na educação como transformadora da realidade, de modo a promover maiores níveis de humanização do mundo.⁵²

Como vimos anteriormente, os pressupostos freireanos vão de encontro tanto a “moral” do mercado, de Hayek, quanto a liberdade de escolha de Friedman. Contudo, observamos a maior expressão de resistência em Ayn Rand e sua contrariedade a ideia de “humanização”. Para Rand (2019, p. 181-182), “o objetivo da filosofia não é ajudar os homens a encontrar o sentido da vida, mas sim provar-lhes que não existe nenhum. [...] Não há nenhum espírito humano. O homem é apenas um animal de baixo nível, sem intelecto, sem alma, sem virtudes ou valores morais”.

A orientação moral do discurso neoliberal brasileiro, ao tomar os preceitos de Ayn Rand como fundamentos, muito além de não convergir com concepções de educação como formação de capital humano, não admitem as proposições humanizadoras de Paulo Freire, em

⁵² Para ampliação de discussões a respeito do pensamento freireano, recomendamos a obra de Streck; Redin e Zitkoski (2010).

vista de sua visão da ética social como algo relativo e irracional. Como questiona Rand (2019, p. 341), “Quem é que sabe o que é o bem? Quem é que alguma vez pode saber?”.

Em partes, há, ainda, a ideia de que o caráter público do ensino público pouco importará para a expansão de uma educação de qualidade voltada a toda a população, pois o mérito está intrinsecamente relacionado ao *talento*. No imaginário neoliberal, conforme Ling (2012, p. 113, Série Pensamentos Liberais, 16), “[...] há um consenso dos pesquisadores da área da psiquiatria de que escores de QI podem prever com grande significância estatística os futuros escores acadêmicos, e de que grande parte dessa variável pode ser explicada pelo componente genético”. (LING, 2012, p. 113). Patto (1999) expõe de que forma a psicologia científica, entre os séculos XIX e XX, produziu narrativas em que se colocavam as diferenças de “talento”, utilizado muitas vezes como sinônimo de inteligência, em correlação com questões intrínsecas a raça, naturalizando a ascensão social de uma parcela da sociedade como um fato *a priori* humano, inerente às condições sociais.

Em vista disso, o discurso neoliberal preza em adotar uma análise do campo educacional voltada à racionalidade econômica, a fim de que as alocações dos recursos destinados à educação tenham o melhor retorno possível especulado. Levada em conta a dificuldade “natural” de uma criança carente se desenvolver e atingir os níveis almejados de ensino, torna-se um desperdício de recursos empreender esforços para que jovens “incapacitados” após o ensino básico frequentem o ensino superior.

Esses responsáveis políticos e econômicos, que querem combinar educação de massa e determinação mais restrita dos conteúdos pela utilidade econômica e social, são nisso acompanhados pelos reformadores pedagógicos bem prudentes que, em nome da democratização, consideram que as crianças do povo não podem, a priori, receber a cultura da elite. (LAVAL, 2004, p. 24-25).

A partir desses movimentos, passamos a conseguir visualizar de que forma se constitui “[...] a *transformação da ação pública*, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 272). Mendes e Peroni (2020, p. 68) afirmam que “[...] a privatização da educação envolve o controle das escolas e ocorre quando não há mudanças de propriedade, mas o privado assume o conteúdo da educação com pautas como o individualismo, a competição e a meritocracia”.

Com isso, aplica-se “[...] uma análise econômica que se deseja submeter a ação pública para discriminar não apenas as *agendas* e as *não agendas*, mas a própria maneira de realizar as *agendas* (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273), com as instituições de educação

pública reduzidas a espécies de bolsa de valores, em que suas ações de mercado são os alunos “rentáveis” e a pesquisa universitária sendo “[...] transformada em uma produção de bens submetidos ao regime de direitos de propriedade e comercializáveis no mercado. (LAVAL, 2004, p. 33).

Prevalece o imperativo de que “o consumidor deve tornar-se previdente. [...] Deve escolher racionalmente, em todos os domínios, os melhores produtos e, cada vez mais, os melhores prestadores de serviços [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 224), e os *vouchers* escolares são apresentados como a alternativa a liberdade (lê-se obrigação) de escolher. Contudo, conforme Freitas (2018, p. 33), “[...] no caso de não se poder instalar diretamente os vouchers, resta desenvolver a privatização por dentro das redes de ensino, ou combinar as duas estratégias”. Vemos, na próxima seção, de que formas os discursos, dispostos a reprogramar internamente as escolas, estruturam-se.

3.3.4 Reformando a escola: *performance docente, currículo e accountability*

É preciso **punir os piores**, ou seja, demitir professores que não cumprirem metas e punir escolas mais fracas com perda de transferências”. (KULKES, 2014, p. 157, série Pensamentos Liberais, 18).

O investimento em treinamento e qualificação dos professores deve ser atrelado à implementação de metas e políticas de bônus para os melhores funcionários e para escolas com melhor desempenho. Para criarmos um ambiente verdadeiramente meritocrático, que estimule a competitividade e o aumento da produtividade per capita, contudo, é **imprescindível a punição dos piores**, com risco de demissão e perda de transferências. (STEFANI, 2015, p. 77, série Pensamentos Liberais, 19).

O problema na escola é que essa defesa de interesses pessoais do corpo docente quase sempre está em dissonância com o principal objetivo da escola, que é ensinar. (FUHRMEISTER, 2013, p. 121, série Pensamentos Liberais, 17).

É preciso entender que o aumento do salário dos professores, por si, não melhora o ensino e não aumenta os níveis educacionais de uma sociedade. [...] Muito pelo contrário. Aumentar, de forma geral, o salário dos professores apenas perpetua o nivelamento nefasto que existe entre os professores públicos, bem como reafirma o poder dos sindicatos, que pouco se preocupam com a qualidade do ensino. (CESA, 2013, p. 14, série Pensamentos Liberais, 18).

Os referidos sindicatos, de forma contínua e incansável, empreendem seus maiores esforços para arrancar mais verbas do orçamento da educação a fim de aumentar o salário dos professores. Além disso, pressionam governistas para diminuir o número de alunos nas salas de aula, reduzir o número de suas horas de trabalho, aumentar a duração de férias e para que não sejam submetidos a instrumentos de avaliação ou prestação de contas de qualquer tipo. Assim, é inegável que a crescente sindicalização dos profissionais da educação tem como único objetivo a “retroalimentação” da própria categoria. (CESA, 2013, p. 21, série Pensamentos Liberais, 18).

Como vimos nas seções anteriores, o discurso neoliberal busca reformar a educação a partir de uma combinação de inúmeros elementos dispostos a privatizar não apenas prédios, mas as próprias práticas que delegam significado à vida. Tal característica foi engendrada na refundação do liberalismo, em que “[...] a palavra mais importante na reflexão de Lippmann é adaptação. (...) Essa política de adaptação da ordem social à divisão do trabalho é uma tarefa imensa, diz ele, que consiste em ‘dar à humanidade um novo tipo de vida’”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 89-90).

Por meio dos discursos educacionais, a vida “nova”, produzida pela contemporaneidade, impõe-se desde a vontade de verdade envolta à crise da educação básica, até os vários modos e estratégias de descredibilizar a educação superior. Contudo, para além de eliminar as instituições públicas, é necessário reprogramar os valores constituintes dos sujeitos. Reforma-se a escola, pois, para “[...] mobilizar a aspiração à ‘realização pessoal’ a serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229). Percebe-se, com isso, que “[...] o principal impacto dessas mudanças tem sido o de mudar o significado da educação, mudar o sentido do processo da educação, ou seja, o que significa ser educado, o que significa ser professor”. (BALL, 2013, p. 462-463).

Elemento central de todas as instituições educacionais, o profissional docente é alvo de uma grande concentração de críticas e contestações desde a formação do pensamento neoliberal. Ao retomarmos as referências clássicas da Escola Austríaca, percebemos, nas discussões remetidas ao ensino superior, que Ludwig Von Mises acreditava na existência de um “complô” acadêmico voltado a censurar os professores adeptos às teorias liberais, chamando-os, ironicamente, de “patifes”: “[...] é, pois, imperativo que se impeçam esses patifes de terem acesso à universidade e de terem os seus artigos publicados nas revistas especializadas das associações de professores”. (MISES, 2010, p. 990). Na mesma linha, para Hayek (2010, p. 13), “[...] a experiência diária do professor de universidade não deixa dúvidas de que, como resultado da propaganda anticapitalista, a alteração dos valores já está muito adiantada em relação às mudanças que até agora se têm verificado nas instituições deste país”.

Ao tratar da educação básica, em 1962, na obra *Capitalismo e liberdade*, Friedman (2017, cap. 4) escreveu que “[...] a quantidade de dinheiro gasto em educação tem aumentado em proporções extraordinariamente altas”, e “[...] o salário dos professores tem aumentado mais rápido do que os de profissões comparáveis”. No Brasil atual, desenvolver políticas

educacionais baseadas em tais pressupostos configura-se como um verdadeiro contrassenso, uma renúncia à realidade.

Conforme mostra o CPERS/Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, uma pesquisa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), órgão frequentemente utilizado como referência dos discursos educacionais para demonstrar o “atraso” do Brasil frente ao resto do mundo, indicou que o Brasil paga o segundo pior salário para seus professores, dentre 41 países estudados⁵³. A demonização aos sindicatos, imposta pelos discursos neoliberais, motiva-se em silenciar o direito democrático da classe docente de reivindicar melhores condições de trabalho.

Todavia, a melhor estratégia de silenciamento não consiste em um embate físico, virulento. Para que seja possível sufocar as denúncias de precarização docente vindas de organizações sindicais, é necessário modificar os valores dos professores para que “[...] a escola seja vista como uma ‘organização empresarial’ de prestação de ‘serviços’” (FREITAS, 2018, p. 54).

Converter a escola à empresa produz mecanismos para que sejam todos “[...] disciplinados e orientados pelas regras do mercado; elas evoluem, mudam e se desenvolvem; mas ninguém as projetou, ninguém está no comando e ninguém nos coage dentro delas. (BROWN, 2019, p. 123). Com isso, controla-se os professores e “[...] a proletarização da profissão docente torna-se invisível ou percebida como justa no contexto da acirrada competição entre trabalhadores de classe média”. (BALL *et al.*, 2013, p. 16). Contudo, para Dardot e Laval (2016, p. 229):

Esse autogoverno não é obtido espontaneamente por simples efeitos de um discurso sedutor de gestão que manipula a aspiração de cada indivíduo à autonomia. Esse controle da subjetividade somente é operado de maneira eficaz dentro de um contexto de mercado flexível, em que a ameaça de desemprego está no horizonte de todo assalariado.

Ele também é resultado de técnicas de gestão que tentaram objetivar as exigências de mercado e de rentabilidade financeira na forma de indicadores numéricos de metas e resultados, e mediante a individualização dos desempenhos medidos e discutidos em entrevistas pessoais, fazer com que os assalariados interiorizem a necessidade vital para eles de melhorar continuamente sua “empregabilidade”.

No campo educacional, os ranqueamentos oriundos de avaliações em larga escala funcionam como ótimas ferramentas de subjetivação e domesticação docente. Segundo Larrosa (1994, p. 50), “[...] ‘pensar’ sobre a educação implica construir uma determinada

⁵³ CPERS ([2019?]).

auto-consciência pessoa e profissional que sirva de princípio para a prática, de critério para a crítica e a transformação da prática, e de base para a auto-identificação do professor”.

Quando o profissional docente é submetido a discursos tais como: “apesar de o Brasil gastar muito dinheiro em educação, está longe do topo do ranking em relação à escolarização” (DAMIANI, 2019, p. 130, Série Pensamentos Liberais, 23); constroem-se realidades que coagem as práticas escolares e pedagógicas a balizar o significado de *educação de qualidade* como uma alocação de recursos mínima que produza resultados (em termos de *rankings*) máximos.

Conforme Petersen (2014, p. 59, Série Pensamentos Liberais, 18), “[...] esse tipo de avaliação com foco nos fins (resultados) traz *insights* muito mais interessantes do que a avaliação dos meios (processos), permitindo às escolas maior liberdade para testar diferentes métodos de ensino. Dentro do novíssimo vocabulário de *coaching*, *insight* é um dos termos da moda. Conforme o Instituto Brasileiro de Coaching, pode-se compreender o termo com “uma lâmpada que se acende sobre sua cabeça mostrando algo que está acontecendo ao seu redor e que (você) não fazia ideia”⁵⁴.

Propomos ao leitor o *insight* de que se ignoramos o processo, não compreenderemos as formas pelas quais chegamos aos resultados, o que implica em fragilidades e simplificações analíticas. Desse modo, desnaturalizar as verdades enunciativas faz-se necessário para que possamos pensar a educação de uma forma crítica e reflexiva.

Exemplo disso é aceitarmos que “o Brasil gasta muito dinheiro com educação”. Se observamos tal enunciado mais de perto, veremos que em levantamento feito por Dweck (2020, p. 87), no qual se investiga a potência desastrosa da Emenda Constitucional 95 para a sociedade brasileira, contextualizada a piora do cenário econômico nacional por conta dos efeitos da Covid-19, afirma-se que as políticas de austeridade implementadas nos últimos anos levaram “o Brasil gasta por cidadão menos da metade da média da OCDE, sendo até três vezes menor do que países com Estados de Bem Estar Social desenvolvidos”.

Se observamos os dados atuais, veremos ainda que os gastos do Ministério da Educação, na atual gestão, foram reduzidos em 20%, em 2019, e seguiram a uma nova redução de 27%, em 2020. Os números do Governo atual representam o menor investimento na pasta, desde o ano de 2010⁵⁵. Ainda sobre esse ponto, Silveira; Vianna e Jorge (2020, p. 105) dissertam acerca das falácias sobre gasto, tributação e dívida pública, demonstrando que,

⁵⁴ IBC ([2021?]).

⁵⁵ Folha de S. Paulo ([2021?]).

Grosso modo, afirma-se que com carga tributária semelhante ao da média dos países da OCDE temos desempenho pífio em indicadores educacionais, de mobilidade urbana, das condições de habitação e de saúde. É raro o uso do indicador per capita dos gastos e, com ele, análises dos resultados da política. Ora, nossos gastos públicos por aluno, no caso da educação, e por habitante, no caso da saúde, são muito inferiores aos dos países centrais.

Atrelar a qualidade da educação aos indicadores educacionais é outra verdade contemporânea a ser desnaturalizada. Diane Ravitch, ex-secretária adjunta de Educação dos Estados Unidos da América, em entrevista concedida para o jornal *O Estado de S. Paulo*, afirmou que sua experiência demonstrou ser um equívoco definir metas a serem atingidas pelas escolas públicas em testes padronizados, bem como responsabilizar e punir professores pelo desempenho de seus alunos⁵⁶.

Conforme Diane Ravitch, o sistema escolar americano apenas treinava alunos para realizar testes padronizados, fato que reduzia a abrangência do processo educacional a habilidades básicas de leitura e matemática, quando para se melhorar a educação é necessário um currículo multidisciplinar, com enfoques a leitura, matemática, ciências, história, artes, geografia etc. Contudo, o que ocorreu, de fato, foram escolas encontrando formas de fraudar os exames para que não fossem fechadas ou privatizadas, e professores sendo destruídos pelas cruéis pressões e responsabilizações⁵⁷.

Para Veiga-Neto (2012, p. 10), podemos caracterizar esse processo como “[...] o desvio à direita das práticas curriculares – aqui entendido como a ênfase acentuada na avaliação – ao mesmo em que é consequência da racionalidade também contribui para a expansão e o fortalecimento dessa mesma racionalidade”, em que durante o processo de racionalização das práticas educativas, “[...] docentes são mobilizados a atender objetivos políticos a fim de alcançar um desempenho educativo e, a longo prazo, favorecer o crescimento econômico e reforçar a competitividade global”. (BALL *et al.*, 2013, p. 10). “Dito de outro modo, o que se pretende formar e transformar não é apenas o que o professor faz ou o que sabe, mas, fundamentalmente, sua própria maneira de ser em relação a seu trabalho”. (LARROSA, 1994, p. 49).

As políticas educacionais neoliberais são formuladas a partir do preceito de que “[...] o professor trabalhará mais se estiver com sua cabeça a prêmio todo dia”. (FREITAS, 2018, p. 109). “Novas linguagens incorporadas nessas políticas, tais como desempenho, competências, padronização e responsabilização, são capazes de constituir novos modos de pensar sobre o

⁵⁶ Ravitch ([2010?]).

⁵⁷ Ibid.

que os professores fazem”. (BALL *et al.*, 2013, p. 21). O profissional docente, submetido às avaliações em larga escala, torna-se eminentemente governável.

O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos de violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser de ordem física. (GADELHA, 2013, cap. 1).

Voltamos a Foucault (2008a, p. 369) para situar o governo dos corpos professorais no contexto neoliberal, em que “[...] de parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade de vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio”. No campo educacional, as principais modificações situam-se na emergência do ensino a distância. “Nesse processo, o papel do professor vem sendo redimensionado, e cada vez mais ele se torna um supervisor e incentivador dos alunos na instigante aventura do conhecimento”. (FUHRMEISTER, 2011, p. 229, Série Pensamentos Liberais, 15).

Ball *et al.* (2013, p. 15) chama esse processo *reprofissionalização*, que “[...] talvez seja melhor compreendido como uma mudança de ênfase, que se distancia das capacidades profissionais docentes, em direção a capacidades transformacionais dos líderes individuais e gestores do setor público. Como efeitos do distanciamento do *ser* docente, “(...) as bases nacionais que regulam a formação do magistério tendem a ser pragmáticas e a diminuir a sua formação teórica”. (FREITAS, 2018, p. 108).

A diminuição de valores caracteristicamente intelectuais da formação docente remete-nos, novamente, a observação das características *líquidas* configuradas pela contemporaneidade. Os processos de esvaziamento e reprofissionalização docente, remasterizados pelo imperativo do EAD, forjam um professor de “vida útil” flexível e descartável. “Como trabalhador desqualificado e mais dependente de tecnologia, o magistério é mais descartável e torna-se um apêndice das plataformas interativas em sala de aula, sendo mais facilmente adaptável aos planos de gestão de resultados e à flexibilização da força de trabalho”. (FREITAS, 2018, p. 108-109).

A mobilização dos recursos tecnológicos indispensáveis à implementação do EAD pode estar relacionada a uma nova tecnologia de governo neoliberal. Loureiro e Lopes (2015, p. 368) sugerem chamada de *governamentalidade eletrônica*, compreendida como “[...] a condução das condutas, que tem o uso das TD como condição de possibilidade para o

seu desenvolvimento. Isso faz com que a preparação da maior parcela possível da população para a utilização das ferramentas digitais se torne uma necessidade”.

O casamento entre a educação e as tecnologias digitais corrobora, ainda, com o princípio neoliberal de criação de novos mercados. Para Ball (2013, p. 463), “[...] as ideias que se converteram em mercadorias que podem ser compradas e vendidas, ou seja, são as próprias políticas que fazem parte de um “mercado global”, visto que há muitas empresas interessadas em “vender” tais ideias no mercado global de políticas educacionais”.

Stefani (2015, p. 84, série Pensamentos Liberais, 19) sugere uma ideia transformada em um empreendimento voltado a reformar o método escolar, capaz de atualizá-lo às necessidades reais dos alunos do presente. Trata-se do projeto *EdgeMakers*, um sistema já implementando em um projeto piloto, em três instituições privadas do estado de São Paulo, que “[...] integra disciplinas de criatividade, inovação, *design thinking*, *startups* e empreendedorismo em um novo currículo, com o objetivo de desenvolver o caráter, a sustentabilidade e a fluência digital das crianças”.

Muito além de preparar os alunos para o século XXI, a implantação do projeto *EdgeMakers* no currículo da educação básica sintetiza os aspectos polimórficos que engendram a (re)produção do neoliberalismo por meio de suas reformas escolares, quando, ao mesmo tempo, cria um mercado educacional; cobre lacunas referentes a *inovação* com um projeto de ensino privado; potencializa a formação de capital humano; modifica o currículo e o perfil de profissional docente necessário. Reformar a educação significa adequar os sentidos e objetivos da educação aos ideais privatistas, subjetivar alunos e professores para que retroalimentem esses ideais, conduzir e ser conduzido pelas transformações de práticas da contemporaneidade, de forma a conservar a *liberdade* de ter a obrigação de escolher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] as medidas de austeridade que esvaziam os recursos de domínios fundamentais da construção do comum de uma sociedade (como a educação); a aplicação cega das leis de gestão, provenientes do mundo dos negócios a todos os âmbitos da vida social e pessoal; a imposição de modos de falar e de certas práticas que se impõem como indiscutíveis, como inevitáveis, para traduzir a vivacidade da vida em um jargão e a um modo de viver empresarial... em tudo isso há um fio condutor, que é a imposição de que Dardot e Laval apropriadamente chamam de uma racionalidade, uma forma de pensar e fazer o mundo e uma definição de ser humano. (BERENGUER, 2018, intr., tradução nossa)⁵⁸.

Se nos estudos de Foucault sobre a Idade Média o poder régio do Rei era legitimado pela doutrina do direito natural (GADELHA, 2013), pode-se, hoje, buscando uma correlação de termos à Contemporaneidade, apontar-se que o poder do mercado é legitimado pelo discurso da *verdadeira liberdade*. O sujeito necessita constituir-se como capital humano para alcançar a *liberdade* econômica e as escolas necessitam formar capital humano para que a sociedade seja composta por sujeitos “livres” para escolher pelo que competir.

Um dos argumentos favoráveis à utilização de ferramentas foucaultianas para o exercício de análise no campo educacional, está em obter como *resultados*, possibilidades de compreensão da constituição da realidade, a partir de entrelaçamentos de práticas discursivas que forjam as relações de saber/poder vigentes. Na presente análise, desde o início da escrita, declaramos que a (in)existência do projeto neoliberal de reformar a educação brasileira não seria nosso foco analítico, pois em tal existência não há nenhuma vontade de verdade oculta.

Além disso, buscamos compreender de que forma são tecidas as concepções de educação neoliberal, pois apenas com tentativas de tramar historicamente como chegamos ao presente, conseguiremos sugerir formas outras de agir e existir. Com isso, tais conclusões, como a de Cara e Pellanda (2018, p. 188), parecem-nos carecer de sentido:

Os indicadores educacionais disponíveis, captados pelos exames nacionais de desempenho, pelo censo escolar, pelo censo populacional e pelas pesquisas nacionais de amostra domiciliar, atestam de forma inequívoca que os esforços até então implementados não foram eficazes para aproximar as condições de oferta educacional dos municípios e estados mais pobres daqueles registrados pelas regiões mais ricas do país, reforçando via a educação as gritantes desigualdades nacionais. (CARA; PELLANDA, 2018, p. 118).

⁵⁸ Trecho original: “[...] las medidas de austeridad que vacían de recursos dominios fundamentales en la construcción de lo común de una sociedad (como la educación); la aplicación ciega de leyes de gestión provenientes del mundo de la empresa a todos los ámbitos de lo social y de la vida personal; la imposición de formas de hablar y de ciertas prácticas que se imponen como indiscutibles, como ineludibles, para traducir lo vivo de la vida a una jerga y a un modo de hacer empresarial... en todo ello hay un hilo conductor, que es la imposición de lo que Dardot y Laval llaman acertadamente una racionalidad, una forma de pensar y hacer el mundo y una definición de lo humano”. (BERENGUER, 2018, intr.).

Questionamos, juntamente, a impressão de que *os esforços nacionais não foram eficazes*. Como buscamos demonstrar ao longo deste estudo, a redução da desigualdade⁵⁹ não pautou, em nenhum momento, as intenções neoliberais voltadas à educação. Por outro lado, observamos a constituição de um ordenamento discursivo, atuante na ressignificação da educação, de acordo com os preceitos do neoliberalismo, em que dentre os efeitos manifestos, nota-se como os professores acabam por ocupar um duplo papel: são sujeitados a renúncia de qualquer proteção social e trabalhista em nome de sua própria constituição como sujeitos “livres”, uma vez que estar a própria sorte é a única forma ética de se desenvolver em sociedade, liberto de auxílios e proteções estatais *a-naturais* que apenas levam o sujeito à dependência/renúncia de sua liberdade.

Para que consigamos compreender de que forma se organiza o discurso neoliberal, necessitamos abandonar significados historicamente produzidos pelo campo educacional, referentes a alguns termos específicos. Tomemos, por exemplo, a afirmação de que “[...] a educação para a *cidadania* não se pode limitar, de modo algum, à aquisição de uma informação e que, ao contrário, tem de passar pela vivência de situações onde ocorram o debate e a *conscientização da vivência da condição humana e social*”. (LEITE; FERNANDES; SILVA, 2013, p. 36, grifos nossos).

Como vimos nos capítulos anteriores, os valores neoliberais brasileiros foram atravessados de forma marcante pelos discursos de Friedrich Von Hayek, cujo pressuposto do mercado como organizador moral da sociedade de ser respeitado, em detrimento da democracia. Os discursos de Milton Friedman delegaram ao caráter democrático da sociedade submissão absoluta a *liberdade de escolha* do mercado, enquanto a *virtude do egoísmo*, de Ayn Rand, tratou de eliminar valores tidos como inaturais ou fictícios, como a bondade e a solidariedade. Ora, nesse ponto, não há como propormos uma discussão acerca da “consciência social da educação”, visto que a única “consciência” aceita pelos neoliberais é a do *auto interesse*. Na visão neoliberal, não é papel da educação escolar formar cidadãos altruístas. O único *dever* do ser neoliberal é competir, desprovido de qualquer preceito ético ou moral que questione possibilidades de alcançar o benefício próprio.

⁵⁹ Ulrich Beck, em *Sociedade de risco*, convida-nos a pensar sobre como “as diferenças sociais de classe perdem sua feição no mundo da vida e, com sua perda, **desvanece-se a noção de mobilidade social**, no sentido de uma troca de indivíduos entre os grandes grupos perceptíveis, algo que ainda durante uma boa parte do século XX fora um tema social e político de grande força na geração de identidades. Isto não significa de modo algum a superação das desigualdades, mas somente sua redefinição, segundo os termos de uma **individualização dos riscos sociais** [...]. De modo suficientemente paradoxal, surge uma **nova imediação** de indivíduo e sociedade, a imediação de crise e enfermidade, no sentido de que crises sociais se manifestam como crises individuais”. (BECK, 2010, p. 147, grifos do autor).

Ademais, deve-se lembrar que a lógica da máxima eficiência requer os mínimos gastos, sejam em termos de investimento monetário ou tempo pessoal, pois o tempo não foge a lógica do cálculo econômico. Desse modo, compreender a educação como ato político ou de formação humanitária, valorizar as artes e as ciências humanas e questionar-se sobre diferentes modos de ser e existir são apenas “devaneios improdutivos”. Quanto a isso, não é estranho perceber o avanço de pautas educacionais contemporâneas voltadas à imposição de “áreas prioritárias” de ensino e desenvolvimento de pesquisas.

O compromisso “social” da escola é de fomentar sujeitos empreendedores; afinal, se há uma função social na escola, ela reside na formação de capital humano; de modo que esse objetivo reinscreve a profissão docente, somado à lógica concorrencial do mercado, balizando as práticas docentes em função de resultados quantitativos. Não apenas o professor, como sujeito-empendedor, único responsável pelo seu futuro, é coagido a tornar-se o homem-empresa, o empresário de si; pois também a razão de ser docente é violentada à uma direção específica: o professor torna-se análogo ao operário da escola-empresa, e seu trabalho de “educador” é ressignificado por metas objetivas – às quais há uma *missão* primordial: seus alunos necessitam de resultados de alta performance em avaliações em larga-escala, pois as métricas dos discentes indicam a eficiência do corpo docente.

Pensar a subjetividade docente implica em ver que os discursos políticos neoliberais modificam o modo como os professores pensam a si mesmos e o seu trabalho, o que significa ser professor, o que é ensinar. Modifica as relações entre os colegas, estudantes e líderes. Constitui a própria educação em novas formas – como desempenho/performance e como mercadoria. É o que se realiza nas práticas, nas relações e nas subjetividades. É importante ressaltar que o neoliberalismo não é apenas algo 'por aí' em novas estruturas, procedimentos e 'liberdades', está 'aqui' em nossas cabeças, estamos neoliberalizados! (BALL *et al.*, 2013, p. 26).

Nesse interim, as escolas tornam-se gerenciadoras de resultados. Ou seja, caso as médias obtidas não alcançarem os padrões esperados, demite-se o corpo-docente – de forma absolutamente “justa”, pois a “justiça” é um valor que reside na capacidade individual de cada um em atingir resultados. Os governos locais, por sua vez, têm a função de fechar escolas ineficazes, uma vez que essas, ao passo que não atingem os resultados esperados nos testes padronizados, estão apenas desperdiçando recursos públicos.

O recurso público deve estar maximamente racionalizado, para que não se corra o risco de “sustentar os perdedores”, visto que não faz sentido fomentar uma escola de periferia, tanto ou mais do que uma escola de “elite”, em que as médias do SAEB podem ser até três pontos superiores. Equilibrar alguma condição desfavorável de subsistência, saúde,

alimentação, desordem familiar, problemas estruturais urbanos, não é função do Estado, pois é importante lembrar: a única política social efetiva é a livre concorrência.

Se para a acumulação capitalista interessa incrementar infinitamente o consumo, é na competição da racionalidade neoliberal que se apoia esse consumo. Para os neoliberais, a competição deve atravessar todo o processo econômico; competem os que produzem, os que vendem, os que fazem circular, os que acumulam e os que consomem. Para os neoliberais, o mercado e as mercadorias que nele circulam devem se alimentar da energia fornecida pela vontade de competir. (VEIGA-NETO, 2012, p. 4).

O discurso neoliberal organiza-se, também, por meio da retórica, em que cinicamente fecha-se os olhos para o caráter planejado da economia de valores empresariais. Cita-se, de forma niilista, Hayek e Friedman, enquanto aceita-se que a “ordem espontânea do mercado” seja manipulada de todas as formas, com exceção da forma *social* – que, convenientemente, segue como o dogma de repulsa mais caro a todos os (neo)liberais.

Isso, resumidamente, explica a multiplicidade de sujeições que forjam as “verdades” do discurso educacional neoliberal. Todavia, não foram ao acaso criadas tais convicções. De certo modo, forja-se a noção concorrencial descrita desde o estabelecimento do liberalismo como arte de governo. As sociedades contemporâneas trataram de sofisticar as formas de condutas do sujeito a partir de inúmeras novas tecnologias políticas de governo. Professores, escolas, alunos, empresários; todos estão programados para competir. Como resistimos a tal imposição? Buscando na história que contamos pequenas brechas em que haja a possibilidade de fazer diferente.

Sabemos que discussões sobre a Teoria do Capital Humano, críticas ao Estado, sindicatos e professores, não são “novidades” dentre o debate sobre o neoliberalismo. Contudo, como já nos adianta Luiz Carlos de Freitas, a “nova direita” segue com velhas ideias. Esperamos ter contribuído ao debate com elucidações de como os discursos de teóricos liberais e libertarianos explorados ao longo da pesquisa estão introjetados nos discursos neoliberais produzidos no território brasileiro.

Deixamos ainda a ressalva de que esta pesquisa considera essencial que as investigações futuras se comprometam profundamente com os meios e redes digitais, para que possamos avançar às peculiaridades emergentes de nossa era contemporânea. Para encerrar, gostaríamos de retomar uma fala de Stephen J. Ball que resume nossa posição e perspectiva analítica quando ao neoliberalismo: “é claro que estamos tentando fazer uma crítica. Mas uma crítica fundamentada, baseada antes de tudo num entendimento sofisticado do que está acontecendo”. (BALL, 2013, p. 460).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca, SERAFIN, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt)

[52582014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 27 fev. 2021.

ALEXANDRE, Thiago de Andrade Romeu. **O Instituto Millenium e os intelectuais da “nova direita” no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5860>. Acesso em: 27 fev. 2021.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobre em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. *E-book* (não paginado). Disponível em:

[https://books.google.com.br/books/about/Por_que_gritamos_Golpe.html?id=qSCsDAAAQBAJ](https://books.google.com.br/books/about/Por_que_gritamos_Golpe.html?id=qSCsDAAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

[&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Por_que_gritamos_Golpe.html?id=qSCsDAAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 13 maio 2020.

ASHTON, Roy Warncke. O Instituto de Estudos Empresariais: uma nova forma de entender o mundo. In: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 59-64. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, Stephen J. *et al.* A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 92, p. 9-36, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5114#:~:text=Este%20artigo%20explora%20aspectos%20das,neoliberais%20em%20todo%20o%20mundo>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BALL, Stephen J. Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós)neoliberais. [Entrevista cedida a] Sanny Silva da Rosa. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n. 53, p. 457-466, abr./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000200012. Acesso em: 27 fev. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BENEVIDES, Pablo Severiano. Neoliberalismo, psicopolítica e capitalismo da transparência. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, *e164064*, p. 1-11, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100244&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 maio. 2020.

BENEVIDES, Pablo Severiano; BOTELHO, Danilo José Scalla; VIEIRA, Gabriela Maria de Sousa. Nietzsche com Foucault: notas sobre conhecimento, verdade, perspectivismo e genealogia. **Estudos Nietzsche**, Espírito Santo, v. 6, n. 2, p. 259-280, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/estudosnietzsche/article/view/12421>. Acesso em: 09 fev. 2021.

BERENGUER, Enric. Después... In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **El ser neoliberal**. Barcelona (ESP): Gedisa, 2018. *E-book* (não paginado). Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=kxhxDwAAQBAJ&pg=GBS.PT5>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BIEDERMANN, Carlos. 30 anos de IEE: qual o nosso legado? In: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 33-35. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos/SP: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. Revisando Foucault: *homo politicus e homo oeconomicus*. Terceiro capítulo do livro *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution* (Nova Iorque: Zone Books / MIT Press, 2015). Tradução de Daniele Guizzo Archela, Gustavo Hessmann Dalaqua e Sibebe Paulino. **Doispontos**, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 265-288, abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/48108>. Acesso em 27 fev. 2021.

BURGUER, André Gomes. O IEE e eu. In: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 54-58. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

CARA, Daniel; PELLANDA, Andressa. Avanços e retrocessos na Educação Básica: da Constituição de 1988 à Emenda Constitucional 95. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Org.). **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 98-126.

CARVALHO, Priscila Ramos. **Conexão informal entre as campanhas eleitorais**: análise de estratégias e postagens no Facebook. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1055>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. *E-book* (não paginado). Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Redes_de_indigna%C3%A7%C3%A3o_e_esperan%C3%A7a.html?id=X3PTDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 nov. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Tradução de Joanna Angélica d'Avila Melo. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. *E-book* (não paginado). Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=h3PTDwAAQBAJ&pg=PT2&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 27 fev. 2021.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAGAS, Pedro. O primeiro ano do século XXI. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 101-104. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

DALMON, Danilo Leite; SIQUEIRA, Caetano; BRAGA, Felipe Michel (Org.). **Políticas educacionais no Brasil: o que podemos aprender com casos reais de implementação?** São Paulo: Edições SM, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVID, Flávia; FONSECA, Carina; PEREIRA, Jéssica. Políticas públicas e os dilemas da gestão pública: teorias e conceitos. *In*: DALMON, Danilo Leite; SIQUEIRA, Caetano; BRAGA, Felipe Michel (Org.). **Políticas educacionais no Brasil: o que podemos aprender com casos reais de implementação?** São Paulo: Edições SM, 2018. p. 59-90.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Muñoz. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação: Um tesouro a descobrir: Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Cortez Editora, São Paulo, 1996.

DIB, Jorge Antônio. Uma experiência para toda a vida. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 71-73. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

DWECK, Esther. Por que é imprescindível revogar o Teto de Gastos? *In*: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Org.). **Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 83-97.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000300009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 fev. 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 49-72.

FONSECA, E. GIANNETTI DA. **Liberalismo x pobreza: a liberdade vencendo a miséria**. São Paulo: Inconfidentes, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-278.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expresso Popular, 2018.

FRIDERICHES, Lidiane Elizabete. **A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos**: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998). 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em:

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8695>. Acesso em: 06 mar. 2020.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed. São Paulo: LTC, 2017. *E-book* (não paginado). Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/MILTON%20FRIEDMAN/Capitalismo%20e%20Liberdade%20-%20Milton%20Friedman.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher, um depoimento pessoal**: uma reflexão sobre a relação entre liberdade e economia. Tradução de Lígia Filgueiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. *E-book* (não paginado). Disponível em:

<https://www.docdroid.net/YP67fy0/livre-para-escolher-uma-reflexao-sobre-a-relacao-entre-liberdade-e-economia-milton-friedman-e-rose-friedman-pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. *E-book* (não paginado).

Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=vaR2DQAAQBAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&pg=GBS.PT200.w.10.0.22>. Acesso em: 17 fev. 2021.

GADELHA, Sylvio. Desempenho, gestão, visibilidade e tecnologias como vetores estratégicos de regulação e controle de condutas na contemporaneidade. **Educar em Revista**, Brasil, n. 66, p. 113-139, out./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602017000400113&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 fev. 2021

GAIO, Fábio; SOUSA, Kátia Menezes de. Resistir ao “Future-se”: a autonomia universitária ameaçada. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/51210/29222>. Acesso em: 23 fev. 2021.

GANEM, Angela. A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo. **Cadernos IHU ideias**, ano 17, v. 17, n. 282, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588036-a-filosofia-moral-de-adam-smith-face-as-leituras-reducionista-de-sua-obra>. Acesso em: 27 fev. 2021

GIMÉNEZ, María Julia. **Direitos Humanos e (ou) democracia no Brasil**: a ação do Instituto Millenium no âmbito do PNDH3. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/3298>. Acesso em: 27 fev. 2021.

GOBBI, Danniell. **Identidade em ambiente virtual**: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22245/1/2016_DanniellGobbiFragadaSilva.pdf. Acesso em 27 fev. 2021.

GORON, Felipe Sampaio. A minha tribo. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 80-83. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

GOSTISA, Leandro. Centro de excelência. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 113-115. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/teses/teses_fee_06.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 1. ed. Veneza/ITA: Editora Ayine, 2018.

HATTGE, Morgana Domênica. **Performatividade e inclusão no movimento Todos Pela Educação**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4347>. Acesso em: 06 fev. 2021.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOPPE, Hans-Hermann. Por que Mises (e não Hayek)? **Mises Brasil**. [S. l., 11 out., 2011?]. Não paginado. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1124>. Acesso em: 06 mar. 2020.

HÜLSMANN, Jörg Guido. Mises contra os neoliberais: as origens desse termo e seus defensores. **Mises Brasil**. [S. l., 3 mar., [2011?]]. Não paginado. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=920>. Acesso em: 06 mar. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

JUNIOR, Telmo Netto Costa. Transformando ousadia em realidade. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 96-100. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

KLAUS, Viviane. Empresariamento da educação em tempos de capitalismo flexível: análise de parcerias escola/empresa no RS. **Educação Unisinos**, v. 21, n. 3, p. 345-355, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.213.08/6331>. Acesso em: 17 fev. 2021.

KLAUS, Viviane; HATTGE, Morgana Domênica; LOCKMANN, Kamila. Genealogia foucaultiana e políticas educacionais: possibilidades analíticas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 665-687, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n2p665>. Acesso em: 27 fev. 2021.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia**: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2018.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. *In*: SILVA, Tomas Tadeu da. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes. 1994. p. 35-96.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa; DA SILVA, SOFIA. O lugar da educação para a cidadania no sistema educativo português: perspectivas de docentes de uma escola TEIP. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 35-43, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12297/8738>. Acesso em: 27 fev. 2021.

LEWIN, Sérgio Grinberg. História em evolução. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 84-87. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

LING, William. Se não agora, quando? *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 21-25. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. *E-book* (não paginado). Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_estetiza%C3%A7%C3%A3o_do_mundo.html?id=8JwkCQAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 27 fev. 2021.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOIFERMAN, André. 30 anos de debates de ideias. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 40-41. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. O consumo como investimento: a Teoria do capital humano e o capital humano como ethos. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 217-230, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/287883143.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.

LOUREIRO, Carina Bueira; LOPES, Maura Corcini. A condução eletrônica das condutas: a educação como estratégia de disseminação de práticas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 359-378, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000300359&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 27 fev. 2021.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 09, p. 945-970, set./dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752019000300945&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 fev. 2021.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3.ed. Porto Alegre? Sulina, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, Valdelaine da Rosa; PERONI, Vera Maria Vidal. Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos *think tanks* na política educacional brasileira. **Espaço pedagógico**, v. 27, n. 1, Passo Fundo, p. 65-88, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10575/114115129>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MISES, Ludwing von. **Ação Humana**: um tratado de economia. 3. ed. São Paulo: Instituto Ludwing von Mises Brasil, 2010.

MORRESI, Sergio D. Robert Nozick e o liberalismo fora de esquadro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 285-296, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a14n5556.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2021.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Sobre a genealogia da moral**: um escrito polêmico. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. Tradução de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Educação superior no Brasil: a inclusão interrompida. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Org.). **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 127-146.

OLIVEIRA, Rafael Camargo de; SOUSA, Kátia Menezes de. A sociedade de controle e suas estratégias em “Nós”, de Evgueny Zamiatin. **Linguagem – Estudos e Pesquisa**, Catalão (GO), v. 17, n. 2, p. 243-263, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/32256/17219>. Acesso em: 09 fev. 2021.

PAI, Raphael Almeida Dal. **Instituto Ludwig Von Mises Brasil**: os arautos do anarcocapitalismo. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3160>. Acesso em: 27 fev. 2021.

PASINI LEANDRO, João Abel. **Relações entre política e educação: uma análise discursiva de propostas de campanhas eleitorais**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua Portuguesa) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

PASTORE, Bruna. **Olhando para onde a sombra se adensa: Instituto Millenium e o revisionismo histórico da ditadura civil-militar**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2016. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/2201>. Acesso em: 27 fev. 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PIRES, Cássio Felipe de Oliveira. **O signo da liberdade e a execução do Estado: o pensamento neoliberal por meio do Fórum da Liberdade de Porto Alegre (1988-1993)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/67272>. Acesso em: 06 mar. 2020.

POPKEWITZ, Thomas S.; OLSSON, Ulf; PETERSSON, Kenneth. Sociedade da aprendizagem, cosmopolitismo, saúde pública e prevenção à criminalidade, **Educação & Realidade**, UFRGS, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 73-96, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8309>. Acesso em: 27 fev. 2021.

POZZEBON, Felipe Dreyer de Ávila. 30 anos defendendo a liberdade. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 105-107. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

PRADO, Eleutério F. S. (Neo)liberalismo: da ordem natural à ordem moral. **Outubro**, n. 18, p. 149-175, 2009. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-06.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.

RACHEWSKY, Roberto. Como me tornei um liberal. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 26-30. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. *In*: NOVAES, Adauto (Org.) **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-383.

RAND, Ayn. **A revolta de Atlas: o homem que queria parar o motor do mundo**. vol. 1. Queluz de Baixo/Portugal: Editora Marcador, 2019.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php>. Acesso em: 27 fev. 2021.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

RODRIGUES, Matheus de Souza. **Uma análise crítica do discurso liberal sobre o Estado Brasileiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UECE-0_974c8cd8cc15fb06e58714be7673b347. Acesso em: 27 fev. 2021.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA; ARANTES; Flávio. Economia Política da Austeridade. *In*: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Org.). **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 14-31.

ROTHBARD, Murray N. Romantismo e ficção moderna. **Mises**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 587-593, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://misesjournal.org.br/misesjournal/article/view/801/485>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. Do porão às ruas: protagonismo militar e reabilitação das memórias favoráveis à ditadura em tempos de avanço conservador. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30., 2019, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Brasil: Associação Nacional de História – ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565287432_ARQUIVO_Artigo_ClarissaGrahlDosSantos_30SNH.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020.

SANTOS, Leonardo Moreira dos. **Ludwing Von Mises como arma política da extrema-direita brasileira**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26557>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SCHUTTE, Giorgio Romano; FONSECA, Bruno Castro Dias da; CARNEIRO, Gabriel Santos. Jogo de dois níveis voltado ao eleitorado: uma análise da política externa bolsonarista. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 97-116, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/69854>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SENRA, Franciny Constantin. O egoísmo e sua aplicação na teoria ética de Ayn Rand. **Revista Guairacá**, v. 27, n. 1, p. 61-83, 2011. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/2423/2020>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A rede de difusão do Movimento Escola Sem Partido no *Facebook* e *Instagram*: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84073, ago., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300606&tlng=pt. Acesso em: 13 maio, 2020.

SILBER, Pedro Alberto Tedesco. A guerra dos caranguejos. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 77-79. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria Cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; JORGE, Caroline Teixeira. Estado, desigualdade e crescimento: as falácias sobre gasto e dívida pública. *In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Org.). **Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 98-114.*

SILVEIRA, Luciana. **Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium.** 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281471/1/Silveira_Luciana_M.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. **Lua Nova**, São Paulo, n. 97, p. 173-190, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452016000100173. Acesso em: 27 fev. 2021.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. *E-book* (não paginado). Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Os_sentidos_do_lulismo.html?id=gvmnBAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=snippet&q=o%20compromisso%20com%20a%20estabilidade&f=false. Acesso em: 13 maio 2020.

SIQUIEROLI, Rosane Viola; MARRA, José Carlos; XAVIER, Dennys Garcia. O antagonismo randiano: razão frente ao altruísmo. *In: XAVIER, Dennys Garcia (Org.). **Ayn Rand e os devaneios do coletivismo: breves lições.** São Paulo: LVM Editora, 2019. *E-book* (não paginado). Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Ayn_Rand_e_os_devaneios_do_coletivismo_B.html?id=rLuXDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 27 fev. 2021.*

SMITH, Carlos de Freitas e Castro. 30 anos de formação de lideranças. *In: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes.** [S. l.], 2014. p. 31-32. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.*

SOUSA, Ana Paula Ribeiro de; COIMBRA, Leonardo José Pinho. Future-se: um golpe contra a democratização do ensino superior. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 14, n. 12, p. 1-19, jan. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/69548>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Julio Fortini de. Experiência IEE Gestão 1996-1997. *In: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes.** [S. l.], 2014. p. 74-76. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.*

STEWART JR., Donald. **O que é o liberalismo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário de Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TERNES, José. Foucault e a Educação: em defesa do pensamento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 155-168, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25423>. Acesso em: 27 fev. 2021.

TEVAH, Daniel. O jogo continua. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 42-45. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. **Educar, catequizar e civilizar a infância**: a escola paroquial em uma comunidade do sertão da Bahia (1941-1957). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-144649/publico/TANIA_MARA_PEREIRA_VASCONCELOS.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. Anotações sobre teoria e prática. **Educação em foco**, Juiz de Fora, v. 20, p. 113-140, mar./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19627>. Acesso em: 27 fev. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... *In*: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo: um desvio à direita ou Delírios avaliatórios. *In*: X COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES E VI COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE CURRÍCULO, 4 set., 2012, UFMG, Belo Horizonte, p. 1-17, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18167750-Curriculo-um-desvio-a-direita-ou-delirios-avaliatorios.html>. Acesso em 27 fev. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VERMELHO, Sônia Cristina *et al.* Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, jan./mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302014000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 fev. 2021.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução de Aldar Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, Wilson. Estamos construindo projeto de nação nos moldes de Furtado. [Entrevista cedida a] Patricia Fachin e Márcia Junges. **IHU On-Line**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 327, 03 mai. 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3177-wilson-vieira>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ZAFFARI, Bruno. Minha vida no IEE. *In*: INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE) (Org.). **IEE 30 anos formando líderes**. [S. l.], 2014. p. 142-146. Disponível em: https://iee.com.br/wp-content/uploads/2019/06/miolo_iee_final2.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

REFERÊNCIAS – SÉRIE PENSAMENTOS LIBERAIS

- BARBOSA, Gabriel (Org.). **Propriedade e desenvolvimento**. Porto Alegre: Pallotti, 2007. (Série Pensamentos Liberais, 11).
- BARCELLOS, Ricardo Dornelles Chaves (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Pallotti, 2001. (Série Pensamentos Liberais, 5).
- BEILER, Thaís Reali. Brasil: onde estamos? *In*: ZAFFARI, Bruno (Org.). **Cultura da liberdade**. Porto Alegre: Pallotti, 2009. p. 289-309. (Série Pensamentos Liberais, 13).
- BERTOLUCI, Marília Santos de Castro. A disputa dos BRICs: desafios e competitividade no futuro do mercado mundial. *In*: XAVIER, Cristiano Diehl (Org.). **Agora, o mercado é o mundo**. Porto Alegre: Pallotti, 2008. p. 149-174. (Série Pensamentos Liberais, 12).
- BERTOLUCI, Marília Santos de Castro. Trabalho em diferentes economias, culturas e sociedades: o mercado de trabalho no mundo. *In*: LENHART, Wagner (Org.). **Cultura do trabalho**. Porto Alegre: Pallotti, 2005. p. 145-176. (Série Pensamentos Liberais, 9).
- BRODBECK, Klaus Wietzke (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Metrópole, 1998. (Série Pensamentos Liberais, 4).
- CAMARGO, Anamaria. Alternativas liberais de financiamento educacional. *In*: RIZK, Caio & VARGAS, Felipe Frazon. (Org.). **A voz da mudança**. Porto Alegre: Buqui, 2018. p. 211-222. (Série Pensamentos Liberais, 22). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/miolo_IEE_a-voz-da-mudanca-IMPRESSAO.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CESA, Thomas. Mitos da educação básica. *In*: HILZENDEGER, Frederico (Org.). **Até onde chegamos?** Porto Alegre: Buqui, 2013. p. 11-24. (Série Pensamentos Liberais, 17).
- CHANIN, Rodrigo Matone. Atlântida. *In*: ROBERTI, Diego Florian & JARROS, Matheus Berl. (Orgs.). **Quem move o mundo?** Porto Alegre: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2016. p. 197-212. (Série Pensamentos Liberais, 20). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Pensamentos_Miolo2_Final_EBOOK2.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.
- CHARNESKI, Heron (Org.). **A liberdade na era digital**. Porto Alegre: Pallotti, 2011. (Série Pensamentos Liberais, 15).
- CIOCCARI, Theodora. Pensamentos Liberais. *In*: RIZK, Caio & VARGAS, Felipe Frazon. (Org.). **A voz da mudança**. Porto Alegre: Buqui, 2018. p. 193-209. (Série Pensamentos Liberais, 22). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/miolo_IEE_a-voz-da-mudanca-IMPRESSAO.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.
- CORRÊA, Luciano. Máquina pública inchada x Lei de Responsabilidade Fiscal. *In*: FRAÇÃO, Luiz Eduardo (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Pallotti, 2003. p. 113-123. (Série Pensamentos Liberais, 7).

COSTA, Camile Souza. Educação básica finalmente em pauta: será a luz no fim do túnel? *In*: HILZENDEGER, Frederico (Org.). **Até onde chegamos?** Porto Alegre: Buqui, 2013. p. 221-236. (Série Pensamentos Liberais, 17).

DAMIANI, Sabrina Faccioli. Educação. *In*: JARDIM, Victoria; MAGNANI, Paola Coser. **Brasil: abertos para reformas?** Porto Alegre: Buqui, 2019. p. 129-143. (Série Pensamentos Liberais, 23). *E-book*. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/10/PL-2019.pdf>. Acesso em: 13 maio, 2020.

DIB, Jorge Antônio. Apresentação. *In*: XAVIER, Ademar (Org.). **Custo Brasil**. Porto Alegre: Ortiz, 1995, p. 7-8. (Série Pensamentos Liberais, 2).

FRAÇÃO, Luiz Eduardo (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Pallotti, 2003. (Série Pensamentos Liberais, 7).

FUCHS, Paulo (Org.). **Caminhos para a liberdade**. Porto Alegre: Buqui, 2015. (Série Pensamentos Liberais, 19). *E-book*. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/12/PL-2015.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

FUHRMEISTER, Carolina Lucas. As novas possibilidades de educação. *In*: CHARNESKI, Heron (Org.). **A liberdade na era digital**. Porto Alegre: Pallotti, 2011. p. 218-245. (Série Pensamentos Liberais, 15).

FUHRMEISTER, Eduardo Lucas. Rumo à privatização do ensino básico. *In*: HILZENDEGER, Frederico (Org.). **Até onde chegamos?** Porto Alegre: Buqui, 2013. p. 113-126. (Série Pensamentos Liberais, 17).

GOSTISA, Leandro. Por que se tem vergonha de fazer parte da elite? *In*: FRAÇÃO, Luiz Eduardo (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Pallotti, 2003. p. 103-112. (Série Pensamentos Liberais, 7).

GRALHA, Michel Zavagna. A violência urbana – propriedade pública e privada. *In*: BARBOSA, Gabriel (Org.). **Propriedade e desenvolvimento**. Porto Alegre: Pallotti, 2007. p. 255-270. (Série Pensamentos Liberais, 11).

HILZENDEGER, Frederico (Org.). **Até onde chegamos?** Porto Alegre: Buqui, 2013. (Série Pensamentos Liberais, 17).

JARDIM, Victoria; MAGNANI, Paola Coser (Org.). **Brasil: abertos para reformas?** Porto Alegre: Buqui, 2019. (Série Pensamentos Liberais, 23). *E-book*. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/10/PL-2019.pdf>. Acesso em: 13 maio, 2020.

JOHANNPETER, Guilherme. Custo Brasil na siderurgia. *In*: XAVIER, Ademar (Org.). **Custo Brasil**. Porto Alegre: Ortiz, 1995. p. 55-65. (Série Pensamentos Liberais, 2).

KULKES, João Pedro. Educação: produzindo mais, investindo menos. *In*: STÜRMER, Laura Breier (Org.). **Construindo soluções**. Porto Alegre: Buqui, 2014. p. 149-162. (Série Pensamentos Liberais, 18). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/PL_2014.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

KURTS, Gil de. Políticos e Custo Brasil. *In*: XAVIER, Ademar (Org.). **Custo Brasil**. Porto Alegre: Ortiz, 1995. p. 67-72. (Série Pensamentos Liberais, 2).

LENHART, Wagner (Org.). **Cultura do trabalho**. Porto Alegre: Pallotti, 2005. (Série Pensamentos Liberais, 9).

LING, Alberto. Novos conceitos e ideias para mudanças no sistema educacional do Brasil e do mundo. *In*: VOLKMER, André (Org.). **Que Brasil será o seu**. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 104-124. (Série Pensamentos Liberais, 16).

MACEDO, Ubiratan Borges de. O Estado moderno entre justiça e empresa. *In*: PERRONE, Vicente (Org.). **O dever do Estado**. Porto Alegre: Pallotti, 2006. p. 305-333. (Série Pensamentos Liberais, 10).

MANDELLI, Luciano (Org.). **Propostas liberais para o Brasil**. Porto Alegre: Pallotti, 1997. (Série Pensamentos Liberais, 3).

NENÊ, Rafael Padoin (Org.). **Brasil, país em desenvolvimento até quando?** Porto Alegre: Pallotti, 2004. (Série Pensamentos Liberais, 8).

OLIVA, Alberto; GUERREIRO, Mario. Deveres do Estado (a hipertrofia do Estado e o encolhimento da liberdade individual). *In*: PERRONE, Vicente (Org.). **O dever do Estado**. Porto Alegre: Pallotti, 2006. p. 9-47. (Série Pensamentos Liberais, 10).

OLIVEIRA, Amanda Cecere de. O desafio da educação brasileira. *In*: VEIT, Ângela Francesca Grandó; ECHEL, Pedro Maciel (Org.). **O futuro da democracia**. Porto Alegre: Buqui, 2017. p. 21-33. (Série Pensamentos Liberais, 21). *E-book*. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/O-Futuro-da-Democracia-1.pdf>. Acesso em 13 maio 2020.

ORTIZ, Airton (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Ortiz, 1994. (Série Pensamentos Liberais, 7).

PERRONE, Vicente (Org.). **O dever do Estado**. Porto Alegre: Pallotti, 2006. (Série Pensamentos Liberais, 10).

PETERSEN, Ricardo de Barros. O futuro da educação impulsionado por soluções privadas: *vouchers e massive online open courses*. *In*: STÜRMER, Laura Breier (Org.). **Construindo soluções**. Porto Alegre: Buqui, 2014. p. 53-67. (Série Pensamentos Liberais, 18). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/PL_2014.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

PETTER, Tomás Escosteguy (Org.). **Seis temas para entender o mundo**. Porto Alegre: Pallotti, 2010. (Série Pensamentos Liberais, 14).

PUGGINA, Percival. Ideias que param o Brasil. *In*: RIZK, Caio & VARGAS, Felipe Frazon. (Org.). **A voz da mudança**. Porto Alegre: Buqui, 2018. p. 259-273. (Série Pensamentos Liberais, 22). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/miolo_IEE_a-voz-da-mudanca-IMPRESSAO.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

PUGGINA, Percival. Por que tantas reformas? *In*: TOMASETTO, Roberto; NUNES, Vítor. **Ser livre inspira você?** Porto Alegre: AGE, 2020. p. 13-23. (Série Pensamentos Liberais, 24). *E-book*. Disponível em: https://www.forumdaliberdade.com.br/arquivos/ser_livre.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

RIZK, Caio & VARGAS, Felipe Frazon. (Org.). **A voz da mudança**. Porto Alegre: Buqui, 2018. (Série Pensamentos Liberais, 22). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/miolo_IEE_a-voz-da-mudanca-IMPRESSAO.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

ROBERTI, Diego Florian & JARROS, Matheus Berlt. (Orgs.). **Quem move o mundo?** Porto Alegre: Instituto Ludwing von Mises Brasil, 2016. (Série Pensamentos Liberais, 20). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Pensamentos_Miolo2_Final_EBOOK2.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

SALOMÃO, Ana Karine; MACHADO, Roberto. A mulher e o mercado de trabalho. *In*: LENHART, Wagner (Org.). **Cultura do trabalho**. Porto Alegre: Pallotti, 2005. p. 13-22. (Série Pensamentos Liberais, 9).

SANT'ANA, André Lopes. Fórum Social Mundial: a inviabilidade do contraditório. *In*: SBRUZZI, Caio; FRAÇÃO, Luiz Eduardo (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Pallotti, 2002. p. 57-81. (Série Pensamentos Liberais, 6).

SBRUZZI, Caio; FRAÇÃO, Luiz Eduardo (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Pallotti, 2002. (Série Pensamentos Liberais, 6).

SEREJO, Bruno Lippy Fonseca. Autoestima e liberdade: os caminhos para vencer o populismo. *In*: RIZK, Caio & VARGAS, Felipe Frazon (Org.). **A voz da mudança**. Porto Alegre: Buqui, 2018. p. 225-237. (Série Pensamentos Liberais, 22). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/miolo_IEE_a-voz-da-mudanca-IMPRESSAO.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

SILVA, Felipe Rosa da. O que precisa ser feito. *In*: TOMASETTO, Roberto; NUNES, Vítor. **Ser livre inspira você?** Porto Alegre: AGE, 2020. p. 25-36. (Série Pensamentos Liberais, 24). *E-book*. Disponível em: https://www.forumdaliberdade.com.br/arquivos/ser_livre.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

SILVEIRA, Rochele de Oliveira. Educação necessária para o desenvolvimento. *In*: FRAÇÃO, Luiz Eduardo (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Pallotti, 2003. p. 189-205. (Série Pensamentos Liberais, 7).

SOUTO, Carlos Fernando. Injustiça do trabalho. *In*: XAVIER, Ademar (Org.). **Custo Brasil**. Porto Alegre: Ortiz, 1995. p. 87-97. (Série Pensamentos Liberais, 2).

SOUZA, Bárbara Gerhardt Soeiro de. Liberdade de escolha. *In*: ZAFFARI, Bruno (Org.). **Cultura da liberdade**. Porto Alegre: Pallotti, 2009. p. 77-91. (Série Pensamentos Liberais, 13).

STEFANI, Giovana. Educação e liberdade. *In*: FUCHS, Paulo (Org.). **Caminhos para a liberdade**. Porto Alegre: Buqui, 2015. p. 71-87. (Série Pensamentos Liberais, 19). *E-book*. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/12/PL-2015.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

STÜRMER, Laura Breier (Org.). **Construindo soluções**. Porto Alegre: Buqui, 2014. (Série Pensamentos Liberais, 18). *E-book*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/PL_2014.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

TOMASETTO, Roberto; NUNES, Vítor. **Ser livre inspira você?** Porto Alegre: AGE, 2020. (Série Pensamentos Liberais, 24). *E-book*. Disponível em: https://www.forumdaliberdade.com.br/arquivos/ser_livre.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

TORRES, Gabriel P. E se os governos apenas financiassem a educação das famílias mais necessitadas? *In*: VEIT, Ângela Francesca Grando; ECHEL, Pedro Maciel (Org.). **O futuro da democracia**. Porto Alegre: Buqui, 2017. p. 63-84. (Série Pensamentos Liberais, 21). *E-book*. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/O-Futuro-da-Democracia-1.pdf>. Acesso em 13 maio 2020.

TUMELERO *et al.* Educação no Brasil. In: BARCELLOS, Ricardo Dornelles Chaves (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais, 2001. p. 17-96. (Série Pensamentos Liberais, 5).

VARGAS, Felipe Franzon. Por que privatizar os serviços estatais? In: TOMASETTO, Roberto; NUNES, Vítor. **Ser livre inspira você?** Porto Alegre: AGE, 2020. p. 57-69. (Série Pensamentos Liberais, 24). *E-book*. Disponível em: https://www.forumdaliberdade.com.br/arquivos/ser_livre.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

VEIT, Ângela Francesca Grando; ECHEL, Pedro Maciel (Org.). **O futuro da democracia**. Porto Alegre: Buqui, 2017. (Série Pensamentos Liberais, 21). *E-book*. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/09/O-Futuro-da-Democracia-1.pdf>. Acesso em 13 maio 2020.

VOLKMER, André (Org.). **Que Brasil será o seu**. Porto Alegre: Pallotti, 2012. (Série Pensamentos Liberais, 16).

XAVIER, Ademar (Org.). **Custo Brasil**. Porto Alegre: Ortiz, 1995. (Série Pensamentos Liberais, 2).

XAVIER, Ademar. Na trilha do Custo Brasil: observações sobre o “custo nosso de cada dia”. In: XAVIER, Ademar (Org.). **Custo Brasil**. Porto Alegre: Ortiz, 1995a. p. 111-130. (Série Pensamentos Liberais, 2).

XAVIER, Cristiano Diehl (Org.). **Agora, o mercado é o mundo**. Porto Alegre: Pallotti, 2008. (Série Pensamentos Liberais, 12).

ZAFFARI, Bruno (Org.). **Cultura da liberdade**. Porto Alegre: Pallotti, 2009. (Série Pensamentos Liberais, 13).

ZANELLA, Fernando Caputo. Prefácio. In: ORTIZ, Airton (Org.). **Pensamentos Liberais**. Porto Alegre: Ortiz, 1994. p. 7-10. (Série Pensamentos Liberais, 7).

DOCUMENTOS *ONLINE* E *SITES* CONSULTADOS

#FORUMEMCASA 2020. [S. l.: s. n., 16 abr. 2020?]. Publicado pelo forumdaliberdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLyAUKophJ5Vo0huKI-xmudPVE4xxzQYAl>. Acesso em: 18 fev. 2021.

ANDREAZZA, CARLOS: “Rede social não faz presidente da República”. [S. l.: s. n., 24 nov. 2017?]. 1 vídeo (2 min 43 s). Publicado pelo canal Jovem Pan – 3 em 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8047owIC4F8>. Acesso em: 6 maio 2020.

ATLAS Network. **Celebrating a decade of The Templeton Freedom Award**. [S. l.], 2015. Disponível em: https://www.atlasnetwork.org/assets/uploads/misc/Templeton_Freedom_Award_Decade_Retrospective_Final_Final_Nov13.pdf. Acesso em: 13 mai. 2020.

ATLAS Network. **IEE case study boasts latin america’s Super Bowl of Liberalism**. [S. l.: s. n., 13 out. 2017?]. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/news/article/iee-case-study-boasts-latin-americas-super-bowl-of-liberalism>. Acesso em: 5 maio 2020.

ATLAS Network. **Instituto de Estudos Empresariais (IEE) named finalist for 2017 Templeton Freedom Award.** [S. l.: s. n., 29 ago. 2017?a]. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/news/article/instituto-de-estudos-empresariais-iee-named-finalist-for-2017-templeton-fre>. Acesso em: 5 maio 2020.

ATLAS Network. **Our story.** [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <https://www.atlasnetwork.org/about/our-story>. Acesso em: 5 maio 2020.

BBC News Brasil. Brasil é 2º em ranking de países que passam mais tempo em redes sociais. **Época Negócios.** [S. l., 6 set. 2019?]. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/09/brasil-e-2-em-ranking-de-paises-que-passam-mais-tempo-em-redes-sociais.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL Paralelo. [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCKDjjeBmdaiicey2nImISw>. Acesso em: 7 maio 2020.

BRASIL. Justiça Eleitoral. **Divulgação de Resultados de Eleições.** [S. l.: s. n., 2020?a]. Disponível em: <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

CATO Institute. **About Cato.** [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <https://www.cato.org/about>. Acesso em: 13 maio 2020.

CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CPERS). **Brasil paga segundo pior salário para professores entre 41 países pesquisados pela OCDE.** [S. l., 11 fev. 2019?]. Disponível em: <https://cpers.com.br/brasil-paga-segundo-pior-salario-para-professores-entre-41-paises-pesquisados-pela-ocde/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CHAFUEN, Alejandro. Ranking The Top Latin American, Free-Market Oriented Think Tanks. **Forbes.** [S. l., 6 mar. 2013?]. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2013/03/06/ranking-the-top-latin-american-free-market-oriented-think-tanks/#42a47855168e>. Acesso em: 17 abr. 2020.

Folha de S. Paulo. **Sob governo Bolsonaro, gasto do MEC com investimento é o menor desde 2010.** [S. l., 14 fev. 2021?]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/02/sob-bolsonaro-gasto-do-mec-com-investimentos-e-o-menor-desde-2015.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2021.

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION (FEE). **Mission.** [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <https://fee.org/about#mission>. Acesso em: 13 maio 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. *E-book*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

INSTITUTE FOR HUMANE STUDIES (IHS). **Who we are.** [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <https://theihs.org/who-we-are/>. Acesso em: 13 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING (IBC). **Insights**: o que são e como surgem? [S. l.: s. n., 2021?]. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/metas-e-objetivos/insights-o-que-sao-e-como-surgem/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE). **33º Fórum da Liberdade**. [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <http://forumdaliberdade.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresentacao-F%C3%B3rum-site-.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE). **Formação**. [S. l.: s. n., 2020?a]. Disponível em: <https://iee.com.br/formacao/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

LEITE, Alexandre *et al.* **Requerimento de instituição de CPMI – nº 11, de 2019**. (Requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a instituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) deputados, e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio). Brasília, DF: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7974346&ts=1588202654055&disposition=inline>. Acesso em: 7 maio. 2020.

LIBERTY Fund, Inc. **About**. [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <https://www.libertyfund.org/about-liberty-fund>. Acesso em: 13 maio 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Consulta pública do Future-se é prorrogada até 29 de agosto**. [S. l.: s. n., 2019?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/79091-consulta-publica-do-future-se-e-prorrogada-ate-29-de-agosto>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PENNAFORT, Roberta (CBN). **É #FAKE que água tônica seja eficaz contra o novo coronavírus. G1**. [S. l., 16 abr. 2020?]. Fato ou Fake. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/04/16/e-fake-que-agua-tonica-seja-eficaz-contra-o-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 13 maio. 2020.

POLICY AND ECONOMIC RESEARCH COUNCIL (PERC). **About**. [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <https://www.perc.net/about/>. Acesso em: 13 maio 2020.

RAVITCH, Diane. Nota mais alta não é educação melhor. [Entrevista cedida a] Simone Iwasso. **O Estado de S. Paulo**, [S. l., 02 ago. 2010?]. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor-imp-,589143>. Acesso em: 27 fev. 2021.

ROUSSEFF, Dilma. **Programa de Governo**: mais mudanças, mais futuro. [S. l.], 2014. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/BR/1/280000000083/proposta_governo1404575188241.pdf. Acesso em: 13 mai. 2020.

THE HERITAGE FOUNDATION (HERITAGE). **About Heritage**. [S. l.: s. n., 2020?]. Disponível em: <https://www.heritage.org/about-heritage/mission>. Acesso em: 13 maio 2020.

THINK TANKS AND CIVIL SOCIETIES PROGRAM (TTCSP). Defining and evaluating think tanks. **University of Pennsylvania**. [S. l., 2020?]. Disponível em: <https://www.gotothinktank.com/global-goto-think-tank-index>. Acesso em: 06 mar. 2020.

VEJA. **Vouchers para a educação**: entenda os prós e contras. [S. l., 24 jan. 2020?]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/vouchers-para-a-educacao-entenda-os-pros-e-contras/>. Acesso em: 25 fev. 2021.